

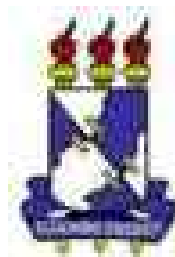
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MAYARA PEREIRA DA CUNHA

FRAGMENTOS DE UM PASSADO PRESENTE: PRÉ - INVENTÁRIO DAS
EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS NA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO –
ESTÂNCIA/SE

LARANJEIRAS- SE

2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CAMPUS LARANJEIRAS
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO

**FRAGMENTOS DE UM PASSADO PRESENTE: PRÉ - INVENTÁRIO DAS
EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS NA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO –
ESTÂNCIA/SE**

Autora: Mayara Pereira da Cunha

Orientador(a): Prof.^a Dr.^a. Carolina Marques Chaves
Galvão

Coorientador: Prof.^o Dr.^o. Pedro Vitor Sousa Ribeiro

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao
Departamento de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal de Sergipe como requisito para
obtenção do grau de bacharel em Arquitetura e
Urbanismo.

LARANJEIRAS- SE

2026

**FRAGMENTOS DE UM PASSADO PRESENTE: PRÉ - INVENTÁRIO DAS
EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS NA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO –
ESTÂNCIA/SE**

MAYARA PEREIRA DA CUNHA

Trabalho de Conclusão de Curso II,
apresentado ao Departamento de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade Federal de
Sergipe como requisito para obtenção do grau
de bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: ____ de ____ de ____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Carolina Marques Chaves Galvão
(Orientadora)

Prof.^o Dr.^o Pedro Vitor Sousa Ribeiro
(Coorientador)

Prof^a Tamyres Fontenele de Freitas Oliveira
(Membro convidado- Interno)

Prof^a Ma. Rosany Albuquerque Matos
(Membro convidado- Externo)

Dedico este trabalho aos meus pais - Maria José Pereira da Silva e Francisco José da Cunha- por todo o esforço em me proporcionar a oportunidade de ter chegado até aqui.

E a Bruno de Lima A. por iluminar meus dias nessa jornada!

AGRADECIMENTOS

Com o coração cheio de gratidão, olho para tudo que vivi até aqui e vejo o quanto cada passo, mesmo os mais difíceis, me trouxeram até este momento. Agradeço primeiramente a Deus, por me dar força quando pensei em desistir e por iluminar meu caminho com esperança. Aos meus pais, Maria José e Francisco José, que sempre foram meu alicerce, por cada palavra de incentivo, cada gesto de amor e cada sacrifício silencioso para que eu pudesse seguir estudando em busca de um futuro melhor. Aos meus familiares, em especial às minhas tias Fernanda e Nanã, minha madrinha Suely e minha avó Severina, sou grata por todo apoio durante minha graduação e o amor e cuidado por toda minha vida.

Agradeço também aos meus queridos amigos que a universidade me deu – Aline, Elber, João, Thamires – que me acolheram nos dias de cansaço e celebraram comigo as pequenas vitórias, e em especial ao “trio parada dura”, Maria Clara, Leandra e Vitória, por sempre se fazerem presentes durante esses 5 anos – até quando eu queria ficar sozinha kkkk – vocês foram e são luz na minha vida.

À minha melhor amiga Estefany, sou grata por ter embarcado comigo na jornada de mudar do interior para a cidade, em busca de estudo e melhores oportunidades de vida. Foi incrível dividir aqueles 2 anos com você, naquele apartamento minúsculo e realizar nosso sonho de crianças de morar juntas, apesar de todas as dificuldades e atribulações que só fizeram nossa amizade mais forte (menção honrosa a amiga Iasmim que retornou das terras cinzas – SP – para trazer mais alegria e amor aos meus dias, obrigada por todos “eu te amo” que forçou a dizer kkkkk).

Aos professores agradeço pelos ensinamentos que levarei comigo por toda a vida, em especial ao professor Pedro Ribeiro, pelas conversas, momentos de descontração, orientações cuidadosas e por me apresentar diversas oportunidades ao longo da graduação.

E, por último, mas não menos importante – longe disso –, agradeço ao meu parceiro de vida e companheiro de sonhos, Bruno, por estar sempre ao meu lado, por me lembrar que sou capaz mesmo quando duvido de mim mesma e por ser minha fortaleza nos momentos difíceis.

Sair do interior para estudar foi deixar para trás o conforto do conhecido em busca de um futuro sonhado. Foi atravessar medos, enfrentar incertezas e aprender a amadurecer longe de casa. Hoje percebo que cada lágrima, cada saudade e cada luta valeram a pena.

Estudei toda a minha vida em escola pública, e foi também por meio da educação pública que alcancei a universidade. Carrego comigo o orgulho dessa trajetória, que reafirma

a importância das oportunidades que transformam realidades e mostram que o acesso ao ensino superior é, sim, um caminho possível. Estar aqui é também resultado da força coletiva de uma educação que resiste e acredita.

Levo comigo o amor, o apoio e a fé que me sustentaram. É por tudo isso que chego até aqui com o coração transbordando de emoção e gratidão, sabendo que, assim como dizem Emerica e Gilberto Gil...

“Viver é partir, voltar e repartir”

Na maioria das vezes, os suportes materiais das memórias – a arquitetura, a cidade, elementos da natureza, imagens sacras, etc. – amenizam o medo que temos do aniquilamento e da morte. Para viver é preciso não esquecer e por isso “a organização patrimonial coincide com uma regulação eficaz do tratamento reflexivo das memórias coletivas”

JEUDY, 2005

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo documentar e analisar as edificações dos séculos XIX e XX localizadas no entorno da Praça Barão do Rio Branco, em Estância/SE, por meio da elaboração de um pré-inventário arquitetônico. Parte-se da compreensão do patrimônio cultural como suporte de memória, identidade e valor simbólico, reconhecendo a importância da documentação sistemática como instrumento de preservação. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, fundamentada em levantamento bibliográfico, pesquisa documental e trabalho de campo com registro fotográfico e análise in loco das fachadas. Foram examinados modelos de fichas de inventário, especialmente o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG/IPHAN), além de experiências aplicadas em outros contextos urbanos, subsidiando a elaboração de uma ficha adaptada à realidade local. A análise concentrou-se na caracterização tipológica, estilística e morfológica das fachadas, identificando permanências, transformações e processos de descaracterização ao longo do tempo. Os resultados evidenciam a diversidade arquitetônica presente no conjunto urbano estudado e ressaltam a necessidade de instrumentos técnicos que orientem ações de valorização e preservação. Conclui-se que o pré-inventário constitui etapa fundamental para o reconhecimento do patrimônio edificado e para o fortalecimento das políticas de proteção no município de Estância.

Palavras-chave: patrimônio cultural; inventário arquitetônico; fachadas históricas; preservação urbana; Estância/SE.

ABSTRACT

This study aims to document and analyze the 19th and 20th century buildings located around Barão do Rio Branco Square, in Estância, Sergipe, through the development of a preliminary architectural inventory. It is based on the understanding of cultural heritage as a support of memory, identity, and symbolic value, recognizing systematic documentation as an essential preservation tool. The research adopts a qualitative, descriptive, and analytical approach, supported by bibliographic review, documentary research, and fieldwork with photographic records and on-site façade analysis. Different inventory models were examined, especially the Integrated Knowledge and Management System (SICG/IPHAN), as well as applied experiences in other urban contexts, which supported the development of an adapted inventory form suitable to the local reality. The analysis focused on the typological, stylistic, and morphological characterization of façades, identifying continuities, transformations, and processes of alteration over time. The results highlight the architectural diversity of the studied urban ensemble and emphasize the importance of technical instruments to guide heritage appreciation and preservation actions. It is concluded that the preliminary inventory represents a fundamental step toward the recognition of built heritage and the strengthening of preservation policies in the municipality of Estância.

Keywords: cultural heritage; architectural inventory; historic façades; urban preservation; Estância, Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação gráfica da estrutura metodológica básica para um inventário.....	18
Figura 2 – Ficha sobre proteção existente do bem (SICG M103).....	23
Figura 3 – Ficha sobre Lote e Quadra (SICG 204/205).....	24
Figura 4 – Ficha sobre Cadastro de Bens (SICG M301).....	25
Figura 5 – Ficha sobre Caracterização externa (SICG M302).....	26
Figura 6 – Ficha do inventário de São João Del-Rei.....	28
Figura 7 – Ficha do inventário do Patrimônio Cultural Material de Mossoró 2/4.....	30
Figura 8 – Ficha do inventário do Patrimônio Cultural Material de Mossoró 4/4.....	31
Figura 9 - Tabela síntese comparativa entre os modelos de ficha.....	33
Figura 10 – Modelo de ficha elaborado para a pesquisa.....	34
Figura 11 – Vista aérea do centro histórico de São Cristóvão, Sergipe (s.d.).....	40
Figura 12 – Volumes das cartilhas de paleta cores do Iphan.....	41
Figura 13 – Mapa de Laranjeiras com a indicação das intervenções.....	43
Figura 14 – Delimitação do núcleo urbano de formação e limites urbanos até o século XIX.....	46
Figura 15 – Configuração do entorno da Praça Barão do Rio Branco.....	47
Figura 16 – Jardins que compõem a Praça Barão do Rio Branco.....	48
Figura 17 – Descampado onde hoje se situa o Jardim D. Pedro II, ao centro, o Palacete Nabuco, vizinho a este, o sobrado do Sr. Salustriano Vieira na década de 1920.....	49
Figura 18 – Praça Barão do Rio Branco, aproximadamente na década de 1930.....	50
Figura 19 – Praça Barão do Rio Branco em 1940, pés de tamarindo à frente, palmeiras e Paço municipal ao fundo.....	51
Figura 20 – Praça Barão do Rio Branco, enfeitada para os festejos juninos.....	53
Figura 21 – Competição de barcos de fogo em 2022.....	54
Figura 22 – Igreja Matriz em 1920.....	56
Figura 23 – Exemplo das fachadas caiadas na rua ao fundo da Igreja Matriz, década de 1940... 57	
Figura 24 – Fachada antiga do atual prédio do Paço Municipal de Estância em 1920.....	58
Figura 25 – Palacete dos Nabuco em 1920, onde o Imperador Dom Pedro II hospedou-se em sua visita à cidade de Estância que virá a se tornar o Parc. Hotel.....	59
Figura 26 – Ao canto direito à casa do Sr. Joaquim Gomes e mais ao centro o sobrado do Sr. Salustiano Vieira, década de 1960.....	60
Figura 27 – Grupo Escolar Gumersindo Bessa, à esquerda a antiga casa do Sr. Banga (atual Hotel Estanciano), década de 1970.....	60
Figura 28 – Solar do Unhão - MAM, Salvador/BA.....	62
Figura 29 – Altar-mor da Igreja de Comandaroba com influências barrocas.....	63
Figura 30 – Tipologia das casas térreas do período colonial.....	64
Figura 31 – Topologia dos sobrados no período colonial.....	65
Figura 32 – Tipologia Eclética (casa de porão alto).....	65
Figura 33 – Antiga fachada Neoclássica do Palácio Olímpio Campos.....	66

Figura 34 – Casa eclética, Estância/SE, Séc XX.....	68
Figura 35 – Residência rural do Ex- Governador Dr. José Rufino. Cabo de Santo Agostinho-PE.....	69
Figura 36 – Fachada art déco do elevador Lacerda, Salvador/BA após reforma de 1934.....	69
Figura 37 – Casa azulejada, Estância/SE (Não possui tombamento).....	70
Figura 38 – Detalhe da platibanda da residência na rua do gordo, Estância/SE.....	71
Figura 39 – Fachada eclética com elementos neoclássicos em Estância/SE, Casa da família Montalvão.....	71
Figura 40 – Quadro síntese da arquitetura no Brasil do século XVII ao início do XX.....	72
Figura 41 – Mapa iconográfico das fachadas do séc. XIX e XX na Praça Barão do rio Branco..	75
Figura 42 – Edificação número 01.....	76
Figura 43 – Detalhe da platibanda.....	77
Figura 44 – Alterações da edificação número 01 com o passar dos anos.....	78
Figura 45 – Edificação número 02.....	79
Figura 46 – Fachada principal da edificação.....	80
Figura 47 – Evolução da edificação nº02 com o passar dos anos.....	81
Figura 48 – Fachada atual do Paço municipal.....	82
Figura 49 – Evolução da edificação nº 03 com o passar dos anos.....	83
Figura 50 – Fachada da edificação número 04.....	84
Figura 51 – Evolução da edificação número 03 com o passar dos anos.....	85
Figura 52 – Fachada da Diretoria Regional da Educação - DRE 01.....	86
Figura 53 – Pátio central do DRE-01.....	87
Figura 54 – Evolução da fachada do DRE-01 com o passar dos anos.....	88
Figura 55 – Fachada da Aluza Presentes e Decorações/ Lotérica Estanciana.....	90
Figura 56 – Evolução da fachada ao longo dos anos.....	90
Figura 57 – Fachada da Casa Eclética, Sr. Raimundo Nóbrega.....	92
Figura 58 – Destaque da platibanda e frontão.....	94
Figura 59 – Evolução da fachada da Casa Sr. Raimundo Nóbrega com o passar dos anos.....	95
Figura 60 – Fachada da Maisa Bijoux.....	96
Figura 61 – Destaque a parte frontal do pavimento superior.....	97
Figura 62 – Evolução da fachada da Maisa Bijoux com o passar dos anos.....	97
Figura 63 – Fachada da Antiga Biblioteca Municipal Monsenhor Silveira.....	99
Figura 64 – Destaque do coroamento da edificação.....	100
Figura 65 – Evolução da fachada da antiga Biblioteca.....	100
Figura 66 – Fachada da edificação número 10, antigo Nataboka Bar.....	102
Figura 67 – Evolução da edificação número 10 com o passar dos anos.....	103
Figura 68 – Escultura em forma de rosto acima do antigo acesso à edificação, 2025.....	104
Figura 69 – Fachada “Casa Martelada”/ Secretaria Municipal da Agricultura.....	106
Figura 70 – Evolução da “Casa Martelada” com o passar dos anos.....	106
Figura 71 – Fachada da Casa Eclética Amarela.....	109
Figura 72 – Evolução da Casa Eclética Amarela.....	109
Figura 73 – Detalhe do coroamento da Casa Amarela.....	110

Figura 74 – Fachada da Casa Branca e azul Vizinha à loja Jopp.....	112
Figura 75 – Evolução da Casa Branca e azul, como passar dos anos.....	113
Figura 76 – Fachada da Antiga Casa comercial José Porcino/ Atual loja VIVO.....	115
Figura 77 – Evolução Antiga Casa comercial José Porcino com o passar dos anos.....	116
Figura 78 – Fachada da Casa do Monsenhor Victorino.....	117
Figura 79 – Galo dos ventos arrematando o frontão na fachada principal.....	118
Figura 80 – Evolução da Casa Monsenhor Victorino com o passar dos anos.....	120
Figura 81 – Edificação número 16.....	121
Figura 82 – Alterações na fachada da edificação número 16.....	121
Figura 83 – Edificação número 17.....	123
Figura 84 – Alterações na fachada da edificação número 17.....	124
Figura 85 – Danos à edificação.....	125
Figura 86 – Edificação número 18.....	126
Figura 87 – Evolução da Edificação número 18/ Pizzaria do Fabiano com o passar dos anos....	127
Figura 88 – Edificação número 19, Evangelize artigos religiosos.....	128
Figura 89– Evolução da fachada da Evangelize com o passar dos anos.....	129
Figura 90 – Detalhe da platibanda da edificação número 19.....	129
Figura 91 – Entorno da edificação nº 20.....	131
Figura 92 – Edificação número 20/ Sobrado nº 35.....	131
Figura 93 – Edificação número 20, na década de 50 (Pilares ainda à mostra).....	132
Figura 94 – Fachada posterior da Edificação número 20/ sobrado nº 35.....	133
Figura 95 – Áreas em deterioração da edificação número 20.....	133
Figura 96 – Edificação número 21, fachada sentido praça.....	134
Figura 97 – Alterações na fachada da edificação número 21.....	135
Figura 98 – Edificação número 21/ Antiga Farmácia São Pedro.....	136
Figura 99 – Edificação número 22, fachada sentido praça.....	137
Figura 100 – Alterações de fachada frontal da edificação nº 22, década de 1970 e 2025.....	138
Figura 101 – Alterações de fachada lateral da edificação nº 22.....	139
Figura 102 – Paisagem Urbana, compilado de imagens das décadas de 20 à 70 (fora de ordem cronológica).....	141
Figura 103 – Paisagens correspondentes às anteriores atualmente (Compilado de imagens).....	142
Figura 104 – Poluição visual causada pela infraestrutura elétrica.....	144
Figura 105 – Configuração espacial da Praça vista aérea em 1902 e 2022.....	145
Figura 106 – Comparativo por visão aérea da Praça Barão do Rio Branco em 2022 e 2024.....	146

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. NOÇÕES DE PATRIMÔNIO E MECANISMOS DE PRESERVAÇÃO.....	10
2.1. Instrumentos técnicos de identificação e registro patrimonial.....	14
2.2. Fichas de inventário: Leituras críticas e escolha do modelo para o trabalho.....	22
3. A PRESERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE VALOR HISTÓRICO NO CENÁRIO SERGIPANO.....	37
3.1. A cidade e a praça: Formação e transformações do espaço público.....	45
3.2. O entorno construído da praça: Fachadas como fragmentos da memória urbana.....	55
4. A ARQUITETURA NORDESTINA NOS SÉCULOS XIX E XX: ESTILOS, INFLUÊNCIAS E ADAPTAÇÕES.....	62
4.1. Análise arquitetônica das fachadas na Praça Barão do Rio Branco.....	73
4.1.1. Edificação número 01 – (Ficha SE/25-01).....	76
4.1.2. Edificação número 02 – Casa de Raimundo Silveira Souza (Ficha SE/25-02).....	79
4.1.3. Edificação número 03 – Paço Municipal Francisco Vidal Martins (Ficha SE/25-01)..	82
4.1.4. Edificação número 04 – Vizinha à bouquetier (loja de flores) (Ficha SE/25-01).....	84
4.1.5. Edificação número 05 – Diretoria Regional de Educação 01 (Ficha SE/25-05).....	86
4.1.6. Edificação número 06 – Aluza Presentes e decorações / Lotérica Estanciana (Ficha SE/25-06).....	89
4.1.7. Edificação número 07 – Casa do Sr. Raimundo Nóbrega de Mendonça.....	92
4.1.8. Edificação número 08 – Maísa Bijoux.....	96
4.1.9. Edificação número 09 – Antiga sede da Biblioteca Municipal Monsenhor Silveira	98
4.1.10. Edificação número 10 – Antigo Nataboka Bar.....	101
4.1.11. Edificação número 11 – “Casa Martelada” Sede da Secretaria Municipal da Agricultura de Estância.....	105
4.1.12. Edificação número 12 – Casa Eclética amarela.....	108
4.1.13. Edificação número 13 – Vizinha à Jopp.....	112
4.1.14. Edificação número 14 – Antiga Casa Comercial do Sr. Zé Porcino (atual Lojas VIVO).....	114
4.1.15. Edificação número 15 – Casa do Monsenhor Victorino Corrêa Fontes.....	117
4.1.16. Edificação número 16 – Casas cinza.....	120
4.1.17. Edificação nº 17 – Casinha Colonial Verde.....	123
4.1.18. Edificação número 18 – Pizzaria do Fabiano.....	125
4.1.19. Edificação número 19 – Antiga Loja Evangelize artigos religiosos.....	128
4.1.20. Edificação número 20 – Sobrado nº 35.....	130
4.1.21. Edificação nº 21 – Antiga farmácia São Pedro.....	134
4.1.22. Edificação número 22 – Casa à esquina da antiga farmácia São Pedro.....	136
4.2. Análise da Paisagem Urbana da Praça Barão do Rio Branco.....	141
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	147

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO	150
APÊNDICE A - FICHA MODELO ELABORADA PARA ESSE ESTUDO.....	155
APÊNDICE B - FICHA SE/ 25 N° 01.....	157
APÊNDICE C - FICHA SE/ 25 N° 02.....	159
APÊNDICE D - FICHA SE/ 25 N° 03.....	161
APÊNDICE E - FICHA SE/ 25 N° 04.....	163
APÊNDICE F - FICHA SE/ 25 N° 05.....	165
APÊNDICE G - FICHA SE/ 25 N° 06.....	167
APÊNDICE H - FICHA SE/ 25 N° 07.....	169
APÊNDICE I - FICHA SE/ 25 N° 08.....	171
APÊNDICE J - FICHA SE/ 25 N° 09.....	173
APÊNDICE K - FICHA SE/ 25 N° 10.....	175
APÊNDICE L - FICHA SE/ 25 N° 11.....	177
APÊNDICE M - FICHA SE/ 25 N° 12.....	179
APÊNDICE N - FICHA SE/ 25 N° 13.....	181
APÊNDICE O - FICHA SE/ 25 N° 14.....	183
APÊNDICE P - FICHA SE/ 25 N° 15.....	185
APÊNDICE Q - FICHA SE/ 25 N° 16.....	187
APÊNDICE R - FICHA SE/ 25 N° 17.....	189
APÊNDICE S - FICHA SE/ 25 N° 18.....	191
APÊNDICE T - FICHA SE/ 25 N° 19.....	193
APÊNDICE U - FICHA SE/ 25 N° 20.....	195
APÊNDICE V - FICHA SE/ 25 N° 21.....	197
APÊNDICE W - FICHA SE/ 25 N° 22.....	199
ANEXO A - FICHA DE PROTEÇÃO EXISTENTE M103 DO SICG.....	201
ANEXO B - FICHA DE INVENTÁRIO M204 SICG.....	202
ANEXO C - FICHA DE INVENTÁRIO M205 SICG.....	203
ANEXO D - FICHA DE INVENTÁRIO M301 SICG.....	204
ANEXO E - FICHA DE INVENTÁRIO 302/1 SICG.....	205
ANEXO E - FICHA DE INVENTÁRIO 302/2 SICG.....	206
ANEXO F - FICHA DE INVENTÁRIO DO ESTUDO DE SÃO JOÃO DEL- REY.....	207
ANEXO G - FICHA DE INVENTÁRIO DO ESTUDO DE MOSSORÓ-RN.....	209

1. INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural vai muito além de simples vestígios do passado. Ele é um registro vivo das práticas, valores e significados construídos historicamente pelos grupos que habitam e transformam uma cidade. Ao preservar e compreender esses bens, é possível fortalecer a memória coletiva e a identidade social, reconhecendo a importância de cada elemento na construção do espaço urbano e simbólico. Como observa Choay (1999, p. 16)¹, “os resistentes fragmentos incitam a recordar e, por consequência, se tornam em local propício ao exercício da memória”, enquanto Halbwachs (1968, p. 142)² ressalta que “o espaço, como meio de desenvolvimento humano, obtém, com o passar do tempo, as marcas deixadas por um determinado grupo e, em certa medida, resguarda as respectivas histórias”. A preservação patrimonial, portanto, não se limita à manutenção física de edificações ou monumentos; ela envolve o registro, a análise e a valorização de elementos que carregam significado histórico e cultural, fornecendo subsídios para políticas de proteção e gestão do patrimônio.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), enfatiza a importância da documentação, da pesquisa e da difusão do conhecimento como estratégias essenciais para o reconhecimento do patrimônio cultural. Entre os instrumentos que viabilizam esses trabalhos, o **inventário patrimonial** assume papel central. Ele permite identificar, documentar e analisar os bens culturais, reunindo informações sobre sua forma, função, estado de conservação e relevância histórica. Mais do que um simples levantamento técnico, o inventário evidencia valores simbólicos e sociais, oferecendo suporte para ações de tombamento, conservação e planejamento urbano.

Ao caminhar pelo centro de Estância, adentra-se à um espaço carregado de símbolos, memórias e arquitetura que narram a trajetória de uma cidade marcada pela religiosidade, pelo trabalho, pelas festas populares e por uma paisagem construída que resiste ao tempo. Entre o som das igrejas, o burburinho das feiras e o traçado das ruas e fachadas, revela-se um núcleo urbano cuja materialidade ainda preserva fragmentos do passado sergipano.

¹ CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio: usos e abusos do passado cultural. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999

² HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. 1. ed. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: DIFEL, 1990.

Apesar da riqueza arquitetônica desta cidade, observa-se uma **lacuna** significativa na documentação e análise sistemática das edificações do núcleo histórico no entorno da **praça Barão do Rio Branco**. A falta de documentação detalhada, verificada por meio de visitas à acervos estaduais e municipais como FUNCAP/SE³, o BICEN-UFS⁴, a SEINFRAH⁵ e Prefeitura Municipal de Estância, além da dificuldade de acesso a instituições importantes para pesquisa como o IHG/SE, compromete a compreensão do processo de formação e transformação deste espaço urbano. Essa carência de informações contribui para o risco de descaracterização e perda de bens importantes, que refletem a memória e a identidade local. Diante desse cenário, surge o questionamento: **o que pode ser feito para evitar futuras perdas nesse local?**

Embora existam alguns estudos que abordam aspectos do patrimônio edificado de Estância, não delimitam recortes específicos, o que dificulta um maior aprofundamento tanto no registro quanto nas análises, incluindo a leitura estilística das construções no entorno da Praça. O trabalho de Souza (2010), por exemplo, apresenta um mapeamento geral do conjunto histórico-arquitetônico da cidade, contemplando edificações religiosas, civis e comerciais em diferentes áreas da cidade, porém não citando boa parte delas e sem propor uma análise aprofundada das edificações e das transformações ocorridas ao longo do tempo. De forma semelhante, Graça (1999), discute o ecletismo arquitetônico como expressão da modernidade e da identidade urbana local, considerando o crescimento e a industrialização como fatores de influência, mas sem delimitação espacial focada na Praça Barão do Rio Branco e sem documentação imagética detalhada. Já estudos como os de Paulo (2023) e Silva (2025) concentram-se na análise das fachadas com revestimento cerâmico oitocentista, restringindo-se ao elemento da azulejaria nas fachadas das edificações.

Diante desse cenário, este trabalho **justifica-se** pela necessidade de **conhecer, documentar e analisar** o patrimônio arquitetônico no entorno da praça Barão do Rio Branco em Estância, reconhecendo-o como suporte de memória, identidade e valor cultural. Para isso, propõe-se o pré - inventário como instrumento desta pesquisa, permitindo não apenas o registro técnico das edificações, mas também a interpretação de seus significados históricos e sociais. A pesquisa busca discutir fundamentos conceituais da preservação e aplicando

³ Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe.

⁴ Biblioteca Central - Universidade Federal de Sergipe.

⁵ Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação.

metodologias reconhecidas no campo patrimonial, contribuindo para o debate sobre a valorização do patrimônio urbano.

Entretanto, reconhece-se que, devido à ausência de informações essenciais – como plantas baixas, levantamentos arquitetônicos completos, dados históricos aprofundados e documentação técnica detalhada – não é possível caracterizar este estudo como um inventário pleno. Por essa razão, opta-se pela denominação **pré-inventário**, entendido como uma etapa preliminar que reúne, sistematiza e analisa os dados disponíveis, estabelecendo as bases necessárias para futuras pesquisas mais abrangentes. Essa abordagem permite contribuir de forma responsável e metodologicamente coerente para o debate sobre a valorização e preservação do patrimônio urbano de Estância, mesmo diante das limitações atuais.

O **objetivo geral** desta pesquisa é documentar e analisar as edificações dos séculos XIX e XX, localizadas no entorno da Praça Barão do Rio Branco, com foco na leitura arquitetônica e estilística das fachadas como fragmentos da memória urbana, contribuindo para o reconhecimento e a valorização do patrimônio local. Entre os **objetivos específicos**, destacam-se: catalogar as edificações; caracterizar a paisagem urbana por meio da análise de estilos arquitetônicos, elementos formais e ornamentais; identificar permanências, transformações e processos de descaracterização; elaborar e preencher fichas de inventário segundo diretrizes do IPHAN; e refletir sobre o papel do inventário como instrumento técnico e interpretativo na gestão do patrimônio urbano.

A **metodologia** adotada combina abordagem qualitativa, descritiva e analítica, voltada à compreensão histórica, estilística e morfológica das edificações. O trabalho foi desenvolvido em cinco etapas principais: **levantamento teórico** e documental, com bibliografia especializada, legislações e manuais do IPHAN; **contextualização** histórica da área de estudo, por meio de registros, mapas, fotografias e documentos institucionais; **levantamento de campo**, com registro fotográfico e observações in loco das edificações; **análise** arquitetônica e estilística, classificando fachadas por tipologia e período, identificando permanências e alterações; além da **elaboração e preenchimento** de fichas de inventário, reunindo os dados obtidos em modelo adaptado das diretrizes do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG/IPHAN) e de outros estudos de caso. Essa metodologia não apenas documenta as edificações de interesse, mas também fornece subsídios técnicos e interpretativos para futuras ações de preservação e valorização do patrimônio urbano estanciano, além de futuras pesquisas sobre a temática.

O trabalho **estrutura-se** em capítulos que conduzem o leitor do contexto histórico da Praça Barão do Rio Branco, em Estância, à análise e preservação de suas edificações. A Introdução apresenta o tema, objetivos e metodologia deste pré inventário; o Capítulo 2 discute a evolução dos conceitos de patrimônio no âmbito internacional e nacional, além dos instrumentos de preservação, com ênfase no inventariado; o Capítulo 3 analisa experiências de conservação urbana no contexto sergipano e aborda a formação da cidade de Estância e a análise do entorno da Praça Barão do Rio Branco; o Capítulo 4 apresenta os estilos arquitetônicos no Brasil, com foco no nordeste nos séculos XIX e XX, descrevendo tipologias, ornamentos e estado de conservação, depois parte para a análise individual de cada edificação catalogada para esta pesquisa. Por fim, as Considerações Finais sintetizam os resultados obtidos por meio das fichas de inventário, destacam a importância das fachadas como memória urbana e apresentam recomendações de preservação, seguidas do Referencial Bibliográfico, Apêndices com as fichas de registro completas e anexos com modelos comparativos usados de base para o utilizado neste trabalho.

2. NOÇÕES DE PATRIMÔNIO E MECANISMOS DE PRESERVAÇÃO

A compreensão do que se constitui como patrimônio passou por significativas reformulações ao longo do tempo. Inicialmente vinculada à preservação de monumentos de valor artístico ou religioso, a noção de patrimônio ampliou-se com o passar do tempo para incluir também os bens de referência à identidade, à história e à memória dos grupos sociais. Essa transformação conceitual foi analisada por Alois Riegl (2006), que, em sua obra *O culto moderno dos monumentos*, introduziu uma abordagem pioneira ao considerar **múltiplos valores** atribuídos aos bens, como o valor de rememoração, o valor histórico e o valor de antiguidade. A partir dessa perspectiva, a preservação passa a ser entendida não apenas como conservação material, mas como **reconhecimento simbólico**.

O prazer estético proveniente da contemplação de um monumento não se esgota na constatação de sua vetustez, de seu aspecto antigo, mas se completa com o conhecimento, ainda que superficial, do estilo empregado, da época em que foi construído, o que implica um conhecimento de história da arte e, portanto, o prazer proveniente desse conhecimento não é um prazer imediato, ao contrário, é reflexivo e científico (Riegl 1984, p. 77)

Essa visão antecede um movimento mais amplo de transformação, já que, desde o Renascimento, a valorização das ruínas clássicas e da Antiguidade já indicava um olhar voltado para a preservação do passado como testemunho de civilizações anteriores (Choay 2001). Contudo, foi no século XVIII, no contexto do Iluminismo e da Revolução Francesa, que o patrimônio adquiriu caráter público e coletivo. O Iluminismo, ao difundir a ideia de progresso e de racionalidade histórica, gerou uma nova relação com os vestígios materiais do passado, vistos não apenas como objetos de culto ou de curiosidade erudita, mas como documentos da história da humanidade (Poulot, 2009).

No século XIX, com a consolidação dos Estados-nação, a preservação ganhou caráter institucional, sendo associada à construção da identidade nacional. Nesse contexto, fortalece-se uma visão monumentalista e eurocêntrica do patrimônio, ainda centrada em bens artísticos, religiosos e históricos de grande porte. É nesse cenário que a obra de Riegl se torna fundamental, pois rompe com a visão restritiva ao reconhecer diferentes valores possíveis de atribuição aos bens patrimoniais.

O século XX trouxe mudanças decisivas, especialmente após a destruição causada pelas duas guerras mundiais. A partir desse trauma coletivo, emergiu a necessidade de preservação em escala internacional, com a criação da UNESCO (1945) e posteriormente da

Convenção do Patrimônio Mundial (1972), que consolidou a noção de “valor universal excepcional” aplicado a bens culturais e naturais (UNESCO, 1972). Assim, a concepção de patrimônio deixa de ser apenas nacional e se projeta como um campo global de preservação.

No final do século XX, o conceito passou a ser amplamente problematizado. Françoise Choay (2001) destaca que o patrimônio é uma construção cultural e política da modernidade, marcada pela tensão entre tradição e ruptura. Em sua análise histórica das práticas preservacionistas, a autora observa que o surgimento do campo da conservação está intrinsecamente ligado à emergência de uma consciência histórica coletiva, que transforma determinados objetos em testemunhos a serem preservados.

No início do século XXI, a noção de patrimônio expandiu-se ainda mais ao incorporar dimensões imateriais. No contexto brasileiro, essa ampliação já se encontra expressa na Constituição Federal de 1988, que reconhece como patrimônio cultural não apenas os bens de natureza material, mas também aqueles de natureza imaterial, associados às formas de expressão, aos modos de criar, fazer e viver da sociedade (Brasil, 1988).

Posteriormente, essa compreensão foi reafirmada em âmbito internacional pela Convenção da UNESCO para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, a qual reconheceu como patrimônio não apenas objetos e monumentos, mas também saberes, práticas, festas e expressões culturais vivas. Dessa forma, o patrimônio passa a ser entendido como um conceito dinâmico, que engloba tanto os testemunhos materiais do passado quanto práticas simbólicas fundamentais para a identidade e memória dos grupos sociais contemporâneos.

Esse processo de ampliação conceitual, consolidado internacionalmente ao longo dos séculos XIX e XX e reforçado com a inclusão do patrimônio imaterial no início do século XXI, repercutiu de forma decisiva no contexto brasileiro. Embora inserido em uma realidade histórica distinta, o Brasil acompanhou, com certo atraso, o movimento internacional de institucionalização da preservação, adaptando-o às suas especificidades culturais e políticas.

No Brasil, a concepção de patrimônio foi formalizada a partir da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1937, posteriormente transformado em IPHAN. Desde então, as políticas de preservação patrimonial têm buscado abranger não apenas os grandes monumentos, mas também os bens de valor simbólico, social, arquitetônico, paisagístico, arqueológico ou técnico. Conforme a Constituição Federal de 1988, artigo 216, o patrimônio cultural brasileiro é composto por bens materiais e imateriais, tomados individualmente ou em conjunto, que sejam portadores de referência à identidade e à

memória dos diferentes grupos sociais. Mas, afinal, o que entendemos por patrimônio? Resumidamente, a palavra patrimônio, derivada do latim *patrimonium*, surgiu na Antiguidade para designar o conjunto de bens que deveria ser transmitido de pai para filho.

Segundo Fonseca (2005, p. 53), “as noções modernas de monumento histórico, de patrimônio e de preservação [...] só começam a ser elaboradas a partir do momento em que surge a ideia de estudar e conservar um edifício pela única razão de que é um testemunho da história e/ou uma obra de arte.” Essa mudança de paradigma introduz uma nova sensibilidade em relação aos espaços e edifícios do passado, que passam a ser reconhecidos como parte fundamental da constituição das identidades coletivas.

A autora também ressalta o caráter político dessas escolhas: “essa ideia bem-sucedida acaba por ser utilizada mais tarde em outros momentos revolucionários [...] mesclando ideologia e política à proteção patrimonial” (Fonseca, 2005, p. 59). Preservar torna-se, assim, uma forma de resistência cultural e uma prática ativa de respaldo da memória social.

Nesse contexto, o papel do Estado, de instituições como o IPHAN e dos agentes locais é fundamental na formulação de políticas públicas que assegurem o reconhecimento e a valorização do patrimônio. Uma das ferramentas mais relevantes nesse processo é o inventário de bens culturais. Por meio dele, é possível realizar o registro técnico e sistemático de **edificações**, **conjuntos arquitetônicos** e **conjuntos urbanos** que possuem relevância histórica, artística, arquitetônica ou afetiva para a coletividade. Como aponta Silva (2005), o inventário não apenas organiza o conhecimento sobre o patrimônio, mas também fundamenta juridicamente e tecnicamente as ações de proteção e intervenção, constituindo-se como uma etapa imprescindível para a gestão patrimonial.

Ao se incluir nesse conhecimento a identificação de “referências culturais”, deseja-se que, nessa intervenção, seja levada em conta não apenas a consideração do valor histórico e artístico dos bens. Mesmo que a isso se acrescente uma preocupação com a racionalidade econômica e social da intervenção, é possível que os inventários deixem de fora a dimensão simbólica daquele espaço para seus habitantes, necessariamente plural e diversificada. Pois, do ponto de vista da cultura, considerar apenas a concentração, em uma determinada área, de um número significativo de monumentos excepcionais, de algum modo a “desvitaliza”, uma vez que se deixa, assim, de apreender em toda a sua complexidade, a dinâmica de ocupação e de uso daquele espaço (NOTA 5), (IPHAN, 2000, p.14))

Quando se trata do **patrimônio urbano**, a preservação ultrapassa a dimensão do edifício isolado e passa a considerar a espacialidade de um **conjunto**, incluindo o traçado das ruas, a relação entre os edifícios, a presença de espaços públicos, as perspectivas visuais e a ambiência cultural. A Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) e a Carta de Quito (1967) defendem

a conservação não apenas dos elementos arquitetônicos, mas também da configuração espacial e do uso social das áreas históricas. Essa abordagem é ampliada pela Carta de Washington (1987), ao reconhecer centros e bairros históricos como expressões das civilizações urbanas tradicionais, ressaltando a necessidade de medidas integradas de proteção, conservação e adaptação harmoniosa à vida contemporânea.

No Brasil, exemplos emblemáticos como o centro histórico de São Cristóvão (SE), de Cachoeira (BA) e de Ouro Preto (MG) demonstram que a preservação de conjuntos urbanos tombados envolve desafios técnicos, jurídicos e sociais, exigindo planejamento integrado e participação comunitária. Segundo o IPHAN (2014), os conjuntos urbanos constituem testemunhos materiais da história e da cultura, cuja integridade é essencial para a preservação da **memória coletiva**". Assim, a preservação de conjuntos urbanos não se limita à proteção física das edificações, mas à manutenção das relações espaciais e dos valores imateriais que lhes conferem sentido.

2.1. Instrumentos técnicos de identificação e registro patrimonial

O termo “**conhecer para preservar**” sintetiza o princípio fundamental que orienta as políticas e práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil e no mundo. O reconhecimento detalhado, o estudo aprofundado e a documentação sistematizada dos bens culturais constituem a base indispensável para qualquer ação efetiva de proteção e conservação (IPHAN, 2004). Sem o conhecimento técnico e cultural do patrimônio, as intervenções podem ser superficiais, inadequadas ou até mesmo danosas. A importância do inventário reside justamente nesse caráter fundacional: ele é o instrumento que transforma bens culturais em **referências documentadas**, reconhecidas e passíveis de salvaguarda. Conforme destaca Fonseca (2005, p. 122), o inventário é “um processo interpretativo que transcende a simples listagem, pois implica na atribuição de valores e significados sociais, históricos e simbólicos”.

No contexto brasileiro, a sistematização do inventário como prática institucional foi fortemente influenciada pela atuação do IPHAN desde sua criação em 1937, que gradativamente incorporou diretrizes claras para a elaboração dos inventários, baseadas em manuais técnicos como o Manual de Inventário Nacional de Referências Culturais (IPHAN, 2000) e orientações normativas da ABNT, que asseguram padronização, qualidade e confiabilidade das informações (ABNT NBR 6023:2018). Além do arcabouço legal brasileiro prevê instrumentos específicos para a proteção do patrimônio:

- **Decreto-Lei nº 25/1937**: que institui o tombamento como medida legal de proteção, restringindo alterações e demolições de bens de valor cultural (IPHAN, 2014).
- **Decreto nº 3.551/2000**: que regulamenta o registro de bens culturais imateriais, criando os Livros de Registro para a documentação das expressões culturais (IPHAN, 2014).

O inventário é pré-requisito para o tombamento, funcionando como uma ferramenta técnica e documental que sustenta o processo jurídico. A elaboração do dossiê de tombamento depende da riqueza e da confiabilidade dos dados coletados no inventário, reforçando o elo entre conhecimento e proteção (IPHAN, 2004).

Um entendimento mais amplo do patrimônio cultural, baseado na ideia de referência cultural, inicialmente foi implementado em uma instituição externa ao IPHAN, o Centro

Nacional de Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), estabelecido em 1975 por meio de um acordo com a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal e a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio. O CNRC, concebido por Aloísio Magalhães, sugeria a execução de um sistema para coletar, processar e divulgar informações relacionadas à cultura brasileira com base nos próprios detentores, isto é, nos indivíduos participantes da dinâmica da criação, distribuição e consumo de bens culturais:

Embora não tenha atuado diretamente com projetos na área de educação, as diretrizes teóricas e conceituais defendidas e o *modus operandi* adotado pelo CNRC favoreceram a instauração de parâmetros renovados para uma interlocução mais abrangente entre processos educacionais e preservação patrimonial. Ao longo dos seus cinco anos de existência (...), os projetos pilotos desenvolvidos ou encampados pelo CNRC foram orientados a partir de uma postura interdisciplinar, envolvendo linhas programáticas de pesquisa (distribuídas em quatro grandes categorias: Artesanato, Levantamentos Socioculturais, História da Tecnologia e das Ciências no Brasil, Levantamentos de Documentação sobre o Brasil) é uma metodologia de descrição e análise baseada em levantamentos e mapeamentos, ancorada na noção de “referência cultural” (IPHAN, 2014, p.8)

A preservação patrimonial no Brasil depende não apenas de ações de restauração e conservação, mas também de mecanismos sistemáticos de identificação, documentação e registro dos bens culturais. Tais instrumentos asseguram a fundamentação técnica e jurídica das políticas de proteção e permitem o monitoramento contínuo da integridade e autenticidade dos bens. O Inventário de Bens Culturais é um dos procedimentos mais relevantes nesse processo. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2004), o inventário constitui-se como “instrumento de reconhecimento e valorização” e objetiva reunir informações detalhadas sobre os bens de valor histórico, artístico, arquitetônico ou afetivo. Ele não implica, por si só, o tombamento, mas serve como base para futuras ações de salvaguarda.

A metodologia do inventário envolve a utilização de fichas e a sistematização das informações segue orientações de manuais técnicos, como o Manual de Inventário Nacional de Referências Culturais (IPHAN, 2000), e, no caso de estudos acadêmicos, deve estar alinhada às normas da ABNT, especialmente no que se refere à padronização da descrição e à formatação dos registros. Um inventário deve ser estruturado em fases integradas, que visam garantir um levantamento completo e rigoroso do patrimônio.

O planejamento de um inventário patrimonial inicia-se com a definição clara de seus objetivos, que podem incluir o reconhecimento, a salvaguarda ou o fornecimento de subsídios para processos de tombamento (IPHAN, 2006). Em seguida, procede-se à delimitação da área

de estudo, que pode ser geográfica, tipológica, como bens arquitetônicos ou patrimônio cultural imaterial e temporal, estabelecendo os recortes que orientarão as etapas seguintes (IPHAN, 2016). Realiza-se então um levantamento preliminar, por meio da consulta a fontes secundárias, com o intuito de identificar bens existentes e reunir informações básicas. Nesta fase, é essencial a formação de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais qualificados, como arquitetos, historiadores, antropólogos e fotógrafos, capazes de atuar de forma integrada nas diversas etapas do processo (IPHAN, 2016).

O **levantamento documental** e bibliográfico envolve a pesquisa em arquivos, bibliotecas, bases de dados e documentos oficiais, reunindo informações históricas, jurídicas e técnicas sobre os bens e a área estudada. Essa etapa inclui a identificação de documentos legais, plantas arquitetônicas, mapas e registros fotográficos prévios, compondo uma base de referência sólida para a análise posterior (Funari; Pelegrini, 2006).

O **trabalho de campo** consiste na visita in loco para reconhecimento visual e inspeção detalhada dos bens inventariados. Durante essa etapa, são coletados dados técnicos e descritivos, como a localização precisa (com coordenadas GPS), a tipologia, as características construtivas e o estado de conservação. Também é realizado um **registro fotográfico** sistemático, contemplando vistas gerais, detalhes construtivos, patologias e o entorno imediato. Além disso, são feitas **entrevistas** com moradores, usuários e detentores de saberes culturais, buscando captar valores simbólicos e usos atuais dos bens (IPHAN, 2000; IPHAN, 2016).

Com os dados coletados em campo, procede-se ao preenchimento das fichas técnicas, seguindo os modelos oficiais do IPHAN, em formato físico ou digital. Essas fichas contemplam campos destinados à identificação, localização, tipologia, descrição detalhada, materiais e técnicas construtivas, grau de descaracterização e estado de conservação, uso atual, histórico, referências bibliográficas, valores culturais e documentação fotográfica. A descrição deve ser minuciosa, objetiva e elaborada em conformidade com as normas técnicas e os padrões institucionais estabelecidos (IPHAN, 2006).

A partir desse registro sistematizado, desenvolve-se a fase de análise e classificação dos bens, que compreende o diagnóstico técnico do estado de conservação e do grau de descaracterização, fundamentado na observação criteriosa dos materiais, das técnicas construtivas, do uso, do contexto de inserção e das intervenções anteriormente realizadas. Essa avaliação é orientada por critérios previamente estabelecidos, com o objetivo de

minimizar a subjetividade inerente ao processo de preservação, classificando-se o estado de conservação em níveis geralmente definidos como:

- **Bom:** Edificação íntegra, com boa conservação estrutural e estética, necessitando apenas de manutenção preventiva.
- **Regular:** Apresenta desgastes superficiais e pequenos danos, sem comprometimento estrutural, demandando reparos pontuais.
- **Precário:** Possui deterioração significativa e patologias visíveis que afetam o uso ou a aparência, exigindo restauração urgente.
- **Arruinamento:** Encontra-se em estado crítico, com risco de colapso ou perda total de suas características e funcionalidade.

Tal classificação subsidia a definição das ações a serem adotadas, distinguindo-se entre conservação preventiva — quando não há comprometimento significativo — e conservação corretiva ou restauração — nos casos em que os danos demandam intervenções mais incisivas. Conforme ressaltam Pinheiro *et al.* (2009), esse processo deve envolver registro sistemático em fichas de inspeção, mapeamento de danos, investigação dos agentes causadores e monitoramento periódico, configurando um procedimento contínuo de avaliação e retroalimentação.

Paralelamente, realiza-se a classificação tipológica e a hierarquização do valor histórico, cultural e arquitetônico de cada elemento inventariado, o que subsidia a definição de medidas protetivas compatíveis com a relevância de cada bem.

No que se refere ao grau de descaracterização, este pode ser compreendido como o nível de comprometimento da autenticidade, da integridade material e da leitura histórico-estética do bem, decorrente de intervenções, perdas ou acréscimos que alterem sua configuração original ou suas camadas históricas significativas, conforme os princípios discutidos por Brandi (2004), Riegl (2014) e pelos documentos internacionais de preservação, como a Carta de Veneza (1964).

A elaboração do **relatório final** compreende a sistematização das informações obtidas em um documento técnico, incluindo mapas, plantas, fotografias, gráficos e tabelas. O relatório apresenta os resultados do inventário, contextualiza historicamente os bens, avalia sua situação atual e propõe recomendações. Entre essas recomendações, podem constar sugestões de ações para preservação, tombamento ou registro (IPHAN, 2006; IPHAN, 2016).

A sistematização em banco de dados digital é uma etapa fundamental para a gestão e a preservação do patrimônio, permitindo a organização, consulta e atualização das informações, além de sua integração com outros sistemas, como os de georreferenciamento (SICG). A padronização e a interoperabilidade dos dados devem seguir normas técnicas específicas, assegurando sua eficiência e durabilidade (IPHAN, 2016).

A **divulgação e participação** social representam um momento estratégico do inventário, envolvendo a disponibilização pública das informações e a promoção de debates e audiências com a comunidade local e órgãos gestores. Essa etapa busca incentivar a valorização do patrimônio cultural e a participação popular em sua preservação (FUNARI; Pelegrine, 2006). Por fim, o monitoramento e a atualização contínua garantem que o inventário permaneça um instrumento dinâmico, prevendo revisões periódicas, inclusão de novos bens e registro de alterações no estado de conservação ou nos usos. Dessa forma, o inventário se mantém como uma ferramenta eficaz de gestão e proteção do patrimônio cultural ao longo do tempo (IPHAN, 2006).

Figura 1 – Representação gráfica da estrutura metodológica básica para um inventário



Fonte: Elaborado pela autora

Segundo Fonseca (2005), o inventário “não é apenas uma listagem”, mas um processo interpretativo, no qual se reconhecem os significados e valores atribuídos aos bens pelas comunidades. Assim, ele desempenha um papel duplo: técnico e cultural. Do ponto de vista técnico, fornece informações objetivas que orientam decisões sobre conservação e restauro; do ponto de vista cultural, reforça vínculos de pertencimento e memória. Além do inventário, outros instrumentos se destacam no Brasil:

Tombamento: O tombamento é o instrumento jurídico-administrativo mais antigo e tradicional de proteção do patrimônio cultural no Brasil, instituído em nível federal pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, com previsão expressa de que bens tombados “não podem ser demolidos, destruídos ou mutilados, nem restaurados sem prévia autorização do IPHAN” (Decreto-Lei 25/1937).

Além disso, este pode ocorrer nas esferas municipal, estadual e federal, além da mundial⁶ e incidir sobre diferentes naturezas de bens e assumir distintas modalidades. Ele pode ser aplicado a bens imóveis isolados, como edificações de relevante valor histórico e arquitetônico, a bens móveis, a exemplo de acervos artísticos e imagens sacras, bem como a bens protegidos em conjunto, abrangendo conjuntos arquitetônicos e urbanos que incluem edificações, vias, praças e sua configuração espacial. Também pode alcançar áreas urbanas ou paisagísticas, nas quais se reconhece a relação entre o ambiente natural e o construído como parte do valor cultural.

Quanto à iniciativa, o tombamento pode ocorrer de forma voluntária, quando solicitado pelo proprietário ou interessado, ou de maneira compulsória, promovido de ofício pelo poder público, sempre que o bem apresentar reconhecido interesse histórico, artístico ou cultural, conforme previsto no Decreto-Lei nº 25/1937..

O processo tem início com a apresentação de um **requerimento** por qualquer interessado (cidadão, entidade, órgão público ou o próprio IPHAN), dirigido à superintendência estadual ou à instância central. O requerimento deve conter identificação precisa do bem (localização, tipologia, proprietário), justificativa do seu valor cultural e documentação básica, conforme orientações disponíveis nos serviços administrativos do IPHAN (Manual de tombamento, formulário de requerimento IPHAN). Logo após, instaura-se a instrução técnica do processo, com visitas, levantamentos fotográficos e documentais, elaboração de **parecer técnico-conceitual** que definirá os atributos de valor, os

⁶ O tombamento em esfera mundial ocorrem por exemplo pelos selos da UNESCO

limites de proteção e implicações para intervenções futuras, podendo ser decretado tombamento provisório para assegurar a integridade do bem durante o trâmite (Manual de tombamento, parecer técnico-conceitual).

Durante essa fase, o IPHAN pode exigir documentos específicos, conforme a Portaria IPHAN n. 420, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre os procedimentos para autorização de intervenções em bens tombados e suas áreas de entorno, incluindo exigências quanto à documentação técnica, fotografias atualizadas, responsabilidade técnica e projetos executivos (Portaria 420/2010). Processualmente, podem ainda ser aplicáveis normas como a Portaria DP/IPHAN n. 230, de 17 de dezembro de 2002, que tratava da compatibilização de licenciamento ambiental com estudos arqueológicos, atualmente reconfigurada pela Instrução Normativa IPHAN n. 001/2015 e pela Portaria Interministerial n. 60/2015, no âmbito de licenciamento ambiental em áreas com potencial impacto ao patrimônio arqueológico (Portaria 230/2002; IN 001/2015; Portaria 60/2015).

Dossiê de Tombamento: O dossiê de tombamento, documento técnico-administrativo central do processo, deve conter identificação completa do bem e proponentes; memorial descritivo (descrição física, tipologia, localização, limites); histórico e cronologia; fundamentação do valor patrimonial (histórica, artística, arquitetônica, social); documentação gráfica (plantas, cortes, mapas de entorno); vasta documentação fotográfica; diagnóstico de conservação; definição do núcleo de proteção e zona de entorno; proposta de gestão (condicionantes, critérios de uso/restauro); cronograma e estimativa de custos para as ações de salvaguarda; pareceres técnicos e jurídicos; anexos (plantas baixas, fotografias em alta resolução, documentos históricos, termos de anuência); e bibliografia (Manual de tombamento IPHAN).

Depois, o dossiê e pareceres são submetidos à instância decisória competente (conselho consultivo ou presidência), que pode aprovar, solicitar complementações ou indeferir. Em caso de aprovação, emite-se o ato de tombamento e inscreve-se o bem no respectivo Livro do Tombo⁷, conforme previsto no Decreto-Lei 25/1937, tornando oficial e público o regime de proteção (Decreto-Lei 25/1937; Manual de tombamento IPHAN). Muitas vezes, precedem-se audiências públicas, consultas à comunidade e articulações com autoridades locais e especialmente para bens integrados a conjuntos urbanos, para assegurar

⁷ Os Livros de Tombo registram bens culturais de diferentes valores: arqueológico, etnográfico ou paisagístico (Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico); histórico, incluindo bens móveis e imóveis ligados a fatos relevantes do Brasil (Histórico); artístico não utilitário, de caráter acadêmico (Belas-Artes); e artístico com função utilitária, abrangendo arquitetura, design, artes decorativas e mobiliário (Artes Aplicadas).

legitimidade social e intersetorial (Manual de tombamento IPHAN).documento técnico-jurídico que reúne as justificativas e evidências para a proteção formal de um bem.

Registro: No caso dos bens imateriais (manifestação cultural, saberes, festas, ofícios, usos sociais), a proteção se realiza por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que institui o Registro de Bens de Natureza Imaterial como Patrimônio Cultural Brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (Decreto 3.551/2000). O processo de registro envolve identificação coletiva, estudo histórico-etnográfico, elaboração de medidas de salvaguarda (oficinas, transmissão, promoção), e desenvolvimento participativo do dossiê com a comunidade portadora e todo o processo ocorre por meio de formulários e atendimento digital especializado (Registro de Bem Imaterial, atendimento IPHAN).

Em síntese, o tombamento impõe restrições legais diretas sobre o uso e a intervenção nos bens, com inscrição no **Livro do Tombo** e exigência de autorizações técnicas (Decreto-Lei 25/1937; Portaria 420/2010), enquanto o registro de bens imateriais têm caráter de **reconhecimento público**, voltado à salvaguarda social e cultural, com forte componente participativo (Decreto 3.551/2000). Em ambos os casos, o dossiê assume papel central: como instrumento técnico-jurídico que documenta o valor do bem, delimita o objeto de proteção, estabelece diretrizes de uso e preservação e assegura base legal e institucional ao regime de proteção.

Além desses mecanismos também é possível resguardar o patrimônio, seja ele material ou imaterial por meio do **registro fotográfico**, que também é uma ferramenta fundamental na documentação patrimonial, afinal a imagem tem dupla função: preservar a memória visual e servir como evidência técnica para análises de conservação, permitindo a comparação de diferentes momentos históricos do bem. O uso de inventários e registros sistematizados, portanto, não é apenas um requisito documental importante, mas uma estratégia central de gestão patrimonial. Como ressalta Meneses (2002), a documentação é um ato político: “aquilo que se escolhe registrar é, de certa forma, aquilo que se escolhe preservar”. Nesse sentido, a clareza metodológica e a consistência técnica são condições indispensáveis para a eficácia das ações preservacionistas.

2.2. Fichas de inventário: Leituras críticas e escolha do modelo para o trabalho

Como citado anteriormente, o inventário patrimonial é um dos principais instrumentos de preservação cultural, pois permite identificar, registrar e analisar o patrimônio edificado, subsidiando ações de salvaguarda e valorização. No Brasil, diversos modelos foram elaborados por órgãos federais, estaduais, municipais e também por iniciativas acadêmicas. A escolha metodológica adotada neste trabalho resultou de uma análise de alguns desses diferentes formatos, levando em consideração tanto a acessibilidade das informações quanto a adequação ao objeto de estudo – as fachadas do entorno da Praça Barão do Rio Branco, em Estância/SE.

Entre os métodos mais utilizados nacionalmente está o **SICG** (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão), desenvolvido pelo **IPHAN** como ferramenta de padronização dos registros. O modelo SICG é composto por diversas fichas destinadas a imóveis, conjuntos urbanos, bens móveis e imateriais, estruturadas a partir de dados de identificação, caracterização e avaliação de valores culturais. No entanto, ao iniciar a pesquisa, verificou-se que o acesso direto ao modelo completo da ficha de imóveis do SICG não era simples, uma vez que o site oficial do IPHAN não disponibilizava as tabelas abertamente ao público geral.

O primeiro contato com o sistema ocorreu por meio de terceiros, utilizado de forma preliminar para a compreensão de sua estrutura básica. Em momento posterior, após a análise de outros modelos de fichas e metodologias de inventário, teve-se acesso aos modelos oficiais do SICG, os quais subsidiaram a elaboração do modelo aplicado neste estudo..

A partir de uma análise mais aprofundada dessas fichas, foi possível compreender com maior precisão a lógica de organização e os critérios de registro adotados pelo IPHAN, sendo possível obter um registro técnico padronizado das informações sobre bens culturais, articulando dimensões históricas, legais, urbanas e arquitetônicas. No contexto do estudo das edificações da Praça Barão do Rio Branco, em Estância/SE, essas fichas fornecem parâmetros valiosos para a estruturação em si e para a leitura analítica das fachadas, sobretudo no que diz respeito à época de construção, transformações morfológicas e elementos estilísticos predominantes.

A Ficha M103⁸ (*Informações sobre a Proteção Existente*), (Figura 2) integra o Módulo Conhecimento e reúne dados sobre o contexto legal e administrativo da proteção

⁸ Anexo A

patrimonial e permite compreender o grau de reconhecimento e tutela institucional de um bem ou conjunto, listando legislações federais, estaduais e municipais que incidem sobre o objeto de estudo. No caso da Praça Barão do Rio Branco, essa ficha seria interessante para identificar quais imóveis possuem algum tipo de proteção legal (mais comuns sendo o municipal ou estadual) e quais permanecem desprotegidos, o que contribui para a análise de risco de descaracterização. Além disso, a M103 inclui campos voltados à localização geográfica, delimitação territorial e registro das fontes documentais e iconográficas, aspectos cruciais para a sistematização do acervo visual e técnico da área. O detalhamento sobre os processos de tombamento, pareceres e mapas de polígono de proteção serve de base para a leitura do entorno urbano protegido, contribuindo para a compreensão das transformações urbanas que afetaram a configuração original das fachadas.

Figura 2 – Ficha sobre proteção existente do bem (SICG M103)

Ficha M103 – Informações sobre a Proteção Existente
MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO					
1.1 Nome do bem e localização geográfica					
1.2 Tipo de bem (Imóvel / Conjunto / Área / Paisagem)					
1.3 Localização do bem (Quadra, Lote, etc.)					
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO OBJETO DE ANÁLISE					
2.1 UF(s)	2.2 Município	2.3 Localidade			
2.4 Microregião(s) - Fonec BOM		2.5 Mesorregião(es) - Fonec BOM			
3. INFORMAÇÕES SOBRE LEGISLAÇÃO INCIDENTE NO BEM (Municipal, estadual e/ou federal)					
Tipo de Legislação	Número	Descrição	Data	Assinatura	Assinatura (Data)
Sua Propriedade					
Sua Propriedade					
Sua Propriedade					
3.1 Informações detalhadas					
4. INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE PROTEÇÃO					
4.1 Natureza do processo		4.2 Classificação (ou caso de conhecimento pelo órgão, estadual ou federal)		4.3 Data (de início/finis)	
4.4 Pareceres sobre a proteção (municipal, estadual e/ou federal)					
4.5 Estudos, pareceres, mapas, documentos e outras informações complementares (em relação ao processo de proteção e entorno, especialmente)					
4.6 Fontes e localização dos documentos					
Identificação	Tipo de Estudo	Data de Coleta	Localização	Disponibilidade	Outros dados
4.7 Informações adicionais					
4.8 Observações					
4.9 Responsável					
					6.2 Data

Fonte: SICG; Disponibilizado por terceiros

Figura 4 – Ficha sobre Cadastro de Bens (SICG M301)

O formulário é dividido em seções horizontais com cabeçalhos em português. As seções incluem:

- Identificação do Bem:** Campos para nome, número, data de criação, data de atualização, status e usuário.
- Informações Gerais:** Campos para tipo de bem, localização, valor, data de aquisição, data de baixa, data de inventário, data de avaliação, data de registro, data de cancelamento, data de exclusão, data de recuperação, data de restauração, data de conservação, data de manutenção, data de reparação, data de substituição, data de troca, data de venda, data de compra, data de doação, data de herança, data de legado, data de testamento, data de inventário, data de avaliação, data de registro, data de cancelamento, data de exclusão, data de recuperação, data de restauração, data de conservação, data de manutenção, data de reparação, data de substituição, data de troca, data de venda, data de compra, data de doação, data de herança, data de legado, data de testamento.
- Descrição do Bem:** Campos para descrição, especificações, características, materiais, técnicas construtivas, elementos ornamentais, alterações das fachadas.
- Observações:** Campo para observações gerais.
- Assinaturas:** Campos para assinatura do responsável, data, assinatura do avaliador, data.

Fonte: SICG; Disponibilizado por terceiros

Por fim, o modelo M302¹² (*Caracterização Externa*) é a ficha mais diretamente associada à análise arquitetônica e estilística, nela se concentram informações também sobre época de construção, uso original e atual, além da tipologia, técnicas construtivas, materiais, elementos ornamentais e alterações das fachadas (Figura 5). É justamente esse conjunto de campos que melhor atende aos objetivos deste trabalho, apesar de ainda não ter o aprofundamento de análise estilística desejado.

Os tópicos dedicados às paredes externas, coberturas e aberturas permitem descrever a morfologia e os materiais, como o uso de alvenaria de tijolo, reboco pintado, telhas cerâmicas ou esquadrias em madeira, e também identificar elementos decorativos típicos de determinados períodos, como platibandas ornamentadas ou cornijas molduradas. Essa ficha,

¹² Anexo E

portanto, fornece as bases metodológicas para a análise das fachadas da Praça Barão do Rio Branco, associando forma, técnica e tempo histórico.

Figura 5 – Ficha sobre Caracterização externa (SICG M302)

Fonte: SICG; Disponibilizado por terceiros

Em conjunto, as fichas do SICG constituem uma estrutura lógica de leitura e documentação que abrange desde o contexto urbano e legal até o detalhe arquitetônico. Para este trabalho foram analisadas apenas 5 fichas do sistema, cujo mostraram-se mais relevantes e aquelas que irão permitir reconstituir a evolução temporal e estilística das edificações, especialmente os dados das fichas M301 e M302, que tratam da época de construção, das transformações das fachadas e das características formais e materiais.

A aplicação adaptada dessas fichas à realidade da Praça Barão do Rio Branco poderá resultar em um modelo simplificado, mas metodologicamente consistente, capaz de articular informações históricas, formais e técnicas, porém de forma mais sucinta, muito por conta do tempo e informações disponíveis para este estudo.

Outro exemplo que exerceu influência no processo de elaboração do modelo de ficha para esta pesquisa foi o Inventário de São João Del-Rei (MG)¹³, que apresenta uma estrutura mais objetiva e comparativa, voltada à quantificação de características arquitetônicas e ao diagnóstico do grau de descaracterização dos imóveis (Figura 6). Esse formato, embora distinto das fichas do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), revela-se complementar por adotar uma metodologia mais analítica, capaz de transformar observações qualitativas em parâmetros mensuráveis.

A ficha organiza-se em seções que reúnem também os dados de identificação, uso, propriedade e data de construção, porém, seguidas de campos detalhados sobre características estilísticas, tipologia e técnicas construtivas. O primeiro bloco de informações indica o contexto de uso original e atual, permitindo observar alterações funcionais que muitas vezes explicam transformações nas fachadas. Essa correlação entre uso e forma é especialmente relevante para o estudo da Praça Barão do Rio Branco, onde parte dos imóveis históricos teve seu uso alterado ao longo do tempo, implicando modificações nas aberturas, revestimentos e ornamentações.

¹³ Ver anexo F

Figura 6 – Ficha do inventário de São João Del-Rei

The image shows a detailed inventory form for São João Del-Rei. The form is divided into several sections. The top section contains fields for 'Localização', 'Data', and 'Folha'. Below this, there is a large section titled 'Característica Estilística Predominante' which contains a grid for recording architectural styles. The grid has columns for 'Estilo', 'Influência', and 'Observações'. The right side of the form contains several smaller tables and sections for additional data, including 'Detalhes da Fachada', 'Revestimentos', and 'Observações Gerais'.

Fonte: Dias et. al. 2016

Um dos pontos mais expressivos desta ficha é o campo “Característica Estilística Predominante”, que apresenta uma descrição visual melhor detalhada, incluindo categorias como colonial, eclética, neoclássica, art nouveau, art déco e moderna. Essa diversidade de opções evidencia a preocupação em registrar a pluralidade estilística das edificações, possibilitando reconhecer nuances de transição ou influências mistas na arquitetura – algo que dialoga diretamente com a realidade de Estância, onde coexistem exemplares principalmente do século XIX e construções modernizadas do XX. A ficha ainda prevê a marcação simultânea de estilos predominantes e influências secundárias, recurso metodológico útil para análises comparativas entre fachadas.

A seção dedicada às características de fachadas e revestimentos demonstra atenção especial aos elementos compositivos externos, como marcações verticais e horizontais, presença de corpo e coroamento, e tipos de revestimento (pintura, caiação, cerâmica, entre outros). Essa abordagem facilita a leitura morfológica das edificações e a identificação de padrões construtivos e ornamentais característicos de determinadas épocas. Além disso, o

campo de proteção existente indica o nível de reconhecimento institucional do bem (federal, estadual, municipal ou entorno protegido), reforçando a importância da articulação entre documentação técnica e instrumentos legais de preservação.

Outro aspecto de destaque é o detalhamento das esquadrias, com subdivisões para tipo de vão, forma da verga, material e sistema de abertura. Essa minúcia contribui para a análise estilística, pois portas e janelas são elementos-chave na caracterização dos períodos arquitetônicos. O mesmo ocorre na seção de cobertura, que especifica número de águas, materiais (cerâmica, fibrocimento, metálica) e forma de cumeeira, fornecendo dados técnicos que auxiliam na datação e na leitura das transformações construtivas.

A parte inferior da ficha apresenta um diferencial metodológico significativo: a tabela de descaracterizações, que quantifica as alterações sofridas pelo imóvel em categorias como volumetria, cobertura, vãos, elementos compositivos e revestimentos. Cada item é avaliado segundo critérios de reversibilidade e integridade, resultando em um subtotal que expressa o grau geral de descaracterização. Essa sistemática de pontuação confere ao inventário um caráter analítico e comparável, permitindo hierarquizar os bens segundo seu nível de preservação. Tal abordagem é de grande valor para o estudo da Praça Barão do Rio Branco, pois possibilitaria definir quais imóveis mantêm maior autenticidade formal e quais demandam maior atenção em ações de conservação.

Por fim, a ficha incorpora campos voltados à leitura da paisagem urbana e relação com o entorno, incluindo volumetria, afastamento, alinhamento à rua e padrão de altura da quadra. Essa dimensão urbana complementa a análise arquitetônica, integrando o edifício ao contexto do conjunto histórico. O cruzamento entre as informações morfológicas, estilísticas e urbanas faz deste modelo uma referência metodológica robusta, especialmente por quantificar o grau de integridade dos imóveis sem perder o olhar interpretativo sobre seus valores formais.

Do mesmo modo, destaca-se o inventário do Patrimônio Cultural Material de Mossoró (RN)¹⁴, utilizado na pesquisa de Silva (2023), que adota um formato adaptado das fichas do SICG, onde é possível identificar uma estrutura metodológica bastante completa, permitindo compreender de forma integrada as dimensões históricas, construtivas e estilísticas do bem, seguindo mesmo formato, mas com uma organização mais sintética e acessível, o que a torna um exemplo prático de aplicação local dessa metodologia nacional (Figura 7).

¹⁴ Ver anexo G

Figura 7 – Ficha do inventário do Patrimônio Cultural Material de Mossoró 2/4

The image shows two pages of a form for the inventory of Material Cultural Heritage in Mossoró. Page 1 (left) contains fields for identification, location, and a large area for a site plan or map. Page 2 (right) contains detailed fields for architectural and historical data, including a table for structural elements.

Fonte: Silva, 2023

Esta ficha reúne um conjunto abrangente de informações fundamentais para a compreensão e documentação do patrimônio edificado, articulando aspectos técnicos, formais e interpretativos. Os campos iniciais incluem dados de identificação, localização, propriedade e época de construção e estabelecem uma base cronológica e espacial essencial para relacionar o bem ao contexto urbano e histórico, permitindo observar a evolução das edificações e suas transformações estilísticas ao longo do tempo.

Elementos como a planta de situação e as imagens da edificação contribuem para a leitura da inserção urbana e da morfologia do entorno, enquanto o campo sobre o grau de proteção destaca a importância da legislação e das políticas municipais de preservação como instrumentos de salvaguarda do patrimônio.

A caracterização externa, por sua vez, concentra descrições técnicas e estéticas detalhadas, abrangendo materiais, técnicas construtivas e elementos ornamentais, como cimalhas, esquadrias, platibandas e gradis, informações essas que permitem identificar estilos arquitetônicos, soluções construtivas e permanências de técnicas tradicionais. A ficha também diferencia claramente os conceitos de preservação e conservação, distinguindo o grau de integridade formal da condição física do imóvel (Figura 8), distinção que será adotada neste trabalho para a análise das edificações da Praça Barão do Rio Branco.

Figura 8 – Ficha do inventário do Patrimônio Cultural Material de Mossoró 4/4

The image shows two forms for the Mossoró Material Cultural Heritage Inventory. Form 3 (left) is a header form with a table for 'Dados Gerais' and 'Dados Específicos'. Form 4 (right) is a large empty box for 'Observações' and 'Histórico da Construção'.

Fonte: Silva, 2023

Além disso, os campos de observações e sobre o histórico da construção, ampliam a dimensão interpretativa do registro, relacionando o valor arquitetônico às práticas sociais e à memória coletiva, enquanto as seções de imagens, elevações e medidas de conservação reforçam o caráter documental e analítico da ficha. Dessa forma, o modelo aplicado em Mossoró demonstra a efetividade do formato do SICG ao integrar precisão técnica e leitura contextual, servindo de referência metodológica para a adaptação proposta neste estudo, voltada à catalogação e análise das edificações históricas da Praça Barão do Rio Branco em Estância-SE.

Paralelamente, foram consultados outros modelos institucionais, como o INBI- SU (Inventário Nacional de Sítios Urbanos Tombados) e os inventários municipais, a exemplo do Inventário da Prefeitura do Rio de Janeiro, que dedica campos específicos a elementos arquitetônicos como marcenaria, serralheria, frisos e coroamentos. Esses modelos contribuíram para compreender a diversidade de enfoques possíveis, variando entre descrições

mais sintéticas (voltadas para tipologias e estilos) e descrições mais qualitativas e detalhadas (voltadas para elementos ornamentais e técnicos).

A análise conjunta das fichas do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG/IPHAN), do Inventário do Patrimônio Cultural de Mossoró e do Inventário Arquitetônico de São João del-Rei evidencia diferentes níveis de detalhamento e abordagem metodológica, que se complementam na compreensão e registro das edificações históricas. Enquanto o modelo do SICG apresenta uma estrutura ampla e institucional, voltada à padronização nacional e à integração entre dados históricos, legais e técnicos, a ficha de São João del-Rei propõe um método mais analítico, ao quantificar o grau de descaracterização e preservar uma leitura comparativa entre imóveis, transformando observações qualitativas em indicadores objetivos de integridade formal. Já a ficha de Mossoró destaca-se pela aplicação prática desse sistema em âmbito municipal, com foco descritivo e visual, articulando informações sobre época de construção, materiais, estado de conservação e ornamentação.

Em conjunto, essas três experiências demonstram diferentes possibilidades de registro patrimonial, da documentação institucional à análise interpretativa e quantitativa, e revelam a importância de integrar esses enfoques em modelos mais completos. Para o presente trabalho, o cruzamento dessas referências orienta a elaboração de uma ficha adaptada, que privilegie a época de construção, as transformações morfológicas e os aspectos estilísticos das fachadas, buscando equilibrar precisão técnica, leitura histórica e sensibilidade estética na análise das edificações da Praça Barão do Rio Branco.

Figura 10 – Modelo de ficha elaborado para a pesquisa

The image displays two versions of a research form template. The left version is a detailed, filled-out form with multiple sections and tables. The right version is a simplified, empty template of the same form, showing the layout and structure. The form is organized into several distinct blocks, each with a specific header and content area. The headers are in red, and the content areas are in white. The form is designed to be used for data collection and analysis in a research project.

Fonte: Elaborado pela autora, 2026

A ficha elaborada, apresenta uma estrutura metodológica alinhada aos sistemas de documentação patrimonial analisados anteriormente, organizando-se em blocos temáticos que integram informações históricas, morfológicas, estilísticas e diagnósticas. Sua formatação evidencia uma preocupação em registrar o imóvel de maneira sistemática e comparável, permitindo análises tanto individuais quanto relacionais entre as edificações integrantes do conjunto histórico.

O primeiro bloco reúne dados de **identificação**, como época de construção, data da fachada existente e localização georreferenciada. Esses campos introduzem uma caracterização inicial fundamental para compreensão do bem, posicionando-o temporal e espacialmente e permitindo observar sua inserção na malha urbana de Estância.

Em seguida, a ficha incorpora campos referentes à **topografia do terreno, tipo de propriedade, ocupação, ao uso original e atual, à tipologia arquitetônica e ao contexto urbano**, que se mostram essenciais para detectar dinâmicas funcionais e estruturais. A

distinção entre usos¹⁶ permite observar o quanto determinadas alterações de função (especialmente a conversão de residências históricas para uso comercial) têm impactado elementos como aberturas, ornamentações e revestimentos. No caso da Praça Barão do Rio Branco, onde muitos imóveis sofreram readequações, tais informações são imprescindíveis para compreender a relação entre função e forma, e para identificar fatores que contribuíram para a descaracterização parcial de algumas fachadas.

A seção de **caracterização externa** constitui o núcleo analítico da ficha, pois contempla um conjunto detalhado de informações sobre tipologia, estilo predominante, cobertura, coroamento, beiral, vedação, revestimentos, cor da fachada e volumetria. Ao incluir categorias estilísticas e de período como colonial, eclética, neoclássica, art nouveau e art déco, o documento reconhece a pluralidade formal existente em Estância e permite identificar não apenas estilos predominantes, mas também influências secundárias. Essa amplitude de opções reafirma a importância de registrar nuances estilísticas e transições formais, particularmente relevantes em um conjunto urbano que reúne edificações dos séculos XIX e XX, muitas delas modificadas por reformas posteriores.

Do mesmo modo, nos campos destinados às **esquadrias e aos sistemas de cobertura** reforça o olhar técnico do inventário. Portas, janelas, vergas, materiais e sistemas de abertura são elementos-chave para a leitura estilística de um edifício, servindo como indícios para datação e para identificação de alterações. A cobertura, por sua vez, ao registrar número de águas, tipo de beiral, coroamento e materiais empregados, fornece dados fundamentais para análise das técnicas construtivas tradicionais e das modificações decorrentes de intervenções mais recentes.

A ficha também prevê campos destinados ao **diagnóstico de preservação e conservação**, distinguindo entre integridade formal (íntegro, pouco alterado, muito alterado ou descaracterizado) e estado físico (bom, precário, arruinado). Embora não apresente uma tabela de pontuação analítica, como ocorre em inventários mais quantitativos, essa diferenciação permite avaliar o grau de comprometimento do bem e registrar as condições de sua fachada de forma objetiva. Associada ao campo destinado ao **grau de proteção existente ou proposto**, essa parte do documento reforça a articulação entre o levantamento técnico e os instrumentos oficiais de tutela do patrimônio.

¹⁶ O uso de uma edificação influencia diretamente sua conservação e as modificações realizadas ao longo do tempo. Mudanças de função podem exigir adaptações que, quando feitas sem critérios de preservação, resultam em descaracterização; em contrapartida, o uso contínuo e compatível contribui para a manutenção e permanência do bem.

Os campos na segunda página ampliam a compreensão global do imóvel ao incorporar tanto aspectos técnicos complementares quanto **registros visuais e descritivos** essenciais para interpretação do bem. No entanto, é importante destacar algumas **limitações** relativas a esses campos. Os itens **estrutura e planta baixa** tendem a aparecer com menor frequência nas fichas, pois, em vários casos, não foi possível identificar visualmente o sistema construtivo ou elementos que indicam a tipologia estrutural da edificação, por isso não se aplica a todos os imóveis, especialmente àqueles com alterações recentes, fachadas muito modificadas ou impossibilidade de acesso ao interior.

Já o campo planta baixa apresenta uma limitação mais significativa, já que durante a pesquisa, não foi possível obter as plantas das residências ou efetuar um levantamento cadastral, mesmo após contato com a Prefeitura e com a Secretaria de Infraestrutura do município. Apenas em um caso isolado houve acesso à planta baixa por meio de diálogo direto com o proprietário do imóvel. Diante disso, a maioria das fichas não inclui essas informações, o que reforça o caráter de pré-inventário do estudo, uma vez que a ausência desses dados impede a construção de um inventário completo em sua dimensão técnica.

No conjunto, a ficha de pré-inventário da Praça Barão do Rio Branco configura um **instrumento** conciso, capaz de integrar informações descritivas e analíticas e de oferecer uma leitura aprofundada das fachadas. Sua organização permite comparações entre imóveis e facilita a identificação de padrões formais, transformações, valores arquitetônicos e necessidades de conservação, sendo passível de alterações para futuros estudos de modo que seja suprimido ou adicionadas novas informações caso necessário.

3. A PRESERVAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS DE VALOR HISTÓRICO NO CENÁRIO SERGIPANO

A preservação de conjuntos urbanos e espaços públicos de valor histórico constitui um dos pilares fundamentais para a manutenção da memória coletiva e da identidade cultural das sociedades. Desde o século XIX, pensadores como John Ruskin e Alois Riegl já chamavam atenção para o valor dos testemunhos materiais do passado, defendendo que sua conservação deveria ultrapassar a mera utilidade funcional e reconhecer tanto valores históricos quanto afetivos. Para Ruskin, “não temos o direito de tocar nas obras do passado, senão para as conservar” (Ruskin, 1849, p. 184), sublinhando que qualquer restauração que apague marcas do tempo seria uma falsificação da história. Riegl, por sua vez, ao discutir o “culto moderno aos monumentos”, distinguiu valores como o de antiguidade, o histórico e o de uso, defendendo que “cada época deve atribuir ao monumento um significado próprio, sem romper com o testemunho das gerações anteriores” (Riegl, 1903, p. 42).

No cenário internacional, documentos como a Carta de Veneza (1964) e a Carta de Washington (1987) estabeleceram princípios que ampliaram a compreensão do patrimônio urbano. A Carta de Veneza afirma que “a noção de monumento histórico compreende não só a criação arquitetônica isolada, mas também o sítio urbano ou rural que testemunhe uma civilização particular” (ICOMOS, 1964, art. 1), rompendo com a visão restrita a edifícios singulares. A Carta de Washington reforça que “as qualidades a serem preservadas incluem o caráter histórico da cidade ou área urbana e todos os elementos materiais e espirituais que expressam esse caráter” (ICOMOS, 1987, art. 2), reconhecendo que a participação ativa da comunidade é indispensável para o sucesso dos programas de conservação.

O CIVVIH (ICOMOS¹⁷ - Comité Internacional sobre Cidades Históricas) actualizou, portanto, as abordagens e considerações contidas na Carta de Washington (1987) e na Recomendação de Nairobi (1976), com base no actual conjunto de documentos de referência. O CIVVIH redefiniu os objectivos, atitudes e ferramentas necessárias, tendo em consideração a evolução significativa das definições e metodologias relacionadas com a salvaguarda e gestão de cidades e áreas urbanas históricas. As alterações reflectem uma maior consciência sobre a questão do património histórico numa escala regional e não somente confinada em áreas urbanas; sobre valores intangíveis, tais como a continuidade e a identidade; sobre o uso tradicional das terras, o papel do espaço público nas interações da comunidade e de outros factores socioeconómicos, tais como factores de integração e ambientais [...]” (ICOMOS, 1987, p.1)

¹⁷ Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, uma organização não governamental global que atua na promoção da conservação, proteção, uso e valorização de monumentos, sítios urbanos e patrimônio cultural em geral. É o órgão consultivo da UNESCO em questões de patrimônio cultural mundial.

Os Princípios de La Valetta (2011)¹⁸ avançaram ainda mais nesse entendimento ao reconhecer que as cidades e áreas urbanas históricas “são expressões da diversidade das sociedades ao longo da história e do acúmulo de valores e identidades”. Esses princípios defendem que a conservação deve integrar-se ao planejamento urbano e territorial, garantindo que “novas funções e atividades sejam compatíveis com o caráter da cidade histórica” e que a gestão desses espaços seja participativa, envolvendo poder público, técnicos e moradores. O documento também enfatiza que a preservação deve considerar não apenas os elementos arquitetônicos, mas também a morfologia urbana, o espaço público, a relação com a paisagem e a continuidade das funções sociais que dão sentido ao lugar.

Outro aspecto fundamental trazido tanto pelo debate internacional quanto nacional é o papel do registro e da documentação como etapas indispensáveis no processo da conservação. Os Princípios para o Registro do Patrimônio Cultural (1996) afirmam que “o registro é uma das principais formas de dar significado, compreensão, definição e reconhecimento aos valores do patrimônio cultural” (ICOMOS, 1996, art. 1) e que ele deve ser conduzido em nível de detalhe adequado para subsidiar a identificação, interpretação e gestão do bem. Essa dimensão técnica é estratégica para orientar intervenções, planejar ações preventivas e assegurar que a integridade dos conjuntos urbanos seja mantida ao longo do tempo.

No contexto brasileiro, a atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde sua criação, em 1937, representa um marco na consolidação das políticas de preservação. Inspirado pelas formulações pioneiras de Mário de Andrade¹⁹, o anteprojeto do órgão²⁰ já destacava “a habilidade com que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos” como parte essencial do conceito de arte e patrimônio (Andrade, 1936, p. 279). Durante a chamada “fase heróica”²¹ do IPHAN, Rodrigo Melo Franco de Andrade afirmava que “só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular” (Ministério da Cultura, 1987, p. 64), estabelecendo uma visão em que a preservação dependia diretamente da

¹⁸ Conjunto de diretrizes do ICOMOS para a salvaguarda e gestão de cidades e áreas urbanas históricas, reconhecendo que esses locais são complexos e integram aspectos materiais e imateriais.

¹⁹ Mário de Andrade teve um papel fundamental na criação do SPHAN (precursor do Iphan), para o qual redigiu o anteprojeto em 1937.

²⁰ Anteprojeto do órgão SPHAN: Em 1937, a convite do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, Mário de Andrade escreveu o anteprojeto para a criação de um órgão nacional de preservação do patrimônio. Essa iniciativa foi o embrião do que se tornaria o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

²¹ A chamada “fase heróica” do IPHAN corresponde ao período inicial de sua atuação (1937-1960), marcado pela fundação do órgão sob liderança de Rodrigo Melo Franco de Andrade e pela valorização de bens coloniais, sobretudo o barroco, em uma perspectiva seletiva e elitista voltada à construção de uma identidade nacional.

conscientização social, apesar de pesquisadores como Fonseca (2005) apontar que, apesar dos avanços institucionais, essa fase excluiu muitas manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, que só foram reconhecidas mais tarde, quando o IPHAN começou a ampliar seu olhar para o patrimônio imaterial e para uma diversidade maior de bens culturais.

Para Carlos Lemos (1981, p. 45), preservar significa “manter viva a história e o país, preservar o saber brasileiro e fazê-lo ser valorizado no exterior”, alertando para os riscos da descaracterização motivada por interesses turísticos ou especulativos. Beatriz Kühl (2009, p. 214) adverte contra o chamado “fachadismo”, prática que mantém apenas a aparência externa de um edifício histórico, enquanto destrói sua integridade documental, gerando “danos irreversíveis para a diversidade e a compreensão histórica dos bens”.

Essas formulações apontam para a compreensão do patrimônio urbano como um organismo vivo, cujo valor não se limita ao aspecto físico, mas envolve a teia de significados, memórias e usos que se acumulam no tempo. Como sintetiza o IPHAN (2014, p. 5), “a proteção e a preservação do patrimônio devem articular ações educativas e políticas públicas, de forma a envolver a comunidade como agente ativo desse processo”.

Assim, refletir sobre a preservação de conjuntos urbanos e espaços públicos de valor histórico implica reconhecer que tais lugares são mais do que simples cenários arquitetônicos: são repositórios de identidades e práticas sociais. A construção de políticas eficazes requer a articulação entre fundamentos teóricos, diretrizes internacionais, legislações nacionais e, sobretudo, a participação ativa da sociedade.

Essas considerações ganham contornos mais nítidos quando analisadas a partir de experiências locais de preservação. Por exemplo, em Sergipe, apesar de ser o menor estado brasileiro em extensão territorial, guarda um patrimônio arquitetônico e urbanístico de grande relevância para a compreensão da formação cultural brasileira. Em cidades como São Cristóvão, Laranjeiras e Estância, as praças, ruas e edificações históricas mantêm viva a memória de processos coloniais, econômicos e sociais que moldaram a identidade regional.

No centro dessa herança encontra-se o **São Cristóvão** (Figura 11), que possui um vasto patrimônio tombado inicialmente à níveis federal e estadual na década de 1940 e que posteriormente teve seu **conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico** oficialmente tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 23 de janeiro de 1967, inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Esse tombamento representou não apenas o reconhecimento de seu valor histórico e artístico, mas também a aplicação de um dos principais instrumentos de proteção do patrimônio brasileiro

previstos no Decreto-Lei nº 25/1937, que regula o tombamento como ato administrativo capaz de impor restrições legais para garantir a preservação de bens de interesse público (Fonseca, 2005; IPHAN, 2023).

Figura 11 – Vista aérea do centro histórico de São Cristóvão, Sergipe (s.d.)



Fonte: IPHAN

O processo envolveu etapas de levantamento documental, estudos históricos e pareceres técnicos, resultando na inscrição do conjunto em um dos quatro livros do tomo previstos pela legislação. Essa medida impede alterações que comprometam a integridade do bem e exige que qualquer intervenção seja previamente aprovada pelo IPHAN. Décadas mais tarde, em 2010, a Praça São Francisco, coração urbano de São Cristóvão, recebeu o título de Patrimônio Mundial da UNESCO, reforçando a relevância internacional do conjunto como testemunho da influência ibérica no urbanismo colonial, especialmente no contexto da União das Coroas Ibéricas (1580–1640) (UNESCO, 2010).

Além das intervenções físicas, o IPHAN promove ações educativas, como as cartilhas de cores (Figura 12) para a preservação das fachadas do centro histórico e estruturou uma **Comissão Gestora para a Praça São Francisco**, que reúne entidades federais, estaduais,

municipais e a sociedade civil, visando à coordenação contínua da conservação e valorização da área do patrimônio mundial.

Figura 12 – Volumes das cartilhas de paleta cores do Iphan



Fonte: Revista científica ANAP, Brasil, 2024

Embora seja um exemplo notável de salvaguarda, o caso de São Cristóvão também revela ressalvas importantes. O tombamento garante proteção formal, mas não assegura, por si só, a conservação física ou a apropriação social do bem. Estudos do próprio IPHAN e de autores como Lemos (2013) alertam que, sem políticas de manutenção contínua, investimentos adequados e participação efetiva da comunidade, o tombamento pode se tornar um instrumento meramente declaratório, distante da realidade cotidiana do bem, exigindo programas específicos como o PAC Cidades Históricas e ações de educação patrimonial (IPHAN, 2014; Gouvêa, 2018).

Apesar dessas limitações, o modelo adotado em São Cristóvão, que combina tombamento, reconhecimento internacional, restauração física e educação patrimonial, oferece referências valiosas para outras cidades sergipanas. As ações de inventário e registro realizadas pelo IPHAN, associadas à criação de comissões gestoras e à articulação com órgãos municipal e estadual, demonstram que a proteção do patrimônio é mais eficiente quando envolve múltiplos agentes e planejamento de longo prazo. Ainda assim, a experiência aponta para a necessidade de adaptar o modelo às especificidades locais, evitando que a proteção se limite a áreas centrais ou bens monumentais, e garantindo que a preservação esteja ligada a usos sociais e econômicos sustentáveis.

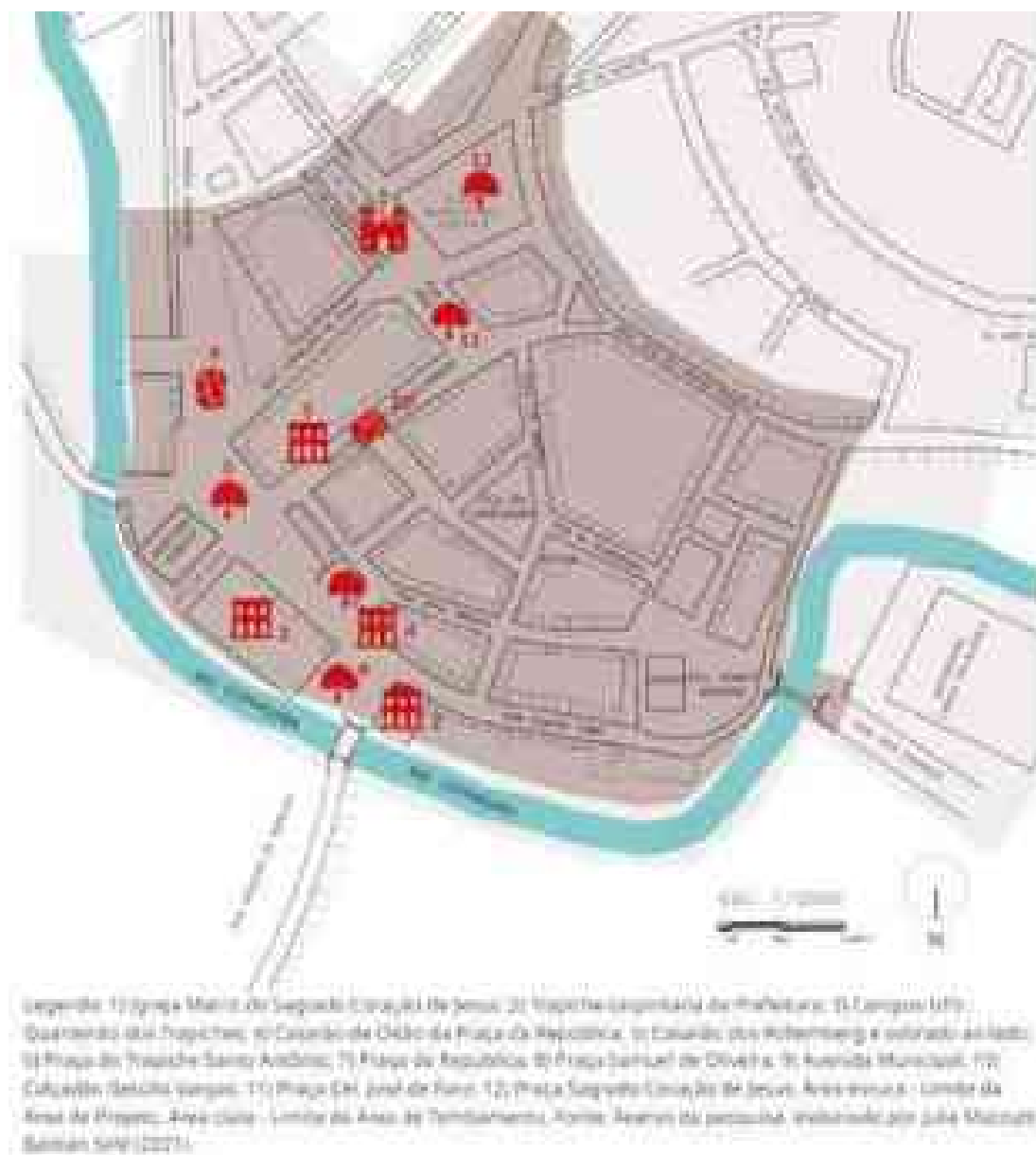
Nesse sentido, a experiência do **Programa Monumenta** em Laranjeiras amplia a compreensão sobre as possibilidades de atuação na preservação patrimonial em Sergipe.

Implementado entre os anos 1990 e 2000, o programa contou com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento e apoio técnico do IPHAN, com o objetivo de restaurar e revitalizar áreas tombadas, articulando conservação patrimonial com desenvolvimento econômico baseado no turismo cultural.

Na cidade de **Laranjeiras**, as ações não se limitaram à recuperação de edifícios isolados: houve a restauração de fachadas históricas, mas também a **requalificação** de espaços públicos fundamentais para a vida urbana, como a Praça da Matriz (Praça Samuel de Oliveira), o Largo do Senhor do Bonfim, a Praça Tobias Barreto e o entorno da Igreja do Rosário (Figura 13). Nessas áreas, foram realizadas intervenções físicas como recuperação de calçadas, mobiliário urbano, iluminação pública e requalificação paisagística, buscando integrar o patrimônio edificado à vida social e cultural da cidade (IPHAN, 2004).

Essas intervenções mostraram que a preservação do patrimônio pode se tornar um instrumento de revitalização urbana e social, promovendo a apropriação coletiva dos espaços, incentivando atividades culturais e fortalecendo o turismo. No entanto, também evidenciaram desafios quanto à continuidade das ações e à manutenção periódica, indicando que a revitalização só se sustenta quando acompanhada de políticas permanentes de gestão e uso sustentável dos bens e espaços históricos.

Figura 13 – Mapa de Laranjeiras com a indicação das intervenções



Fonte: Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, (2021).

Entretanto, o modelo enfrentou limitações estruturais, principalmente após o término do financiamento, faltaram políticas públicas para garantir a manutenção e o uso adequado dos bens restaurados. Além disso, houve tensões entre os interesses do turismo e da preservação cultural, que nem sempre se alinharam com as necessidades e expectativas da população local, refletindo o alerta de Choay (2001) sobre os riscos transformação em mero produto turístico, desvinculado do contexto social e cultural original.

As experiências de preservação dos conjuntos urbanos de São Cristóvão e Laranjeiras evidenciam que a proteção do patrimônio urbano em Sergipe vai além do simples ato de tombar ou restaurar bens arquitetônicos: trata-se de um processo dinâmico, que exige a articulação entre instrumentos legais, políticas públicas permanentes, participação comunitária e usos sociais que mantenham vivo o significado cultural desses espaços. Se por um lado São Cristóvão demonstra a força do reconhecimento institucional e internacional como meio de salvaguarda, por outro Laranjeiras expõe os limites de iniciativas dependentes de financiamento externo, cuja continuidade esbarra na ausência de planejamento a longo prazo. Ambos os casos revelam que a preservação só se torna efetiva quando conecta memória, identidade e funcionalidade, garantindo que os espaços públicos históricos permaneçam integrados à vida cotidiana das comunidades.

É a partir dessa perspectiva que se torna pertinente analisar a Praça Barão do Rio Branco, em Estância, enxergando-a não apenas como um espaço de convivência urbana, mas também como um local que além de tudo, concentra processos históricos que atravessa diversos períodos, expressos em suas sucessivas transformações físicas, simbólicas e sociais. A praça não apenas materializa práticas de embelezamento urbano e de afirmação de poder político-religioso, mas também constitui um território de memória coletiva, onde se entrelaçam a paisagem construída, as manifestações culturais e as experiências cotidianas da população estanciana.

3.1. A cidade e a praça: Formação e transformações do espaço público

A cidade de Estância, localizada no litoral sul do estado de Sergipe, teve seu surgimento atrelado à colonização portuguesa e à expansão econômica para além do Recôncavo Baiano. Segundo França e Graça (2000, p. 28) seu território começou a ser efetivamente ocupado a partir do século XVII, quando em 1621 Pedro Homem da Costa, natural do México e seu concunhado Pedro Alves receberam uma concessão de sesmária²² nas margens do rio Piauitinga. A fertilidade das pastagens naturais e a abundância de recursos hídricos consolidaram a atividade pecuária como base da economia local, dando origem ao nome da cidade, “Estância”, termo castelhano que significa “fazenda de gado”.

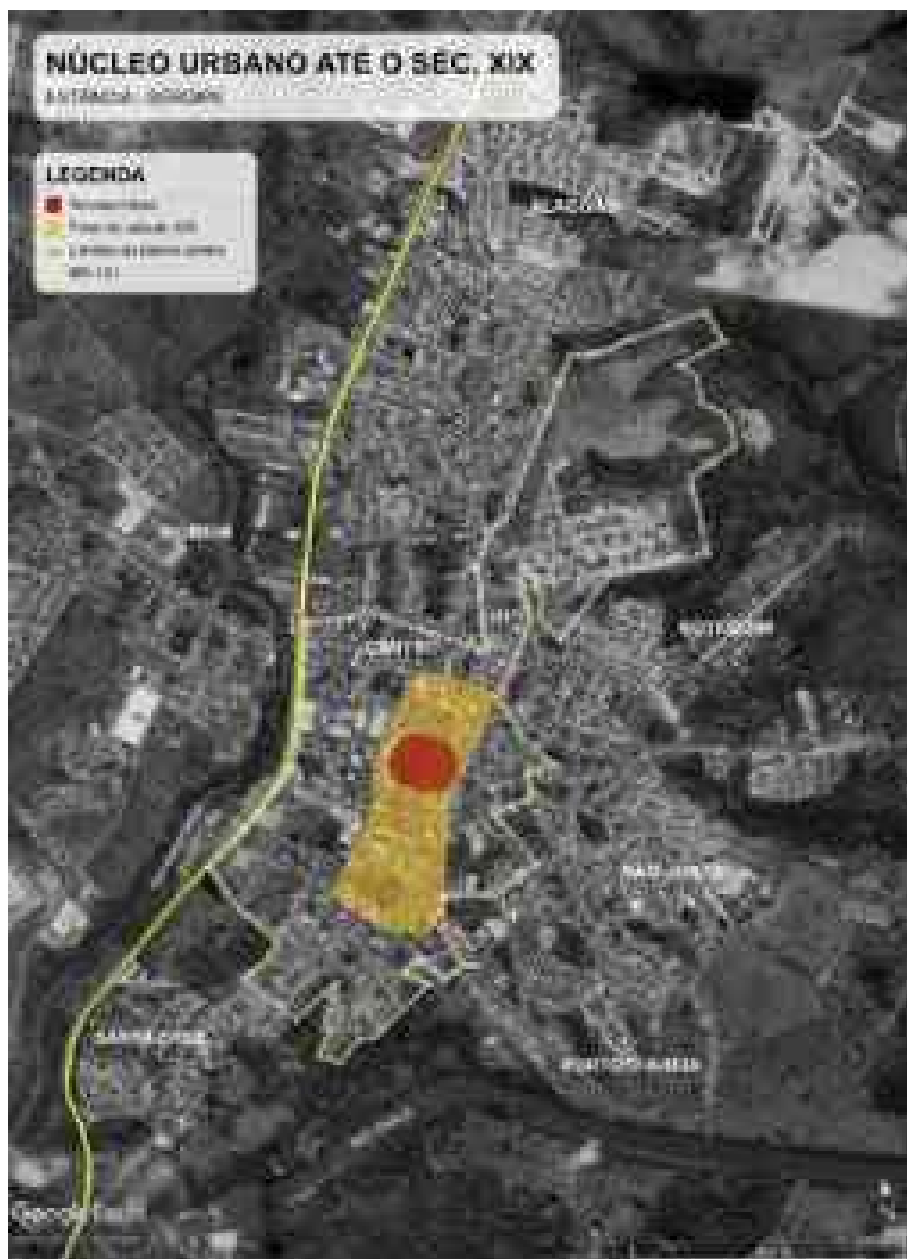
Saibão etc. Dizem Pedro Homem da Costa e Pedro Alves, ambos cunhados, moradores nesta capitania, que há muitos anos que nela são moradores do serviço se Sua Majestade se acharão com suas armas, cavalos e escravos e com muitos negros da terra e com toda a mais fábrica que tem e presumem e porque para seus gados e outras criações que tem não tem pastos nem matos para comerem e uns escravos fazerem roçarias de mantimentos e plantarem canas e algodão e pretenderem fazer engenhos e nos limites do rio Real da banda do norte está um ribeiro que vem do sertão e se mete no mar salgado de um braço ou estiro de mesmo rio Real, a qual ou braço se chama Piauí ou o que por nome for ou tiver donde há terras devolutas e por aproveitar razão de nelas haverem dadas a Diogo de Quadros três léguas que nunca povoou, salvo a parte onde João Dias Cardoso povoou. Eles suplicante tem roçarias e algodões e agora querem fazer o dito engenho e cultivar as ditas terras e meterão gados nelas e suas criações de que pode resultar proveito a Fazenda de Sua Majestade[...] (FREIRE, 2081, p. 417)

O marco inicial da formação urbana foi a construção de uma capela de pedra e cal, dedicada à Virgem de Guadalupe²³, implantada estrategicamente em um ponto elevado da localidade. Esse núcleo inicial de ocupação (Figura 14), com o passar do tempo tornou-se o centro do desenvolvimento urbano e institucional da cidade. Estância, consolidou-se como um dos principais pólos econômicos, religiosos e culturais de Sergipe, especialmente durante o ciclo açucareiro no século XIX, por apresentar intensa movimentação mercantil, ocasionada pelo seu sucesso portuário (França e Graça, 2000, p 30).

²² Grandes extensões de terra, inicialmente em Portugal e depois no Brasil colonial, concedidas pela Coroa a indivíduos, com a obrigação de cultivá-las e torná-las produtivas. Eram um sistema para estimular a produção agrícola e a ocupação de terras, tanto em Portugal como nas colônias.

²³ Importante figura religiosa católica, especialmente venerada no México e em toda a América Latina.

Figura 14 – Delimitação do núcleo urbano de formação e limites urbanos até o século XIX.



Fonte: França, 2000, elaborado pela autora.

Durante o século XIX (1822–1899), o comércio local que se concentrava entre a Igreja Matriz e a Igreja do Rosário – ambas próximas à atual Praça Barão do Rio Branco – destacava-se pela presença de comerciantes estrangeiros, sobretudo portugueses, que introduziram artigos de luxo importados da Europa à cidade. Esses elementos conferiram requinte ao ambiente urbano e consolidaram a praça como polo comercial e social da cidade (Oliveira, 2021, p. 71; Amado, s.d.). Pequenos estabelecimentos comerciais espalharam-se

pela cidade, mas os maiores e mais importantes estavam situados no entorno da praça, reforçando sua centralidade como espaço de circulação e encontro.

Esse núcleo urbano consolidou-se no local onde hoje se encontra a **Praça Barão do Rio Branco**, ponto central do traçado da cidade e sede histórica dos poderes religioso e administrativo. Nessa praça estão situados a Catedral Diocesana Nossa Senhora de Guadalupe e o Paço Municipal, e em seu entorno ainda podem ser identificadas edificações residenciais e institucionais remanescentes dos séculos XIX e XX. Dentre essas construções, destacam-se exemplares dos estilos arquitetônicos da época colonial, como neoclássico e eclético, que compõem a paisagem arquitetônica local (Figura 15).

Figura 15 – Configuração do entorno da Praça Barão do Rio Branco.



Fonte: Elaborado pela autora, 2026

Composta pelos jardins Dom Coutinho, Monsenhor Vitorino e Dom Pedro II (Figura 16), a praça também se configura como um dos principais espaços de sociabilidade e memória da população estanciana. Sua organização segue influências da tradição ibero-americana de

urbanização, aproximando-se do modelo da Plaza Mayor, estrutura em torno da qual se dispõem os edifícios religiosos e civis centrais (DURÁN, 2002)²⁴.

O desenho urbano da praça foi pensado para que dela partisse o traçado das principais ruas, quatro saindo de cada face da praça e outras duas de cada ângulo, alinhadas aos quatro ventos, com largura das vias adaptada ao clima e à presença de animais de carga, conforme descrito por HOLANDA (2004, p. 97).

Figura 16 – Jardins que compõem a Praça Barão do Rio Branco.



Fonte: Elaboração Própria, 2026

A denominação atual do largo é relativamente recente, segundo Oliveira (2025)²⁵ “Sua primeira denominação foi Praça da Matriz (ainda popularmente chamada assim) e depois Praça Sete de Setembro, em memória à Independência do Brasil. Em 1912, com a

²⁴ DURÁN ROCCA, Luisa Gertrudis. A cidade colonial ibero-americana: a malha urbana. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

²⁵ OLIVEIRA, Acrísio Gonçalves de. A Praça Barão e seu barco à deriva. Jornal do Dia, Estância, 29 maio 2025.

morte do jornalista e diplomata Barão do Rio Branco (1845-1912), o intendente da época, Jeremias de Souza Carijó, alterou seu nome para Praça Barão do Rio Branco”.

Ao longo das décadas seguintes, a praça passou por profundas transformações. Até o início do século XX, era cercada por palacetes, hotéis, escolas e até oficinas de jornais. Durante a década de 1930, foi remodelada pelo prefeito Leopoldo Araújo, com a construção do coreto e de jardins geométricos. No centro foi erguido o Monumento "Estância, Jardim de Sergipe", aludindo à passagem do imperador Dom Pedro II, que teria exclamado a frase durante visita à cidade em 1860. A inauguração contou com a presença do romancista Jorge Amado, que ali discursou sobre liberdade em tempos de repressão (OLIVEIRA, 2025, n.p.)

Até o início do século XX, o espaço ainda mantinha características de terreno aberto, coberto por vegetação rasteira e cortado por trilhas, servindo como local da tradicional feira livre da cidade (Figura 17). Somente em 1938, foi inaugurada a praça estruturada, refletindo as funcionalidades do povoamento colonial (Oliveira, 2021, p. 197).

Figura 17 – Descampado onde hoje se situa o Jardim D. Pedro II, ao centro, o Palacete Nabuco, vizinho a este, o sobrado do Sr. Salustriano Vieira na década de 1920.



Fonte: Estância Secular, p.85.

Ao longo das décadas seguintes, a praça passou por profundas transformações. No início do século XX, era cercada por palacetes, hotéis, escolas e até oficinas de jornais. Durante a década de 1930, foi remodelada pelo prefeito Leopoldo Araújo, com a construção do coreto e de jardins geométricos. No centro foi erguido o Monumento "Estância, Jardim de Sergipe", aludindo à passagem do imperador Dom Pedro II, que teria exclamado a frase

durante visita em 1860. A inauguração contou com a presença de Jorge Amado, que ali discursou sobre liberdade em tempos de repressão (Oliveira, 2025, n.p.).

No início do século XX, a praça manteve seu protagonismo nas atividades urbanas e culturais. Em 1904, as festividades de São João incluíam espetáculos de pirotecnia em frente à Matriz (Oliveira, 2021, p. 129). Em 1908, eventos organizados no palanque do quadrilátero direito da Matriz reuniam apresentações da banda Euterpe (A Razão, 5 jul. 1908). Em 1909, o intendente José de Alencar Cardoso plantou as icônicas palmeiras imperiais (Souza, 2009, p. 37-38) (Figura 18).

Figura 18 – Praça Barão do Rio Branco, aproximadamente na década de 1930.



Fonte: Memórias de Estância

Segundo Rogério Freire, na década de 1920, a Praça da Matriz (atual Barão do Rio Branco) tinha seu nível elevado, com dois degraus de cada lado para acesso, sua arborização era constituída apenas por alguns poucos pés de tamarindo, além das palmeiras imperiais, esta permanecia como local de grande movimentação comercial e social, mas que ainda carregava hábitos tradicionais (Figura 19), como o trânsito de boiadas pela praça, que logo começaram a ser regulamentados por leis municipais para preservar o espaço urbano (Oliveira, 2021, p. 202).

A lei nº 170, de 12 de junho de 1923, proibia e multava quem transitasse com boiadas pelas Praça Barão do Rio Branco e 24 de Outubro, como também pela Rua Capitão Salomão. Analisando-se o artigo segundo a lei 169, de 12 de junho de 1923, concluímos que ele nos mostra um comércio estanciano dos anos 1920 concentrado entre as igrejas da matriz e do Rosário, centro de passagem de luz elétrica que estava por vir (Oliveira, 2021,p.202)

Essa década também foi marcada por eventos de grande prestígio, como as comemorações em maio de 1923 em homenagem ao presidente Graccho Cardoso, que mobilizaram a sociedade local com desfiles de automóveis ornamentados, festas ao ar livre, iluminação elétrica que encantava moradores e visitantes, e o fechamento do comércio para permitir a participação popular nas festividades (Oliveira, 2021, p. 199). Esses episódios demonstram o papel da praça como palco de modernidade e sociabilidade urbana.

Figura 19 – Praça Barão do Rio Branco em 1940, pés de tamarindo à frente, palmeiras e Paço municipal ao fundo.



Fonte: Disponibilizada pelo memórias de Estância

Domingo dia 20 de Maio depois de 3 semanas, Graccho Cardoso se despidia da terra natal pela tarde, às 5 horas, ao toque do hino Sergipano orquestrado pelas duas filarmônicas, chegava ao presidente e sua esposa e a Praça Barão do Rio Branco ao ar livre defronte ao grupo escolar foram dispostas mesas contendo chás, chocolates e bebidas finas. a noite a festa teve o patrocínio da Fábrica de Tecido Senhor do Bonfim, fornecendo Luz elétrica toda a praça como também ao grupo. Na fachada do prédio, lâmpadas monte de cores. Muito bem dispostas, A luz elétrica chamou a atenção encantando jovens idosos deslumbrados com aquele tipo de iluminação que deixava tudo bonito e quase claro como um dia. Teria dito o jornal a razão que "foi um dos grandes elementos de sucesso da festa aberta ao público, essa se prolongou com sua dança até às 10 horas quando se retirou o presidente (Oliveira, 2021, p. 199

Entre 1931 e 1933, projetos para homenagear personalidades locais, como o Monsenhor Silveira e o jornalista Gumersindo Bessa, foram discutidos e parcialmente executados na praça. O Monumento à Imprensa, inaugurado em 31 de dezembro de 1933, destaca-se como um símbolo histórico projetado pelo arquiteto Urbano Neto, marcando o papel da praça como espaço de memória e valorização cultural.

[...] Também foi aprovada a construção de um obelisco, nele contendo um medalhão, em bronze, da efígie do Monsenhor Silveira e do jornalista e jurista Gumersindo Bessa. o obelisco seria construído com pedras de granito do rio piauitinga e do mármore da jazida de sergipe.[...] O projeto do monumento não se efetivou. Também foi decidido homenagear Gumersindo em outro momento. Por uma coisa ou por outra, no dia sete de setembro, somente foi colocado um “retrato” do Monsenhor no Grupo Escolar e apenas a pedra fundamental do monumento na Praça Barão do Rio Branco.[...] Depois de muita espera, somente um ano depois, com a ajuda do novo intendente Francisco Macedo, precisamente em 31 de dezembro de 1933, no lado nordeste da dita Praça, foi inaugurado o Monumento à Imprensa, um belo símbolo histórico projetado pelo arquiteto Urbano Neto (Oliveira, 2021. p. 64, 67).

Além do comércio e das celebrações oficiais, a praça foi um importante palco cultural. O Carnaval local, por exemplo, ganhava vida com o desfile do “Zé Pereira”, carro alegórico confeccionado pelo artista Manuel Natureza, puxado pela Lira Carlos Gomes e animando as principais ruas, conforme registros de 26 de janeiro (Oliveira, 2021, p. 289). O Coreto da praça, espaço público tradicional, recebeu eventos como o Festival de Música Popular Nordestina promovido pela Rádio Esperança e encontros de filarmônicas locais, como a Lira Carlos Gomes, que executavam uma variedade de gêneros musicais – dobrados, valsas, marchas e frevos – contribuindo para a riqueza cultural e social da praça (Tribuna Cultural, s.d.).

Com o intuito de atizar o carnaval, em 26 de janeiro, domingo, saiu às ruas, "zabumbando", o Zé Pereira acompanhado pela Lira um carro alegórico, confeccionado pelo "competente" artista Manuel Natureza estava sendo aguardado constava na programação que os festejos se iniciaria uma Praça Barão "Palacete Nabuco", a nova série do clube, e, como de costume, tomariam as principais ruas puxados pela Lira Carlos Gomes de fato, a festa agradou e, no primeiro dia, o carro alegórico "compunha-se de uma grande estrela representando o emblema da República (Oliveira, 2021, p. 289).

Além das diversas manifestações culturais e musicais, a Praça Barão do Rio Branco é o principal palco das tradicionais festas juninas em Estância (Figura 20), celebrando o São João com grande destaque desde os primórdios. Registros indicam que, já em 1904, as festividades juninas incluíam espetáculos de pirotecnia na praça, acompanhados do repicar dos sinos da Matriz e da queima de fogos de artifício, em homenagem a São João Batista, refletindo a forte ligação da comunidade com suas tradições religiosas e populares (Oliveira, 2021, p. 129).

Figura 20 – Praça Barão do Rio Branco, enfeitada para os festejos juninos.



Fonte: Da autora, 2023.

Atualmente, o São João ainda é fortemente celebrado todos os anos na Praça Barão do Rio Branco, que abriga a Vila de São João, um espaço temático onde são realizadas apresentações culturais, barracas típicas e diversas atividades festivas, tendo como as

principais o tradicional Barco de Fogo²⁶ e a guerra de espadas (Figura 21), que atrai moradores e turistas de todo o mundo. Durante o período em que a praça passou por reformas estruturais, as comemorações juninas foram temporariamente transferidas para o Forró dromo da cidade, mantendo a vitalidade da festa. Contudo, o retorno à praça do Rio Branco fortaleceu o vínculo histórico entre o espaço público e as manifestações culturais locais. Além disso, a Praça também é sede anual da Vila de Natal, entre outros eventos que contribuem para a vivência comunitária e o fortalecimento da identidade cultural estanciana (Soares, s.d.).

Figura 21 – Competição de barcos de fogo em 2022.



Fonte: Estefany Lima, 2022

De acordo com o professor de história e ex-vereador da cidade de Estância, José Domingos Soares, nas últimas décadas, a Praça Barão do Rio Branco tem enfrentado desafios relacionados à preservação do seu patrimônio arquitetônico e paisagístico. O conjunto urbano da famosa “Cidade Jardim de Sergipe” tem sofrido descaracterização devido à ausência de

²⁶ O Barco de Fogo, declarado patrimônio cultural imaterial de Sergipe pela Lei 7.690 de 2003, é um dos maiores símbolos culturais de Estância (SE). Este barco, feito de madeira e decorado com esmero, percorre um cabo de aço, soltando fogos ao longo do trajeto e encantando a todos que assistem ao espetáculo. Para eternizar ainda mais essa tradição, a lei nº 7.301/2011 de autoria do então Deputado estanciano Gilson Andrade, PTC, foi instituída na data 11 de junho no calendário oficial do estado de Sergipe.

políticas públicas efetivas e à ação de gestores pouco atentos à preservação da identidade local, acarretando a destruição de casarios e a perda da memória histórica do local. Recentemente, as obras de reforma na praça, finalizadas em 2024 sob a gestão do prefeito Gilson Andrade e vice André Graça, provocaram diversos transtornos à população, afetando a mobilidade urbana e o comércio local.

A globalização e a tentativa de homogeneização cultural ampliam o risco de perda da memória e da identidade local, fenômeno que contrasta com a importância da praça para a estancianidade, termo cunhado para expressar o cuidado e a valorização das tradições e patrimônios locais (OLIVEIRA, 2021, p. 210).

A obra, além de ter ultrapassado seu prazo de finalização, foi e é duramente criticada pela população estanciana pela falta de diálogo dos idealizadores do projeto com a sociedade e a insatisfação em ver a identidade do local sendo apagada por meio de uma arquitetura grosseira, baseada em puro concreto em um espaço tão que antes era tão emblemático na cidade com suas calçadas portuguesas, o antigo abrigo e o “palco” onde os senhores costumavam jogar dominó. Mesmo assim, a Praça Barão do Rio Branco permanece como um espaço central importante para a identidade cultural e histórica de Estância, sendo necessário conciliar modernização e preservação do patrimônio material e imaterial da Praça Barão do Rio Branco, espaço fundamental para a identidade e memória coletiva.

3.2. O entorno construído da praça: Fachadas como fragmentos da memória urbana

A história arquitetônica de Estância revela-se como um tecido de memórias, marcado por mudanças graduais e pela influência de diferentes períodos históricos. Desde o início do **século XIX**, quando o porto próximo à desembocadura do rio Piauí estabeleceu contato direto com a capital da Bahia, a cidade passou a absorver influências estéticas e construtivas vindas de Salvador. Esse intercâmbio foi fundamental para moldar o gosto arquitetônico local: viajantes estancianos traziam de suas idas à capital baiana não apenas ideias e referências, mas também projetos, peças de decoração e técnicas construtivas que foram incorporadas às fachadas e aos interiores das edificações.

Ainda em **1808**, no caminhar das lentas transformações da colônia, depois de 187 anos, Estância tinha se tornado uma formosa povoação (Souza, 2005). A central Igreja Matriz Nossa Senhora de Guadalupe (Figura 22), do século XVII, em estilo jesuítico, feita em pedra,

cal, tijolos grossos, arenito e madeiras extraídas do próprio local, em frente dela erguia-se um cruzeiro de madeira com base em alvenaria.

Seu frontispício é formoso, apresenta duas torres bem delineadas, com sineira em arco pleno. O frontão é ondulado e aberto, com um óculo e encimado por uma cruz. Abaixo da cimalha, na parte central, três janelas excelentemente dimensionados com padieiras encurvadas. três portas almofadadas com vergas em arco pleno, dão acesso ao interior do templo [...] (SILVA, 1920, p. 200).

Sobre a fundação das cidades brasileiras, pode-se afirmar que elas seguiam um padrão: Caracterizada pela irregularidade do traçado, pela falta de alinhamento, pela ausência de calçamento, pela carência de iluminação pública e pela imundície. As águas das chuvas eram despejadas nas ruas pelos telhados e ponteira das residências; eram despejados também nesse espaço público só detritos orgânicos da casa pelos próprios moradores ou por escravos (Aragão, 2008).

Figura 22 – Igreja Matriz em 1920.



Fonte: Disponibilizado pelo Memórias de Estância

Em **1833**, mesmo com parte significativa de suas moradias ainda construídas em taipa, especialmente na região do Rosário (atual R. Capitão Salomão e Jardim Velho), Estância vivia um período de acúmulo de capital, sustentado pelo trabalho forçado. Esse crescimento

econômico se refletia timidamente na paisagem, mas a transformação ganharia ritmo nas décadas seguintes. A década de **1850**, trouxe um marco importante na regulamentação urbana.

A resolução nº 322, de 14 de abril de 1851, aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pela Câmara Municipal, determinava que todos os proprietários de prédios urbanos deveriam manter as fachadas caiadas (Figura 26), com renovação obrigatória entre novembro e dezembro. Essa postura não apenas indicava uma preocupação estética, mas também reforçava o controle e a padronização visual das ruas principais, o que atualmente não é visto (Figura 23).

Figura 23 – Exemplo das fachadas caiadas na rua ao fundo da Igreja Matriz, década de 1940.



Fonte: Memórias de Estância

Em **1864**, a postura municipal nº 702, datada de 17 de julho, estabeleceu novas exigências para a construção e reforma das edificações: as casas térreas erguidas nas ruas principais deveriam ter, no mínimo, 18 palmos de altura a partir do limiar das portas, e seria proibido fazer aterros ou calçadas que desviasse o nível da rua. O alinhamento passou a ser uma obrigação, com multas e até demolição para construções fora do padrão. As novas vias, fossem direitas ou transversais, deveriam ter largura mínima de 60 palmos. Ainda que a aplicação dessas regras fosse mais rigorosa nas ruas centrais, elas representaram um avanço no ordenamento urbano e no aspecto visual da cidade.

As edificações no entorno do espaço que hoje configura a **Praça Barão do Rio Branco**, eram predominantemente residenciais, além das casas existiam os sobrados que eram minoria nesta praça, salvo exceções, como o paço municipal, a igreja matriz²⁷, Colégio Camerino e o Palacete pertencente à família Nabuco (Figuras 24, 25), que era o mais antigo da cidade na época, pois outros já haviam sido demolidos. Possuía ainda nessa área, terrenos baldios murados ou cercados e o antigo portão de entrada para o mercado municipal (GRAÇA, 1999).

Figura 24 – Fachada antiga do atual prédio do Paço Municipal de Estância em 1920

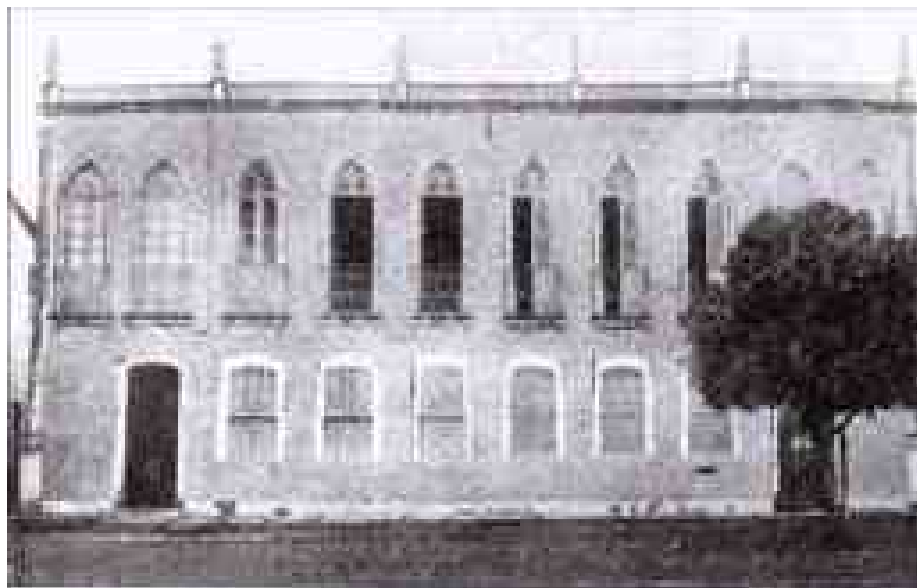


Fonte: Ecletismo arquitetônico, 1999

As casas térreas, maioria absoluta, apresentavam fachadas simples: uma porta ladeada por duas ou três janelas guilhotina com vidraças, protegidas internamente por janelas de madeira, e nas casas maiores, de seis a oito janelas separadas por uma porta central. O telhado, geralmente aparente, avançava além da fachada e terminava em bicas de zinco, com canos para escoamento das águas pluviais.

²⁷ Ver a figura 25

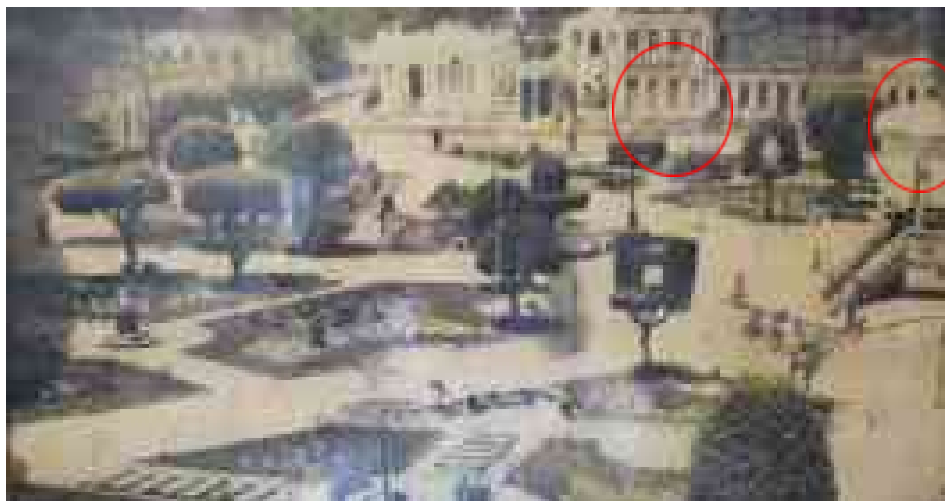
Figura 25 – Palacete dos Nabuco em 1920, onde o Imperador Dom Pedro II hospedou-se em sua visita à cidade de Estância que virá a se tornar o Parc. Hotel.



Fonte: Álbum de Sergipe, 1920.

Segundo Rogério Freire (1999), neste trecho, ainda haviam edificadas residências de muitos comerciantes e senhores de engenho, como o sobrado do Sr. Salustriano Vieira, que foi construído no século XIX, com uma porta e três janelas no pavimento térreo e quatro no pavimento superior, estas com sacadas de grade de ferro forjado. As esquadrias tinham vidraças, além de ombreiras em alvenaria, já não pertencia mais ao estilo colonial e sim ao neoclássico, devido aos ornamentos que possuía. Vizinho a este sobrado estava a casa do Sr. Joaquim Gomes, uma casa térrea com uma porta e três janelas de cada lado, havia em sua fachada também uma grega em alvenaria e seis pináculos. A residência era totalmente azulejada nas cores branco e azul (Figura 26), além dessas, diversas outras residências belíssimas circundavam à área em questão, trazendo beleza para a cidade.

Figura 26 – Ao canto direito à casa do Sr. Joaquim Gomes e mais ao centro o sobrado do Sr. Salustiano Vieira, década de 1960.



Fonte: Memórias de Estância

Para além das residências, ao lado direito da praça, na atual R. Marquês do Herval, destaca-se a construção do prédio que abrigou o Grupo Escolar Gumersindo Bessa (Figura 27), atual Diretoria Regional de Educação, DRE-1, um prédio moderno de linhas ecléticas onde antes existia um dos sobrados mais antigos da cidade, de arquitetura colonial.

Figura 27 – Grupo Escolar Gumersindo Bessa, à esquerda a antiga casa do Sr. Banga (atual Hotel Estanciano), década de 1970.



Fonte: Disponibilizado pelo Memórias de Estância

Com o passar do tempo, a paisagem urbana foi se alterando. As ruas, antes de chão batido, começaram a ser calçadas em pedra no século XIX e, no final da década de 1920, receberam pavimentação em paralelepípedos. Em **1931**, uma nova determinação legal, assinada pelo intendente interino Leopoldo de Araújo Souza, proibiu a manutenção de construções com beiral ou sem platibanda nas ruas centrais, entre elas Gumersindo Bessa, Capitão Salomão, Duque de Caxias, e nas praças Barão do Rio Branco e 24 de Outubro. Essa medida alinhava Estância às tendências arquitetônicas das principais cidades brasileiras, promovendo um padrão visual mais “moderno” e regularizado.

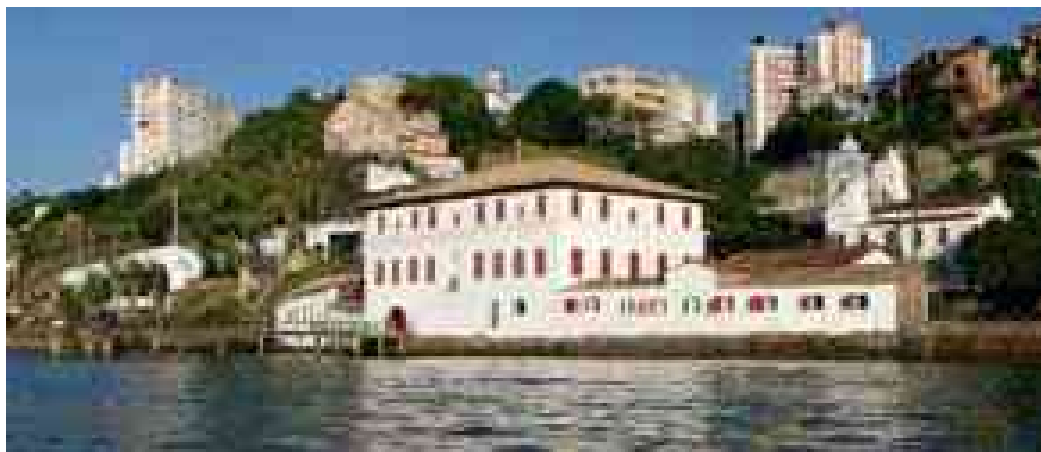
Diante desse percurso histórico, observa-se que a Praça Barão do Rio Branco e seu entorno condensam camadas sucessivas de ocupação, normas urbanas e escolhas arquitetônicas que configuraram a identidade visual de Estância. Cada fachada, cada detalhe construtivo e cada sobrado que resistiu às transformações do tempo constitui um documento vivo do passado.

4. A ARQUITETURA NORDESTINA NOS SÉCULOS XIX E XX: ESTILOS, INFLUÊNCIAS E ADAPTAÇÕES

A arquitetura nordestina constitui uma síntese complexa entre tradições construtivas locais e influências estéticas europeias, moldadas por transformações econômicas, sociais e urbanas ao longo dos séculos. Essa produção reflete, em cada período, não apenas padrões importados, mas adaptações às condições climáticas, materiais disponíveis e práticas culturais regionais.

Durante o **período colonial**, a arquitetura não se caracterizava por estilos formais, mas por soluções construtivas funcionais que atendiam à vida cotidiana. As propriedades rurais em geral eram compostas por casa-grande, senzala, engenho, capela e armazéns, com construções em taipa, pedra ou adobe, de forma simples e pragmática. Exemplos como o Solar do Unhão, em Salvador (Figura 28), revelam a transição gradual da taipa para a alvenaria e a elevação das construções, indicando a busca por maior imponência e durabilidade (Reis Filho, 2006).

Figura 28 – Solar do Unhão - MAM, Salvador/BA.



Fonte: www.mam.ba.gov.br/

A força da arquitetura do período colonial permanece visível em diversos municípios sergipanos, onde os estilos rococó²⁸ e barroco²⁹ deixaram marcas expressivas, particularmente

²⁸ O Rococó surgiu no século XVIII e, no Brasil, destacou-se no Nordeste principalmente na ornamentação religiosa, frequentemente associado a estruturas de influência barroca.

²⁹ O Barroco, que surgiu no século XVII, é conhecido por sua dramaticidade, riqueza de detalhes e uso de luz e sombra para criar um senso de movimento e emoção.

em edificações religiosas. O rococó, com construções elegantes e delicadas, e o barroco, com colunas, arcos e ornamentação exuberante. O altar-mor da Igreja de Comandaroba, em Laranjeiras (SE), ilustra como essas influências europeias foram reinterpretadas localmente, sem se consolidarem em estilos residenciais (Ozarem, 2008), (Figura 29).

Figura 29 – Altar-mor da Igreja de Comandaroba com influências barrocas



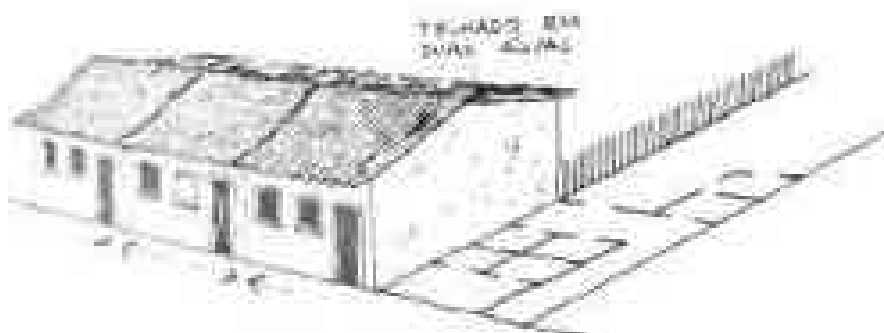
Fonte: Ozarem. R.B. (2008).

No **período Imperial**, a produção arquitetônica passou a se relacionar mais diretamente com a estrutura urbana. Segundo Reis Filho (2006), cada época conformou modos próprios de habitar, estruturando cidades que, em grande parte, mantêm até hoje a base lançada nos séculos passados, ainda que em funcionamento precário diante das demandas contemporâneas. Nesse período, além da introdução de estilos como o neoclássico e o eclético, surgiram também transformações tipológicas e urbanísticas que redefiniram a forma de viver nas cidades.

Reis Filho (2006) afirma que predominavam ruas de aspecto uniforme, com sobrados e casas térreas (Figura 30) alinhados às vias públicas e aos limites laterais dos terrenos, seguindo padrões de inspiração portuguesa. As habitações, quase sempre construídas de forma

semelhante, revelavam uma monotonia formal resultante tanto de tradições construtivas quanto de imposições legais. Os principais tipos eram os sobrados, associados às elites urbanas, e as casas térreas, geralmente vinculadas às camadas populares.

Figura 30 – Tipologia das casas térreas do período colonial.



Fonte: Reis Filho, 2006

De acordo com Lemos (1999), esse padrão urbano caracterizava-se pela “repetição de fachadas ritmadas, definidas por vãos regulares e cobertura de telhas capa canal”, constituindo o cenário típico das cidades litorâneas e sertanejas do Brasil oitocentista. Como observa Bezerra (2018, p. 19), as cidades nordestinas desse período apresentavam uma organização que refletia tanto a influência colonial portuguesa quanto às adaptações às condições climáticas e culturais locais, resultando em uma paisagem urbana singular que mesclava tradição e modernização.

Nos sobrados (Figura 31), a parte superior seguia a mesma tipologia das casas térreas, enquanto o pavimento térreo, quando não utilizado como espaço comercial, era destinado à acomodação de escravos e animais, ou permanecia praticamente vazio, sem uso pela família proprietária. Esse tipo construtivo consolidou-se nos centros urbanos que prosperaram com o comércio açucareiro e com a navegação fluvial, caso de Estância, onde o traçado colonial e a ocupação linear da malha urbana favoreceram o alinhamento contínuo de fachadas homogêneas (Santos, 2019). Bezerra (2018), destaca que, mesmo em cidades de pequeno e médio porte, como as do interior sergipano, havia uma clara intenção de afirmar-se urbanisticamente por meio da arquitetura, revelando a busca por representatividade e distinção social dentro da escala local.

Paralelamente ao surgimento dessas novas tipologias, introduzia-se o estilo **neoclássico** no Brasil, juntamente com a chegada da família real, caracterizado por simetria, frontões, colunas e janelas regulares, inspirado em modelos europeus, mas adaptado a materiais locais e à escala urbana nordestina. Essa linguagem estilística foi especialmente aplicada em instituições e casas de maior prestígio social, consolidando a noção de urbanidade e sofisticação (Reis Filho, 2006).

Segundo Bezerra (2018), a recepção do neoclassicismo no Nordeste não se deu como mera imitação, mas como tradução das aspirações locais de civilidade e progresso, demonstrando que “a modernidade arquitetônica se expressava tanto pela adoção de novos códigos formais quanto pela permanência de técnicas e materiais tradicionais”. No caso de Sergipe, como citado por Brandão (2009) a influência neoclássica foi observada em edifícios como o Palácio Olímpio Campos em Aracaju (SE) (Figura 33), onde a sobriedade das linhas e a simetria das fachadas expressavam a adoção dos cânones de “civilização e progresso” preconizados no período imperial – atualmente o prédio carrega características ecléticas.

Figura 33 – Antiga fachada Neoclássica do Palácio Olímpio Campos



Fonte: PORTO, Fernando de Figueiredo. Alguns nomes antigos de Aracaju. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade Ltda., 2003.

No final do século XIX, consolidou-se o **Ecletismo**, que permitia a fusão de diferentes referências históricas, adaptadas ao gosto do cliente e à função da edificação. Essa fase trouxe

soluções mais sofisticadas, como platibandas decorativas, janelas com bandeiras de vidro, telhados de quatro águas, frontões ornamentais, balaustradas e ornatos em estuque, refletindo a valorização estética e funcional das residências urbanas (Lemos, 1999; Reis Filho, 2006). Ao mesmo tempo, as transformações tipológicas iniciadas com as casas de porão alto continuaram a influenciar a implantação urbana, com recuos laterais, jardins e melhor iluminação, integrando tradição e inovação no espaço construído.

As primeiras transformações verificadas então nas soluções de implantação ligavam-se aos esforços de libertação das construções em relação aos limites dos lotes. o esquema consistia em recuar o edifício dos limites laterais, conservando frequentemente sobre o alinhamento da via pública era apenas um dos lados do outro quando existia reduzir-se ao mínimo. as residências maiores eram enriquecidas com Jardim lateral essa novidade que vinha introduzir um elemento Paisagismo na arquitetura Residencial oferecia a essa amplas possibilidades de arejamento iluminação até então desconhecidas nas tradições construtivas do Brasil [...] (REIS FILHO, 2006, p.44)

De modo semelhante, Luz (2015) identifica que, no início do século XX, o Ecletismo no Nordeste difundiu-se como uma “face popular da arquitetura do espetáculo”, expressando o desejo de atualização estética das camadas urbanas em crescimento. Em cidades de menor porte, essa linguagem manifestou-se de forma vernácula, constituindo “uma versão mais modesta, igualmente pautada na ornamentação ostensiva da edificação, mas ajustada à realidade financeira do construtor” (Luz, 2015, p. 23).

O Ecletismo no Nordeste brasileiro expressou os anseios de uma sociedade em transformação, que buscava afirmar-se diante das mudanças econômicas e culturais do início do século XX, reinterpretando modelos europeus segundo recursos e tradições locais. As fachadas ornamentadas com platibandas, cornijas, molduras e frisos florais tornaram-se símbolos de distinção e identidade, moldados por mestres de obras e santeiros³⁰ que adaptavam o repertório acadêmico ao saber construtivo regional. Mesmo entre as camadas populares, o ornamento funcionava como linguagem de status e pertencimento, unindo o universo do “engenho” ao da cidade.

Em Sergipe, estudiosos como Santos (2019) e Dantas (2014) apontam que esse repertório ornamental tornou-se uma marca das cidades históricas. Em Estância, esse fenômeno manifestou-se em algumas das edificações do entorno da Praça Barão do Rio Branco (Figura 34), onde o Ecletismo representou não apenas um estilo, mas também um instrumento de valorização social e de afirmação urbana (Luz, 2015; Fabris, 1993).

³⁰ Nome dado aos homens e mulheres mestres na arte de esculpir as imagens de santos.

Figura 34 – Casa eclética, Estância/SE, Séc XX.



Fonte: Da autora, 2025.

Bezerra (2018) reforça essa leitura ao observar que o ecletismo no Nordeste “constitui um dos primeiros momentos em que o fazer arquitetônico se estrutura como discurso regional”, integrando saberes populares e repertórios acadêmicos. Essa síntese estética e social é o que confere à arquitetura nordestina um caráter singular, situado entre a tradição artesanal e o desejo de modernidade.

Com o início do período republicano no século XX, estilos como o **art nouveau** e o **art déco** passaram a compor a paisagem urbana nordestina. O art nouveau, com suas linhas assimétricas e formas inspiradas na natureza, influenciou residências e interiores urbanos brasileiros no início do século XX, sendo incorporado à construção de um ecletismo tardio, como no Theatro José Alencar (CE) e na residência rural do Ex- Governador Dr. José Rufino (PE) (Figura 35).

Figura 35 – Residência rural do Ex- Governador Dr. José Rufino. Cabo de Santo Agostinho- PE



Fonte: Ipatrimônio, Leandro Surya

Já o art déco, de traços geométricos e verticais, consolidou-se nas décadas de 1930 e 1940 como símbolo de modernidade racional, presente em muitas cidades do Brasil em edifícios como o Elevador Lacerda (Figura 36) e o Edifício Sulacap em Salvador (BA), além da Biblioteca Municipal Félix Araújo em Campina Grande (PB).

Figura 36 – Fachada art déco do elevador Lacerda, Salvador/BA após reforma de 1934.



Fonte: Regina, 2015.

Um dos elementos que se destacam na composição das fachadas nordestinas é o uso de **azulejaria**, tradição herdada de Portugal. Inicialmente usados como barras decorativas, passaram a revestir casas inteiras, oferecendo beleza e proteção contra a umidade e o calor. Casarões azulejados (Figura 37) podem ser encontrados em cidades como Estância (SE), João Pessoa (PB) e São Luís (MA), sendo estas duas últimas reconhecidas por seus conjuntos coloniais tombados como Patrimônio Mundial (IPHAN, 2015).

Figura 37 – Casa azulejada, Estância/SE (Não possui tombamento)



Fonte: Silva, 2025.

Além das construções monumentais, as moradias **simples e coloridas** seguem sendo um dos símbolos mais fortes da identidade arquitetônica do Nordeste. No interior e nos centros históricos, destacam-se as casas térreas e os sobrados com fachadas coloniais, platibandas, janelas com venezianas, beirais salientes e pintura à base de cal. As platibandas não apenas escondem o telhado, mas controlam o escoamento da água e criam um aspecto mais monumental (Figura 38), tornando-se suporte para ornamentações diversas, como conchas barrocas, datas e figuras simbólicas característica típica do ecletismo urbano. O uso de cores fortes nas fachadas, muitas vezes associado ao gosto pessoal dos moradores, é uma das marcas mais visíveis da vivacidade da arquitetura popular, aspecto valorizado nas políticas de revitalização urbana desde o final do século XX.

Figura 38 – Detalhe da platibanda da residência na rua do gordo, Estância/SE.



Fonte: Da autora, 2025.

No contexto sergipano, essa diversidade estilística se manifesta com clareza em cidades históricas como **Laranjeiras, São Cristóvão e Estância**. O trabalho de Rogério Freire (1999), por exemplo, revela como as elites locais se apropriaram das linguagens ecléticas e das influências neoclássicas para reafirmar seus projetos de poder e modernidade (Figura 39). Em suas análises, é possível observar o uso recorrente de azulejos portugueses, gradis em ferro fundido, frontões ornamentais e simetrias compositivas que dialogam com a produção arquitetônica nacional, mas mantêm vínculos com as práticas e materiais **regionais**.

Figura 39 – Fachada eclética com elementos neoclássicos em Estância/SE, Casa da família Montalvão.



Fonte: Google Maps, 2025.

Além disso, o estudo de Moisés Santos (2019) destaca que, mesmo nos casos em que os estilos importados foram reproduzidos com fidelidade formal, havia uma adaptação às condições locais, tanto em termos de escala quanto de soluções técnicas. Isso demonstra que a arquitetura sergipana do período não deve ser vista como mera reprodução, mas como expressão autêntica de uma sociedade em processo de transformação, onde tradição e inovação convivem. Assim, a arquitetura do **século XIX** e início do **XX** no **Nordeste** e em Sergipe configura-se como um campo fértil para os estudos de preservação, por reunir valores estéticos, históricos e identitários que ajudam a compreender os processos urbanos e sociais da região. Reconhecer essa produção como patrimônio cultural é, portanto, uma forma de valorizar a **diversidade** da arquitetura brasileira e de fortalecer as estratégias locais de salvaguarda.

Figura 40 – Quadro síntese da arquitetura no Brasil do século XVII ao início do XX.

PERÍODO	ESTILO	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS	LOCALIZAÇÃO	VALORES
1700-1750	Barroco	Exuberância decorativa, uso de talha e stucos, igrejas e palácios.	Igreja de São Francisco, Salvador.	Sergipe	Patrimônio histórico e artístico.
1750-1800	Barroco (transição)	Transição para o neoclássico, uso de colunas e frontões.	Igreja de São Francisco, Salvador.	Sergipe	Patrimônio histórico e artístico.
1800-1850	Neoclássico	Linhas retas, colunas, frontões, inspirado na arquitetura clássica.	Palácio da Freixo, Salvador.	Sergipe	Patrimônio histórico e artístico.
1850-1900	Neoclássico	Linhas retas, colunas, frontões, inspirado na arquitetura clássica.	Palácio da Freixo, Salvador.	Sergipe	Patrimônio histórico e artístico.
1900-1950	Modernismo	Linhas retas, colunas, frontões, inspirado na arquitetura clássica.	Palácio da Freixo, Salvador.	Sergipe	Patrimônio histórico e artístico.
1950-2000	Modernismo	Linhas retas, colunas, frontões, inspirado na arquitetura clássica.	Palácio da Freixo, Salvador.	Sergipe	Patrimônio histórico e artístico.
2000-2020	Modernismo	Linhas retas, colunas, frontões, inspirado na arquitetura clássica.	Palácio da Freixo, Salvador.	Sergipe	Patrimônio histórico e artístico.

Fonte: Elaborado pela autora, 2026

4.1. Análise arquitetônica das fachadas na Praça Barão do Rio Branco

A análise das fachadas presentes no entorno da Praça Barão do Rio Branco, busca compreender como esses exemplares dialogam entre si e com o espaço público que os abriga. O mapa a seguir (Figura 41) convida a um primeiro olhar sobre o patrimônio sobrevivente da cidade de Estância, revelando a localização das edificações selecionadas para esse pré inventário, permitindo visualizar a distribuição desses exemplares arquitetônicos no tecido urbano atual. Mais do que um simples recurso técnico, ele funciona como guia para uma leitura visual simplificada desse espaço, permitindo acompanhar o caminho que será aprofundado nas fichas e análises seguintes deste trabalho.

As edificações foram analisadas individualmente, considerando-se principalmente os elementos visíveis da fachada e demais características externas preservadas. Para cada ficha, descrevem-se os aspectos arquitetônicos observados in loco, incluindo organização das aberturas (portas e janelas), tipo de esquadrias, materiais aparentes, revestimentos, formas de coroamento, beiral, sistemas estruturais visíveis, alterações contemporâneas, estado de conservação e eventuais interferências que comprometam a leitura histórica da edificação. Sempre que relevante, também são destacados elementos laterais e posteriores que contribuam para a compreensão do conjunto arquitetônico.

O preenchimento das fichas seguiu critérios padronizados, com base em parâmetros utilizados em inventários de patrimônio cultural: identificação, localização, tipologia, época de construção, estado de conservação³¹, grau de proteção³², uso, análise da fachada, contexto urbano e recomendações de conservação, alguns campos como o de levantamento cadastral e informações estruturais podem não estar preenchidos por conta da falta de informação ou inacessibilidade ao interior. Todas as informações foram organizadas de maneira sistemática, possibilitando a comparação entre as edificações e a identificação de padrões formais recorrentes no entorno da Praça Barão do Rio Branco.

A numeração das fichas foi definida a partir do mapa³³ das edificações dos séculos XIX e XX, elaborado previamente para orientar o percurso de registro. Cada número corresponde à posição da edificação no mapa, permitindo correlação direta entre o

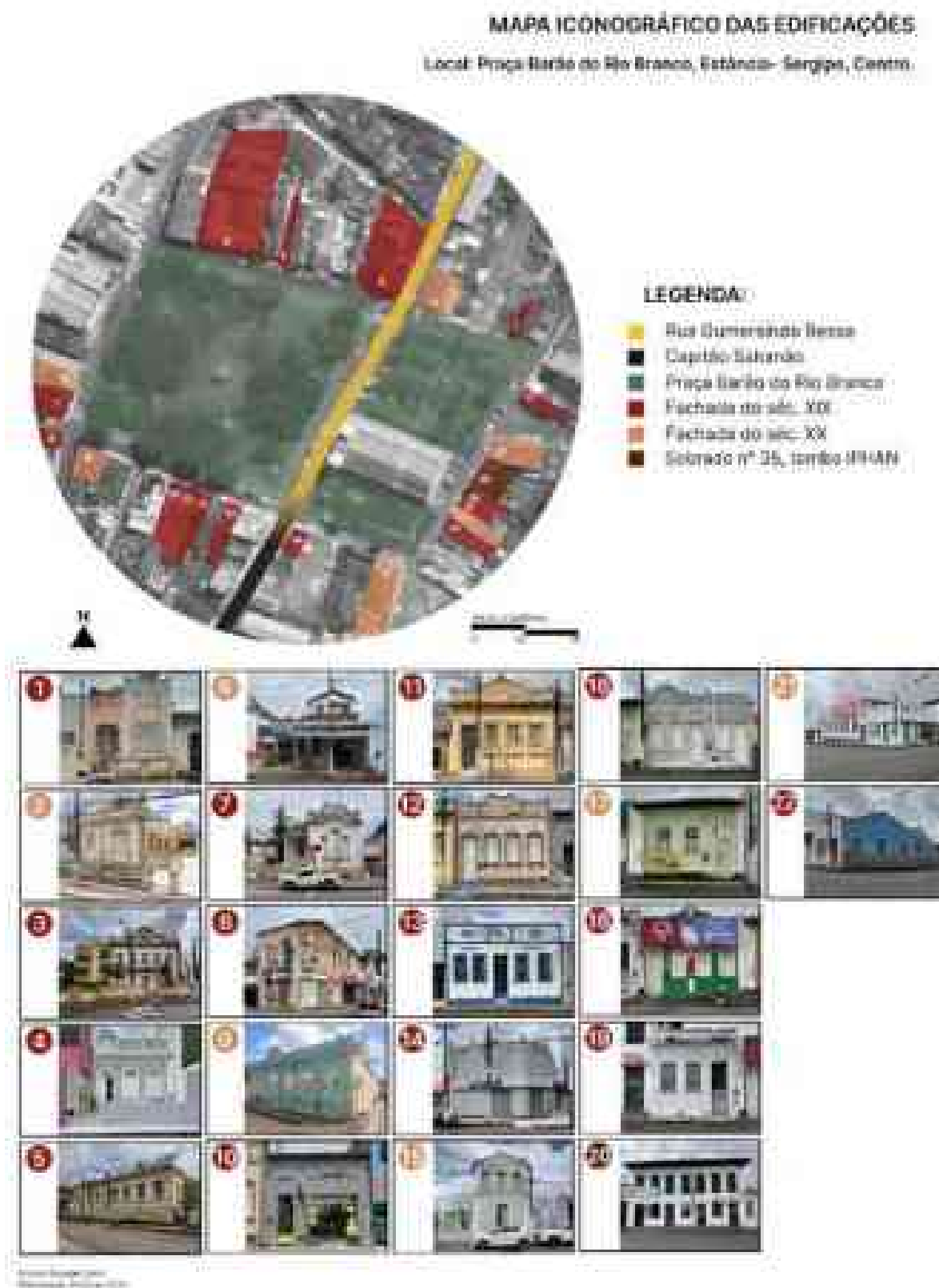
³¹ Conservação envolve as ações práticas e técnicas de manutenção e reparo contínuo para garantir que o bem protegido se mantenha em bom estado ao longo do tempo.

³² Proteção refere-se ao conjunto de medidas legais e administrativas que visam reconhecer o valor cultural de um bem e impedir sua destruição, mutilação ou degradação.

³³ Ver figura 40

levantamento fotográfico, a localização geográfica e a catalogação descritiva. Assim, a ordem numérica não segue critério cronológico ou tipológico, mas sim a sequência espacial adotada no mapeamento, o que facilita consultas posteriores e a compreensão do conjunto urbano e seu entorno.

Figura 41 – Mapa iconográfico das fachadas do séc. XIX e XX na Praça Barão do rio Branco



4.1.1. Edificação número 01 – (Ficha SE/25-01)³⁴

Iniciamos a análise individual pela edificação número 01 (Figura 42), com forte caráter do art déco sertanejo³⁵, apresenta elementos decorativos adaptados, assim como outras edificações deste trecho, muito comuns em pequenas cidades brasileiras – principalmente do sertão nordestino entre as décadas de 1930 e 1950 –, com reformas posteriores, revelando uma arquitetura de transição, típica do período em que o ecletismo tardio começa a incorporar a geometrização do Art Déco. A provável época de construção situa-se na primeira metade do século XX, com adequações ao longo do tempo (gradis, pintura, esquadrias).

Figura 42 – Edificação número 01



Fonte: Da autora, 2025

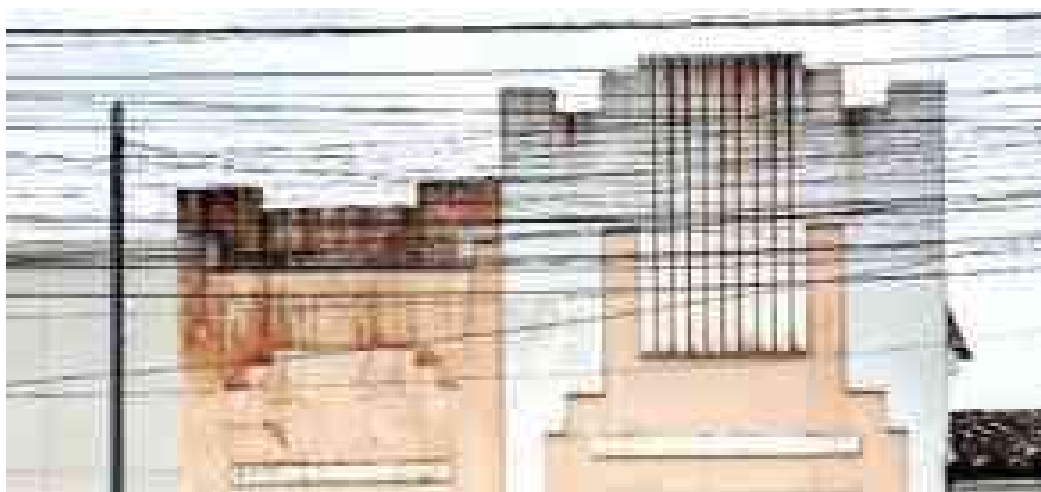
³⁴ Apêndice B (Ficha)

³⁵ O termo conceituado pela professora Lia Mônica Rossi, define uma arquitetura vernacular e popular dos anos 1930-1950, que utiliza geometrias simples em alvenaria com pinturas de cal, em vez dos materiais nobres do Art Déco europeu.

A fachada apresenta composição simples, organizada a partir de dois vãos principais, onde existe um vão de entrada com verga decorada e gradil metálico ornamentado com formas curvilíneas que dão acesso a uma pequena varanda anterior a porta de acesso à residência, no segundo vão, têm-se uma janela de quatro folhas bandeirada e com venezianas na cor cinza, também protegida por gradil. Nesta fachada não existe uma simetria, apenas elementos de relevo, frisos e cores que se repetem em alguns pontos da fachada.

Como elementos de destaque da fachada, à primeira vista têm-se a platibanda (Figura 43) ocultando a cobertura de duas águas e alinhado à edificação, característica comum tanto no Ecletismo quanto no Art Déco. Os escalonamentos e relevos geométricos presentes, se dão principalmente no coroamento da platibanda e nas molduras, remetendo à estética Art Déco, ainda que de forma simplificada.

Figura 43 – Detalhe da platibanda



Fonte: Da autora, 2025.

O uso de reboco liso em tom de pêssego é notável em grande parte da fachada, a pintura em tons pastéis e elementos decorativos em relevo é típica das residências urbanas do início do século XX. Entretanto, estas cores atuais podem não ser compatíveis com as originais, mas mantêm coerência com a leitura histórica do imóvel.

A edificação contribui para a identidade da paisagem urbana tradicional, representando um tipo arquitetônico recorrente em áreas centrais e bairros consolidados. Mesmo com possíveis alterações, conserva elementos suficientes para permitir sua leitura tipológica e estilística, sendo um exemplar relevante do patrimônio edificado de caráter cotidiano.

A análise comparativa entre os registros históricos da década de 1940, 1960, 1982 (Figura 44) e a situação atual da edificação permite concluir que o imóvel passou por processo gradual de descaracterização e modernização ao longo do tempo, embora ainda preserve elementos suficientes do século XX para sua leitura tipológica, estilística e histórica, justificando sua permanência no inventário do patrimônio cultural material.

Figura 44 – Alterações da edificação número 01 com o passar dos anos



Fonte: Acervo Selma Barreto; Memórias de Estância; Elaborado pela autora

Do ponto de vista da conservação, a edificação apresenta estado regular, com estrutura aparente íntegra no que se refere à volumetria geral e ao alinhamento urbano. A fachada mantém sua composição original básica – casa térrea, platibanda, organização dos vãos e embasamento –, porém evidencia intervenções pontuais, sobretudo em revestimentos, pintura e elementos metálicos. Observa-se também o desgaste natural dos materiais, provocado principalmente por intempéries, especialmente no reboco e na pintura.

Em relação à descaracterização, as imagens antigas indicam uma fachada mais simples ainda do período colonial que ao longo dos anos sofreu alterações como a adição de gradis metálicos, mudanças nas esquadrias, aplicação de novas camadas de pintura e inserção de elementos estranhos à linguagem original, como a platibanda atual, além da fiação aérea visível, que interfere negativamente na leitura da fachada. Essas modificações refletem adaptações comuns em edificações de uso residencial contínuo, típicas do patrimônio cotidiano, mas contribuem para a perda parcial de características originais.

Apesar dessas transformações mais antigas, a edificação não perdeu completamente sua identidade arquitetônica da década de 1980, onde permanecem legíveis a platibanda

recortada, os relevos e molduras em argamassa, a hierarquização dos vãos e a implantação no lote, elementos com influências do ecletismo e do Art Déco sertanejo indicando sua modernização ao longo do tempo.

4.1.2. Edificação número 02 – Casa de Raimundo Silveira Souza (Ficha SE/25-02)³⁶

Conhecida como Casa de Raimundo Silveira Souza (Figura 45), é um exemplar notável da arquitetura eclética na região e está localizada na Rua Marquês de Herval, nº 54. Trata-se de um exemplar expressivo da arquitetura residencial urbana do século XIX, inserido em terreno plano e implantado diretamente no alinhamento da via, contribuindo de forma significativa para a configuração espacial e paisagística da praça.

Figura 45 – Edificação número 02



Fonte: da autora, 2025

Construída originalmente como residência, a edificação foi habitada pelo médico Jessé de Andrade Fontes (1881–1962) e, posteriormente, por Raimundo Silveira Souza (1909–1989), personagens relevantes na história local. Essa continuidade de uso residencial ao longo do tempo contribuiu para a preservação das características arquitetônicas originais, fato que diferencia o imóvel de outros exemplares do entorno que sofreram adaptações mais intensas para usos comerciais ou institucionais.

³⁶ Apêndice C (Ficha)

A tipologia corresponde a uma casa térrea, com volumetria simples e composição de fachada elaborada, revelando influências do ecletismo, especialmente no tratamento ornamental. A fachada principal voltada para a rua Marquês do Herval (Figura 46) é marcada pela presença de duas janelas de verga curva bandeiradas em madeira com venezianas na cor branca, organizadas de forma simétrica. Destaca-se ainda a varanda lateral – Por onde se dá o acesso à residência, o que amplia a relação entre o espaço interno e o exterior, além de enriquecer a leitura volumétrica do conjunto. –, composta por quatro janelas em verga curva e uma porta central, todas no mesmo modelo das janelas frontais.

Figura 46 – Fachada principal da edificação



Fonte: SOUZA, 2010.

A edificação apresenta revestimento em argamassa, com coroamento em platibanda ornamentada, elemento característico das residências urbanas de maior prestígio no período. O frontão central é ricamente trabalhado, apresentando arabescos e folhas de acanto, motivos decorativos recorrentes na linguagem eclética. A platibanda é complementada por cornijas, pedestais e acrotérios, reforçando o caráter ornamental da fachada.

A fachada lateral voltada para a Rua Gumercindo Bessa (lado da prefeitura) (Figura 47) mantém o mesmo cuidado compositivo, apresentando quatro janelas de verga curva e

duas janelas do tipo basculantes localizadas mais ao fim do lote, também com frontispício ornamentado. A repetição dos elementos decorativos – cornijas, pedestais e frisos – assegura unidade formal ao edifício, mesmo em suas elevações secundárias.

A platibanda e a cobertura em quatro águas – embora não sejam legíveis nas figuras – completam a composição, mantendo soluções construtivas compatíveis com o período de edificação. A pintura atual, em tons de creme e marrom acinzentado, respeita a leitura histórica da fachada, apesar das pinturas realizadas ao longo do tempo.

Os registros fotográficos das décadas de 1940, 1950, 2009 e 2025 (Figura 46) indicam que a edificação passou por poucas alterações, restritas principalmente à mudança de cores e a pequenas adequações. Não se observam modificações significativas na volumetria, na disposição dos vãos ou nos elementos ornamentais, o que permite afirmar que a fachada mantém elevado grau de integridade em relação à sua configuração original.

Figura 47 – Evolução da edificação nº02 com o passar dos anos



Fonte:Acervo Lineu lins; Memórias de Estância; Elaborado pela autora

Atualmente, o imóvel encontra-se classificado como íntegro, com estado de conservação considerado bom, resultado da continuidade de uso e da realização de manutenções periódicas. Diante desse contexto, a Casa de Raimundo Silveira Souza destaca-se como um dos exemplares mais preservados do conjunto analisado, constituindo referência para a compreensão da arquitetura residencial eclética em Estância. Sua preservação contribui diretamente para a manutenção da identidade histórica e paisagística da praça, reforçando a importância de políticas de conservação preventiva e de controle das intervenções futuras.

4.1.3. Edificação número 03 – Paço Municipal Francisco Vidal Martins (Ficha SE/25-01)³⁷

A edificação nº 03, identificada como Paço Municipal Francisco Vidal Martins (Figura 48), ocupa posição de destaque na Praça Barão do Rio Branco, situada na Rua Marquês de Herval, nº 54. Trata-se de um imóvel de grande relevância para a conformação urbana da praça, tanto por sua escala arquitetônica quanto por sua função institucional ao longo do tempo. Construída na primeira metade do século XIX, a edificação apresenta características formais e construtivas que a inserem no contexto da arquitetura civil de matriz colonial, com posteriores incorporações de elementos neoclássicos e ecléticos.

Figura 48 – Fachada atual do Paço municipal



Fonte: Da autora, 2025.

Originalmente concebida como residência do fazendeiro David de Oliveira Lima, proprietário de extensas terras na região de Estância, Santa Luzia e Arauá, a edificação foi posteriormente incorporada ao patrimônio público e adaptada para sediar a administração municipal. Esse processo de mudança de uso é fundamental para compreender as transformações volumétricas e funcionais identificadas ao longo do século XX, sobretudo a partir da reforma ocorrida na década de 1990, quando foi construído um anexo lateral à esquerda, durante a gestão do prefeito Valter Cardoso Costa.

A tipologia arquitetônica é a de sobrado, com um pavimento acima do nível da rua, implantado em terreno plano e com volumetria simples, porém imponente em relação ao

³⁷ Apêndice D (Ficha)

entorno. A organização dos vãos segue uma lógica simétrica, reforçando a leitura institucional e a influência do neoclassicismo, perceptível principalmente na composição da fachada principal.

A fachada apresenta coroamento em platibanda, elemento recorrente nas edificações de maior prestígio do século XIX, utilizado tanto como solução estética quanto para ocultação da cobertura. Os registros fotográficos das décadas de 1920, 1940 e 1980 (Figura 49) evidenciam alterações pontuais no tratamento cromático e na ornamentação, mas também demonstram a permanência de elementos marcantes, como o ritmo das aberturas, o destaque central da composição e o caráter monumental do edifício. Atualmente, a edificação apresenta pintura em tons de amarelo e creme, cores que reforçam sua leitura institucional e dialogam com o conjunto da praça.

Figura 49 – Evolução da edificação nº 03 com o passar dos anos



Fonte: Acervo Selma Barreto; Lineu Lins; Memórias de Estância; Elaborado pela autora

As esquadrias passaram por modificações ao longo do tempo, com substituições pontuais de modelos originais de madeira por versões em vidro e alumínio, especialmente em função das necessidades administrativas contemporâneas. Ainda assim, parte da tipologia original dos vãos foi preservada, permitindo reconhecer a configuração histórica da fachada. A volumetria mantém-se simples e composta, sem acréscimos verticais, embora o anexo lateral introduza uma leitura diferenciada em relação ao corpo original da edificação.

No que se refere ao estado de conservação, a edificação encontra-se classificada como pouco alterada, com conservação considerada boa, resultado direto do uso contínuo e da realização de manutenções periódicas. Apesar disso, observa-se que as diversas intervenções ao longo do tempo, especialmente relacionadas à ampliação funcional – criação de um prédio anexo – e às sucessivas mudanças de pintura, contribuíram para a descaracterização parcial de alguns elementos originais por conta das diversas camadas de tinta sobre os detalhes decorativos.

Do ponto de vista do valor patrimonial, o Paço Municipal possui reconhecido valor histórico, sendo protegido por legislação municipal, conforme a **Lei Municipal nº 2.381/2024**, que garante sua preservação formal. Ainda assim, considerando sua importância simbólica e arquitetônica para a história urbana de Estância. Nesse sentido, o Paço Municipal Francisco Vidal Martins permanece como um dos principais marcos da formação urbana de Estância e elemento estruturador da paisagem histórica da Praça Barão do Rio Branco.

4.1.4. Edificação número 04 –Vizinha à bouquetier (loja de flores) (Ficha SE/25-01)³⁸

A edificação nº 04 está situada na Praça Barão do Rio Branco, na Rua Marquês de Herval, nº 126, trata-se de imóvel de uso residencial, implantado no alinhamento da via pública, em lote plano e estreito, característica recorrente nas edificações térreas oitocentistas da malha urbana tradicional (Figura 50).

Figura 50 – Fachada da edificação número 04



Fonte: Da autora, 2025.

Datada do século XIX, embora sem registro preciso de construção, a edificação apresenta tipologia de casa térrea, com cobertura em duas águas ocultada por platibanda. Sua volumetria é simples e compacta, com recuo frontal em relação à rua já pré - existente – Foi

³⁸ Apêndice F(Ficha)

aumentado em alguns metros quando houve a remodelação das ruas – com um pequeno pátio externo, mantendo continuidade do tecido edificado e a leitura homogênea do conjunto. A estrutura, não observável diretamente, é presumivelmente em alvenaria portante de tijolos maciços, sistema construtivo amplamente utilizado no período em que foi edificada.

A composição da fachada organiza-se de maneira simples, estruturada por três vãos – porta lateral à esquerda e duas janelas à direita– todos em arco pleno. Esse recurso formal remete a uma linguagem tradicional de influência eclética, perceptível sobretudo na solução dos arcos e na horizontalidade marcada pela platibanda. O coroamento apresenta desenho geométrico simples, sem ornamentação exuberante, indicando a modernização da fachada.

O registro fotográfico mais antigo encontrado – apesar de não estar muito legível – mostra que a edificação era do tipo meia morada, ainda do período colonial – já com um pequeno recuo em relação à via. Atualmente, observa-se significativa modernização em toda a fachada, principalmente na inserção da platibanda e elementos decorativos, bem como as esquadrias, que possivelmente foram substituídas por modelos diferentes da década de 1940, mas ainda em madeira, com inserção de gradis metálicos (Figura 51).

Figura 51 – Evolução da edificação número 03 com o passar dos anos



Fonte: Acervo memórias de Estância; Googlemaps, 2011; Elaborado pela autora

A volumetria mantém-se aparentemente inalterada após o século XXI em altura, sem acréscimos verticais ou ampliações aparentes na fachada principal. Contudo, as transformações pontuais acumuladas ao longo do tempo — sobretudo nas esquadrias e no tratamento superficial — resultaram em elevado grau de descaracterização formal em comparação a imagem da década de 40.

No que se refere ao estado de conservação, a edificação apresenta condição regular a boa, sem indícios visíveis de comprometimento estrutural grave na fachada. Apesar disso, a ausência de elementos originais preservados em sua totalidade reduz sua integridade e autenticidade arquitetônica. Ainda assim, o imóvel contribui para a ambiência histórica da Praça Barão do Rio Branco, compondo a continuidade tipológica do conjunto urbano.

Do ponto de vista patrimonial, embora não apresente proteção individual específica, a edificação integra área de reconhecido valor histórico e urbano. Recomenda-se que futuras intervenções adotem critérios de conservação compatíveis com a linguagem arquitetônica atual da edificação, priorizando materiais adequados, a fim de preservar sua contribuição para a paisagem histórica e para a memória urbana de Estância.

4.1.5. Edificação número 05 – Diretoria Regional de Educação 01 (Ficha SE/25-05)³⁹

Identificada como Diretoria Regional da Educação – DRE 01, localiza-se na Rua Marquês do Herval, nº 126, configurando-se como um dos volumes mais expressivos da quadra. Conforme a ficha de inventário (SE/25-05), trata-se de edificação concluída em 1922, e possui caráter institucional desde sua origem, mantendo até a atualidade uso público (Figura 52).

Figura 52 – Fachada da Diretoria Regional da Educação - DRE 01



Fonte: Da autora, 2025

³⁹ Apêndice G(Ficha)

O prédio foi construído para abrigar grupo escolar Gumercindo Bessa, ocupando o local onde anteriormente existia um sobrado colonial pertencente ao comerciante Sr. Belarmino Rocha. A construção atual teve início durante o governo de Pereira Lobo (1918–1922), sendo concluída na administração de Graccho Cardoso (1922–1926). A inauguração ocorreu em 9 de maio de 1923, com posterior adaptação para sediar a Diretoria Regional da Educação. Ao longo do tempo, passou por intervenções pontuais de revitalização, mas sem alterações drásticas em sua configuração formal.

Do ponto de vista tipológico, a edificação apresenta-se como do tipo porão alto, com o pavimento elevado em relação ao nível da rua e presença de porão ventilado na parte inferior. A implantação respeitava o alinhamento frontal – que após a reforma da rua algumas décadas atrás - também “ganhou” uma parte de terreno na parte frontal, saindo desse antigo alinhamento assim como todas as edificações à rua – , seu lote amplo permitiu desenvolvimento longitudinal significativo, culminando em um pátio interno ajardinado (Figura 53), elemento fundamental na organização espacial do conjunto. A presença de pátio central remete às tipologias escolares do início do século XX, nas quais iluminação e ventilação natural eram premissas projetuais essenciais.

Figura 53 – Pátio central do DRE-01



Fonte: Niceu santos, 2022

A volumetria é predominantemente simples e horizontalizada, com fachada longa e ritmada pela repetição regular de vãos. Observa-se composição simétrica e ordenada, com

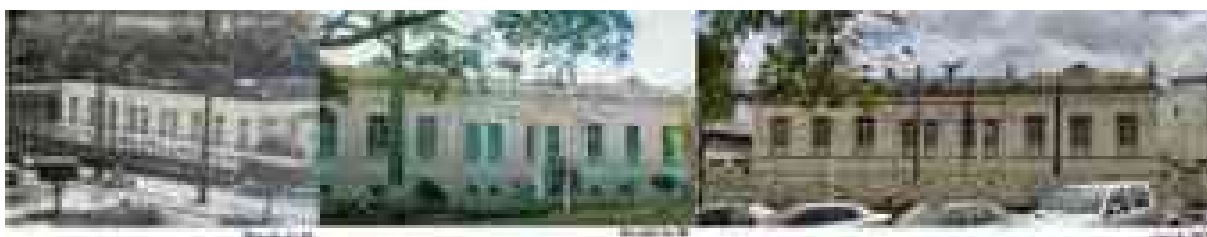
aproximadamente dez janelas distribuídas ao longo do plano frontal, sendo seis com vergas curvas e quatro com vergas retas, todas com caixilharia em madeira e vidro.

O coroamento é caracterizado por platibanda contínua, arrematada por cimalha saliente que percorre toda a extensão da fachada, conferindo unidade formal ao conjunto. Não há frontão destacado como nas edificações ecléticas mais ornamentadas da praça, o que reforça o caráter institucional sóbrio do imóvel. A platibanda oculta a cobertura em oito águas com telhamento tradicional – mais facilmente vista da parte interna –, solução recorrente nas construções públicas do período.

Os materiais predominantes indicam sistema construtivo tradicional em alvenaria, com revestimento em argamassa e pintura em tom bege, conforme indicado na ficha. A volumetria é classificada como simples, ainda que o conjunto adquira monumentalidade pela extensão longitudinal e pela escala do lote. O número expressivo de águas da cobertura indica complexidade estrutural relacionada ao desenvolvimento interno do edifício.

As imagens históricas das décadas de 1960 e 1980 (Figura 54) demonstram a manutenção da composição original, com preservação do ritmo dos vãos e da platibanda. Não se observam alterações significativas na modulação da fachada ao longo do tempo. As imagens mais recentes, de 2025, confirmam que a edificação mantém integridade formal, inclusive no que se refere às esquadrias e à organização dos elementos arquitetônicos. O pátio interno permanece como elemento estruturador da espacialidade, reforçando a tipologia escolar original.

Figura 54 – Evolução da fachada do DRE-01 com o passar dos anos



Fonte: Acervo Selma Barreto; Memórias de Estância; Elaborado pela autora

Conforme indicado na ficha, o estado de preservação é classificado como “íntegro” e a conservação como “bom”, evidenciando que, apesar das adaptações funcionais inerentes ao uso institucional contínuo, não houve descaracterização da fachada. A estrutura interna não

pôde ser observada detalhadamente, mas externamente não se identificam patologias significativas ou perdas ornamentais.

Sob perspectiva urbana, a edificação exerce papel de destaque na conformação da Praça Barão do Rio Branco, tanto pela escala quanto pela função institucional que historicamente desempenha. Sua linguagem arquitetônica, de caráter sóbrio e ordenado, dialoga com a tradição construtiva local e com os princípios higienistas que orientaram a arquitetura escolar do início do século XX. A preservação de sua volumetria, do ritmo dos vãos e da platibanda contínua garante a manutenção de sua identidade histórica.

Assim, a Diretoria Regional da Educação – DRE 01 constitui exemplar significativo da arquitetura institucional estanciana do início do século XX, representando momento de consolidação das políticas educacionais republicanas no município. A continuidade de ações de manutenção preventiva, aliada ao acompanhamento técnico especializado e ao uso de materiais compatíveis com os originais, é fundamental para assegurar a conservação de sua integridade formal e histórica no conjunto da Praça Barão do Rio Branco.

4.1.6. Edificação número 06 – Aluza Presentes e decorações / Lotérica Estanciana (Ficha SE/25-06)⁴⁰

O prédio da "Aluza Presentes e Decorações / Lotérica Estanciana", localizado na Praça H. Ferreira, nº 302 (Figura 55) (rua da bombom), possui uma leitura iconográfica que evidencia que o lote não preserva sua arquitetura primitiva: as imagens anteriores às décadas de 1920 e 1940 registram a existência de uma residência distinta, com configuração volumétrica e composição formal diversas da construção atualmente existente. Tal constatação indica a ocorrência de demolição integral da edificação original, configurando uma ruptura material significativa na trajetória do imóvel.

⁴⁰ Apêndice H(Ficha)

Figura 55 – Fachada da Aluza Presentes e Decorações/ Lotérica Estanciana



Fonte: Da autora, 2025.

A partir da década de 1950 (Figura 56) consolida-se a edificação que permanece até os dias atuais. Diferentemente da residência anterior (demolida para a construção da atual), a nova construção apresenta volumetria verticalizada, composta por dois pavimentos e cobertura em duas águas com empena frontal voltada para o logradouro.

Antes implantada diretamente no alinhamento da via, sem recuo frontal, mantendo o padrão tradicional de ocupação contínua da quadra, preservava a lógica morfológica do tecido urbano da praça. Os registros das décadas de 1950 e 1970 confirmam a estabilidade dessa volumetria ao longo do tempo, evidenciando permanência tipológica apesar das modificações posteriores.

Figura 56 – Evolução da fachada ao longo dos anos



Fonte: Acervo Selma Barreto, Liceu Lins; Memórias de Estância; Elaborado pela autora

Do ponto de vista compositivo, a fachada organiza-se de maneira simétrica no pavimento superior, já no inferior por possuir duas áreas distintas – lateral esquerda aparenta ter sido algum comércio ou garagem vinculado à casa principal, atualmente abriga a lotérica –. O pavimento superior também concentra os elementos de maior integridade formal visíveis, estruturando-se a partir de três vãos alinhados, com molduras simples e ritmo regular. Destaca-se o balcão corrido com guarda-corpo vazado em desenho geométrico, elemento que reforça a horizontalidade intermediária da composição e estabelece transição entre os dois níveis – superior e inferior –.

O pavimento térreo, por sua vez, apresenta as transformações mais expressivas. As imagens históricas indicam que os vãos originais possuíam esquadrias em madeira, entretanto, com a mudança de função para uso comercial, observou-se a ampliação e adaptação das aberturas, a substituição das esquadrias por fechamentos metálicos e a inserção de grades de proteção. A instalação de letreiros comerciais de grande escala alterou substancialmente a leitura do embasamento, produzindo fragmentação visual e descaracterização parcial da composição original.

A trajetória evolutiva do lote pode, portanto, ser compreendida em dois movimentos complementares: inicialmente, a substituição integral da residência primitiva por nova edificação, representando momento de reconfiguração arquitetônica (década de 40); posteriormente, a adaptação funcional da construção consolidada, responsável pelas principais alterações observadas na fachada térrea. Diferentemente de edificações que preservam camadas construtivas sucessivas, este imóvel evidencia uma ruptura seguida de permanência volumétrica, com transformações concentradas nos elementos de fechamento e acabamento.

Apesar das intervenções, a volumetria, a simetria compositiva e a organização do pavimento superior permanecem legíveis, garantindo reconhecimento tipológico e integração ao conjunto histórico da Praça Barão do Rio Branco. O estado de conservação pode ser classificado como regular, considerando a integridade estrutural e a manutenção dos elementos formais superiores, ainda que com comprometimento da autenticidade material no térreo.

Dessa forma, a edificação configura testemunho relevante das dinâmicas de substituição arquitetônica e adaptação comercial que caracterizaram o centro histórico de Estância no século XX. Sua análise evidencia a tensão entre permanência tipológica e

transformação funcional, aspecto fundamental para a compreensão da evolução morfológica da Praça Barão do Rio Branco enquanto núcleo urbano tradicional.

4.1.7. Edificação número 07 – Casa do Sr. Raimundo Nóbrega de Mendonça⁴¹

A denominada Casa eclética do Sr. Raimundo Nóbrega de Mendonça (Figura 57), situa-se na Praça H. Ferreira nº 314 (rua da bombom). Conforme registrado na ficha de inventário (SE/25-07), trata-se de construção datada do século XX, com fachada existente atribuída ao período anterior à década de 1940 e posterior à década de 20. O imóvel encontra-se inserido em área urbana consolidada, em terreno com declividade, fator determinante para a solução volumétrica adotada.

Figura 57 – Fachada da Casa Eclética, Sr. Raimundo Nóbrega



Fonte: Da autora, 2025

A casa foi construída no local onde anteriormente havia o Palacete dos Nabuco que foi demolido pelo novo dono, o comerciante Raimundo Nóbrega de Mendonça. Segundo o diário de Viagem de Dom Pedro II, o antigo palacete alojou o Imperador (1825-1891), quando visitou à cidade em 1860 e pertencia ao Dr. João José de Bittencourt Calazans (1811-1870). Nos anos 2000 o prédio funcionou como uma repartição pública, já alojou alguns escritórios

⁴¹ Apêndice L (Ficha)

de advocacia e atualmente algumas empresas funcionam no local, como o “compre sem fila”, alguns escritórios e uma pequena confeitaria.

A implantação também possuía alinhamento direto com o lote, característica modificada com a alteração das vias no entorno da praça, atualmente apresentando afastamento da via, marcado por uma mureta com gradil na parte superior. Sua configuração de porão alto é evidenciada pela presença de vãos na parte inferior frontal e pela elevação do pavimento principal em relação ao nível da rua. Essa solução não apenas responde à topografia onde está implantada, mas também confere monumentalidade à construção, acentuando sua imponência no conjunto edificado.

A edificação classifica-se como civil de uso originalmente residencial, sua volumetria é composta por uma fachada ricamente ornamentada. A composição organiza-se a partir de eixo central destacado por três longas janelas, estruturado pelo acesso principal pela lateral e coroado por um frontão elevado, criando hierarquia clara entre o corpo central e os planos laterais.

O coroamento constitui o elemento mais expressivo da fachada. A platibanda apresenta recortes sinuosos e movimentados, com desenho curvilíneo que rompe a linearidade horizontal e introduz dinamismo plástico. O frontão central é elevado e profusamente decorado, incorporando voltas laterais, pináculos e relevos ornamentais. Observam-se elementos filosóficos em relevo, arabescos e moldurações que evidenciam influência eclética com forte apelo cenográfico (Figura 58), possivelmente dialogando com repertórios neoclássicos reinterpretados sob ótica decorativa do início do século XX. As cornijas e cimalhas são bem definidas, projetando-se levemente para criar jogos de sombra que valorizam o relevo e reforçam a tridimensionalidade da fachada.

Figura 58 – Destaque da platibanda e frontão



Fonte: Da autora, 2025

A organização dos vãos revela composição assimétrica mas ainda hierarquizada, apresentando três reentrâncias principais. Na primeira, destaca-se pequena varanda elevada, acessada por escadaria lateral em mármore, elemento que reforça o caráter nobre da edificação. Essa varanda é protegida por um guarda corpo, com desenho ornamental compatível com o vocabulário eclético. As portas possuem vergas retas e molduras salientes, enquanto as janelas mantêm proporção vertical alongada, com esquadrias predominantemente em madeira e vidro, com abertura de giro, onde as vergas curvas e retilíneas dialogam formalmente com o movimento do frontão, estabelecendo unidade compositiva.

Na segunda reentrância observa-se janela com verga reta e modulação discreta, criando variação sutil na composição, sem romper a harmonia do conjunto. Na terceira, outra janela retoma a verga curva, reafirmando o ritmo formal. A alternância entre cheios e vazios é equilibrada, e os elementos decorativos acima dos vãos – como relevos fitomórficos e ornatos em argamassa – reforçam o caráter ornamental da fachada.

O embasamento é claramente marcado, com presença de porão ventilado, identificado por vãos inferiores na parte frontal, solução funcional que também contribui para a elevação simbólica do pavimento principal. Essa característica aproxima a edificação de tipologias urbanas mais sofisticadas, diferenciando-a das casas térreas de implantação direta no solo.

A análise evolutiva das imagens históricas demonstra notável permanência formal (Figura 59). Registros anteriores à década de 1940 já evidenciam a consolidação do repertório ornamental e da volumetria atual. Na década de 1960, a edificação mantém integridade compositiva, com preservação dos elementos decorativos e da simetria. Imagens de 2011 e 2025 confirmam a continuidade dessa integridade, com manutenção das cores claras –

predominantemente branco e creme – que valorizam o relevo dos ornamentos e permitem leitura nítida dos detalhes.

Figura 59 – Evolução da fachada da Casa Sr. Raimundo Nóbrega com o passar dos anos



Fonte: Acervo de Selma Barreto, Liceu Lins, Memórias de Estância; Elaborado pela Autora

Diferentemente de outros imóveis do entorno, não se identificam intervenções agressivas, inserções publicitárias de grande escala ou substituições incompatíveis de esquadrias. O gradil frontal e muro baixo delimitam o espaço imediato da edificação. A ausência de descaracterizações significativas justifica a classificação do estado de preservação como “íntegro” e da conservação como “bom”, conforme registrado na ficha. Ainda que não tenha sido possível observar a estrutura interna, externamente não se verificam patologias aparentes relevantes, como fissuras estruturais ou perda acentuada de elementos decorativos.

Sob perspectiva urbana, a edificação nº 08 destaca-se como marco visual na Praça Barão do Rio Branco, funcionando como elemento de referência paisagística e histórica. Sua riqueza ornamental, associada à volumetria elevada pelo porão alto e ao coroamento cenográfico, confere-lhe protagonismo no conjunto. Trata-se de exemplar significativo da arquitetura eclética em Estância, representativo de momento histórico de afirmação estética e de valorização da ornamentação como linguagem de distinção social.

Assim, a Casa Eclética do Sr. Raimundo Nóbrega de Mendonça constitui bem de elevado valor histórico e arquitetônico, cuja preservação integral é fundamental para a manutenção da identidade urbana da praça.

4.1.8. Edificação número 08 – Maísa Bijoux⁴²

A edificação, localizada na Tv. Joaquim Calazans nº 56 (Figura 60), por meio da leitura comparativa das imagens históricas e contemporâneas evidencia um processo contínuo de adaptação funcional e de descaracterização parcial, contudo, sem eliminar completamente os elementos formais que remetem à sua configuração do século XIX.

Figura 60 – Fachada da Maísa Bijoux



Fonte: Da autora, 2025

Observa-se que o imóvel – que anteriormente fazia parte de um conjunto de sobrados geminados – preserva a volumetria e aspectos que remetem ao período colonial, mantendo também a implantação típica das edificações urbanas tradicionais do centro histórico de Estância. A cobertura em duas águas com telhamento cerâmico permanece como característica marcante, embora apresente intervenções e substituições de elementos da fachada ao longo do tempo.

O coroamento, ainda perceptível, conserva indícios de tratamento decorativo com inspiração neoclássica, especialmente pela presença de formas laterais à fachada semelhantes a capitéis de pilares jônicos e nos arremates superiores com cornijas, ainda que simplificados ou parcialmente degradados (Figura 61).

⁴² Apêndice I(Ficha)

Figura 61 – Destaque a parte frontal do pavimento superior



Fonte: Da autora, 2025

As esquadrias superiores em arco pleno constituem um dos elementos mais expressivos da composição original, reforçando a verticalidade e o ritmo da fachada. Entretanto, ao analisar as imagens das décadas anteriores (Figura 62), nota-se modificações e presença de elementos contemporâneos no pavimento térreo, adaptadas às demandas comerciais contemporâneas, com ampliação de vãos e inserção de portas metálicas e em vidro, além de letreiros publicitários. Essas intervenções impactam a leitura formal do conjunto, descaracterizando parcialmente a composição simétrica original e comprometendo a integridade estética do bem.

Figura 62 – Evolução da fachada da Maísa Bijoux com o passar dos anos



Fonte: Acervo Selma Barreto, Liceu Lins, Folha trabalhista, Memórias de Estância; Elaborado pela autora.

O tratamento superficial da fachada também revela alterações significativas. A substituição de revestimentos, a aplicação de novas camadas de pintura e a presença de fiação aparente interferem na percepção dos elementos ornamentais remanescentes. Ainda assim, molduras, pilastras e enquadramentos de vãos indicam a intenção compositiva original vinculada a uma linguagem eclética com referências neoclássicas, característica recorrente nas edificações históricas da praça.

Quanto ao estado de conservação, percebe-se desgaste, especialmente nas áreas de reboco e nas esquadrias superiores, evidenciando a necessidade de manutenção preventiva. Apesar das descaracterizações, a edificação mantém potencial de recuperação formal, considerando que parte significativa de seus elementos estruturais e decorativos ainda se encontra preservada.

De modo geral, o imóvel configura-se como testemunho das dinâmicas de permanência e transformação do centro histórico de Estância. Sua análise reforça a importância de estratégias de conservação que considerem não apenas a preservação material, mas também a recomposição da leitura arquitetônica original, contribuindo para a valorização do conjunto urbano da Praça Barão do Rio Branco.

4.1.9. Edificação número 09 – Antiga sede da Biblioteca Municipal Monsenhor Silveira⁴³

Prédio da antiga Biblioteca Municipal Monsenhor Silveira (Figura 63), atualmente identificada como Farmácia Drogasil, situa-se na Rua do Gordo, nº 151. Implantada em lote urbano com alinhamento direto ao passeio público, a construção estabelece relação frontal e lateral imediata com a rua, característica recorrente nas tipologias comerciais e residenciais do século XIX e início do século XX no município.

⁴³ Apêndice J((Ficha)

Figura 63 – Fachada da Antiga Biblioteca Municipal Monsenhor Silveira



Fonte: Da autora, 2025.

De acordo com as pesquisas documentais, sua origem é provavelmente oitocentista, embora a fachada atualmente existente seja anterior à década de 1940, indicando que o imóvel passou por reformas e atualizações ao longo do tempo, sem alteração substancial de sua volumetria. Trata-se de edificação térrea, de partido horizontalizado, cuja volumetria permanece preservada. O gabarito baixo, a continuidade da linha de fachada e a ocupação integral do alinhamento reforçam sua inserção coerente no tecido urbano histórico da praça. A cobertura, embora não visível, é tradicionalmente resolvida em duas águas com telhamento cerâmico, atualmente ocultada por platibanda, solução bastante difundida nas reformas ecléticas do final do século XIX e início do século XX.

O elemento compositivo de maior destaque é a platibanda ornamentada, arrematada por frontão curvo central, que marcava a entrada principal da fachada e estabelece hierarquia visual ao acesso (Figura 64). Este frontão, associado a frisos horizontais e molduras salientes que contornam os vãos, revela influência da linguagem eclética com referências neoclássicas. As pilastras laterais e os enquadramentos verticais reforçaram essas referências, mesmo diante das transformações recentes, esses elementos estruturadores ainda permanecem legíveis, constituindo testemunhos relevantes da configuração formal anterior.

Figura 64 – Destaque do coroamento da edificação



Fonte: Da autora

A leitura evolutiva das imagens históricas permite compreender as principais transformações sofridas pelo imóvel (Figura 65). No registro anterior à década de 1920, observa-se fachada mais simples, com repetição regular de vãos verticais e cobertura aparente, sugerindo composição ainda vinculada à tradição construtiva luso-brasileira. Já na década de 1960, percebe-se consolidação da platibanda e maior definição ornamental, indicando possível reforma de modernização. A década de 1980 apresenta fachada mais íntegra, com frontão central bem delineado, molduras evidentes e ritmo equilibrado entre cheios e vazios. Em 2017, embora já adaptada ao uso comercial, a edificação ainda mantinha leitura relativamente harmônica, com pintura em tons claros que não suprimiu totalmente a percepção dos elementos arquitetônicos.

Figura 65 – Evolução da fachada da antiga Biblioteca



Fonte: Acervo Selma Barreto, Liceu Lins; memórias de Estância; Google Maps, 2011; Elaborado pela autora

As intervenções mais importantes são verificadas nas imagens de 2025, quando a edificação se encontra plenamente adaptada ao padrão visual corporativo da rede comercial que a ocupa. A aplicação de pintura em vermelho intenso e branco cria forte contraste cromático, descaracterizando a ambiência histórica. A inserção de logomarca de grande escala sobre a platibanda interfere diretamente na leitura do frontão e do coroamento, reduzindo seu protagonismo compositivo. Além disso, as esquadrias originais foram substituídas por

caixilharias contemporâneas em vidro e alumínio, e parte dos vãos foi adaptada para instalação de porta metálica de enrolar, alterando proporções e materialidade.

Embora tais modificações não tenham implicado demolição de elementos estruturais ou supressão do frontão e da platibanda, configuram descaracterização parcial significativa da fachada. A ambiência histórica encontra-se comprometida pela padronização visual imposta pelo uso comercial, pela simplificação das esquadrias e pela presença de comunicação visual em escala incompatível com a arquitetura original. A fiação aérea, visível nas imagens mais recentes, também interfere negativamente na percepção do coroamento.

Conforme indicado na ficha de inventário, o estado de preservação da fachada é classificado como “muito alterado” e sua conservação como “precária”, o que não significa risco estrutural evidente, mas aponta para perda de autenticidade estética e integridade visual em comparativo ao registro inicial da década de 20. A estrutura interna não pôde ser observada, impossibilitando avaliação detalhada do sistema construtivo, que possivelmente emprega técnicas atuais pós-reforma.

Apesar das descaracterizações, a edificação mantém relevância patrimonial no contexto da Praça Barão do Rio Branco. A permanência da volumetria original, do frontão curvo central e da platibanda ornamentada assegurar legibilidade mínima de sua filiação estilística e de sua historicidade. Esses elementos configuram potencial para futura requalificação estética, mediante revisão cromática, adequação da comunicação visual e possível recomposição de esquadrias compatíveis com a tipologia histórica.

Assim, o imóvel constitui exemplar significativo do processo de transformação das edificações históricas de Estância, evidenciando as tensões entre preservação patrimonial e adaptação funcional contemporânea. Sua análise reforça a necessidade de diretrizes específicas para intervenções em bens inseridos em áreas históricas consolidadas, de modo a conciliar uso econômico com salvaguarda da identidade arquitetônica e urbana.

4.1.10. Edificação número 10 – Antigo Nataboka Bar⁴⁴

Situada na Rua do Gordo, nº 119 (Figura 66), trata-se de uma construção de provável origem no século XIX, conforme indicado na ficha de registro, cuja fachada existente remonta

⁴⁴ Apêndice K(Ficha)

ao mesmo período, ainda que tenha sofrido alterações significativas identificáveis a partir da década de 1940, com base em registros fotográficos históricos.

Figura 66 – Fachada da edificação número 10, antigo Nataboka Bar



Fonte: Da autora, 2025

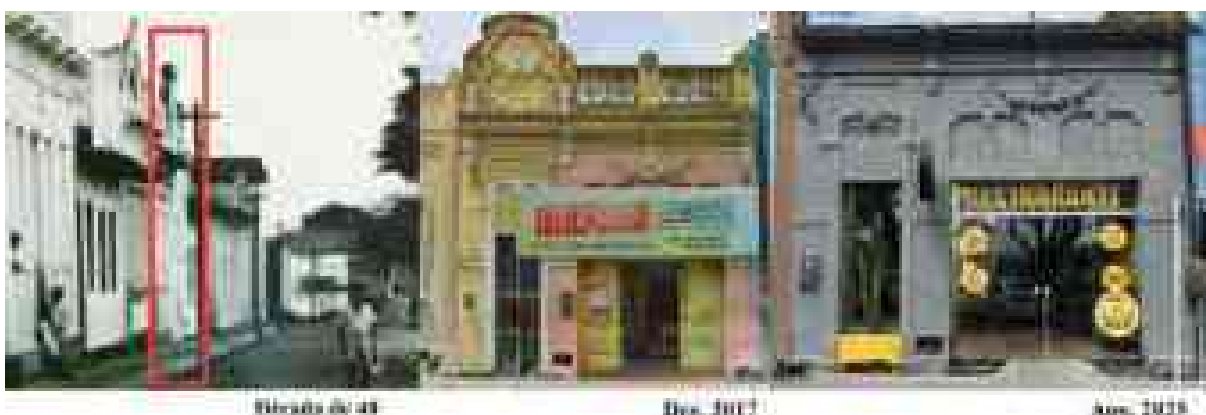
Originalmente tendo seu uso como residencial, a edificação passou, ao longo do século XX, por adaptações funcionais que culminaram na mudança para uso misto e, posteriormente, exclusivamente comercial. Essa transformação de uso se intensificou sobretudo a partir da segunda metade do século XX, refletindo as dinâmicas econômicas e urbanas do centro da cidade. No início dos anos 2000 abrigou uma revendedora da revista Hermes e posteriormente entre os anos de 2020 e 2021, o imóvel abrigou um bar (Nataboka), sendo posteriormente adaptado para funcionamento como restaurante, uso que permanece atualmente. Essas mudanças de uso influenciaram diretamente as intervenções realizadas na fachada, sobretudo no que se refere à abertura de vãos, substituição de esquadrias e inserção de elementos de comunicação visual.

Do ponto de vista tipológico, a edificação configura-se como casa térrea, implantada em lote plano, alinhada ao logradouro público, característica recorrente nas construções históricas do centro urbano de Estância. A volumetria é simples, com partido arquitetônico horizontal e desenvolvimento em um único pavimento, reforçando a leitura tradicional das edificações comerciais adaptadas a partir de antigas residências urbanas.

A cobertura original apresentava características de telhado do tipo capa e canal, embora atualmente seu telhado tenha sido removido e seu fechamento superior seja marcado por resquícios da antiga platibanda, elemento que desempenhava papel fundamental na composição da fachada. O coroamento, originalmente mais elaborado e completo, atuava como principal elemento de destaque formal da edificação, ocultando a cobertura e conferindo maior monumentalidade ao conjunto, mesmo em uma edificação de pequena escala.

A análise iconográfica comparativa da década de 40 até os dias atuais revela que a platibanda possuía composição ornamentada, com painéis em relevo e ressaltos verticais que organizavam o ritmo da fachada (Figura 67). Esses ressaltos funcionavam como pilastras ou pináculos simplificados, marcando a verticalidade e estruturando visualmente o coroamento. A platibanda apresentava ainda frisos e molduras horizontais no remate superior, além de ornamentação decorativa em relevo, conferindo complexidade formal e riqueza plástica à fachada.

Figura 67 – Evolução da edificação número 10 com o passar dos anos



Fonte: Elaborado pela Autora, Acervo Memórias de Estância; GoogleMaps, 2017

Entre os elementos decorativos, destacam-se a presença de um detalhe escultórico figurativo, localizado acima da antiga entrada principal, possivelmente representando um rosto ou máscara estilizada (Figura 68), associado a elementos curvilíneos e florais, além de uma guirlanda de flores onde situavam-se as antigas janelas. Esse ornamento constitui um dos principais vestígios remanescentes da linguagem decorativa original, revelando influências do ecletismo.

Figura 68 – Escultura em forma de rosto acima do antigo acesso à edificação, 2025



Fonte Elaborado pela autora, 2026

Ao longo das décadas, a edificação sofreu intervenções sucessivas que resultaram em perdas significativas da sua integridade formal, sobretudo pela supressão parcial do coroamento, descaracterização da platibanda e modificação das esquadrias originais. A substituição das aberturas, aliada à inserção de portas e vitrines comerciais, alterou substancialmente a proporção dos vãos e comprometeu a leitura original da fachada.

Além disso, a aplicação de pintura homogênea e espessa contribuiu para o encobrimento de relevos, frisos e detalhes ornamentais, dificultando a leitura das técnicas construtivas e das cores originais. A presença de fiação aérea e de elementos publicitários de grande impacto visual intensifica a descaracterização, introduzindo ruídos visuais que competem com os elementos arquitetônicos históricos ainda existentes.

Sob o aspecto do estado de conservação, a edificação encontra-se classificada como descaracterizada e em situação de arruinamento, não necessariamente por comprometimento estrutural evidente, mas pela perda de autenticidade, coerência compositiva e legibilidade histórica. Os remanescentes da platibanda, embora ainda presentes, encontram-se fragilizados e sujeitos a processos de deterioração, agravados pela ausência de manutenção preventiva e por intervenções incompatíveis com os materiais e técnicas originais.

Apesar dessas transformações, a edificação mantém valor histórico, simbólico e urbano, uma vez que constitui testemunho material da evolução da paisagem construída do centro de Estância. Sua trajetória de uso, desde residência até estabelecimento comercial,

reflete mudanças sociais, econômicas e culturais do município, além de evidenciar práticas recorrentes de adaptação do patrimônio edificado às novas demandas urbanas.

A permanência de fragmentos significativos do coroamento original, especialmente os ornamentos em relevo e o elemento escultórico figurativo, reforça a importância da edificação como bem passível de valorização e preservação. Esses vestígios permitem a reconstrução interpretativa da fachada original. Assim, a edificação não deve ser compreendida apenas como um objeto isolado, mas como parte integrante da memória urbana de Estância, cuja preservação contribui para a manutenção da identidade histórica e paisagística do centro da cidade.

4.1.11. Edificação número 11 – “Casa Martelada” Sede da Secretaria Municipal da Agricultura de Estância⁴⁵

A “Casa Martelada” – nomeada desta forma pela autora por remeter ao ferro martelado –, abriga atualmente a sede da Secretaria Municipal da Agricultura (Figura 69), localizada na Rua do Gordo, nº 111. Trata-se de uma construção de provável origem no século XX, cuja fachada existente é atribuída ao mesmo período, com registros iconográficos que indicam sua conformação já consolidada antes da década de 1940.

⁴⁵ Apêndice L(Ficha)

Figura 69 – Fachada “Casa Martelada”/ Secretaria Municipal da Agricultura



Fonte: Da autora, 2025

A escassez de imagens históricas anteriores limita a precisão cronológica, contudo, os elementos compositivos e ornamentais da fachada permitem identificar claramente sua filiação à arquitetura eclética, com soluções formais recorrentes em edificações institucionais e residenciais adaptadas do início do século XX (Figura 70).

Figura 70 – Evolução da “Casa Martelada” com o passar dos anos



Fonte: Acervo Memórias de Estância; GoogleMaps, 2017; Elaborado pela Autora

Originalmente, acredita-se que a edificação tenha sido concebida para uso residencial, hipótese sustentada pela tipologia arquitetônica, escala, implantação e organização da

fachada. Atualmente, o imóvel desempenha função institucional, abrigando a Secretaria da Agricultura de Estância, uso que demandou adaptações internas, porém preservou, em grande medida, a configuração externa da edificação.

Do ponto de vista tipológico, configura-se como casa térrea, implantada em lote plano, com alinhamento paralelo à via pública. A volumetria é simples, classificada como volumetria simples, característica típica das edificações ecléticas urbanas de pequeno porte. A cobertura apresenta sistema tradicional, com fechamento superior por platibanda, elemento fundamental na composição formal da fachada.

A fachada principal é marcada pela presença de platibanda ornamentada, que desempenha papel central na leitura arquitetônica do edifício. O coroamento apresenta recortes e moldurações que criam ritmo e movimento no remate superior, funcionando como elemento de destaque visual e conferindo maior monumentalidade à edificação, apesar de sua escala reduzida. Esse recurso é característico da arquitetura eclética, na qual a platibanda substitui o beiral aparente, ocultando a cobertura e reforçando o caráter urbano da construção.

As esquadrias são dispostas de forma regular e simétrica, contribuindo para a composição equilibrada da fachada. Observa-se a presença de portas e janelas em madeira e vidro, com gradis metálicos, elementos compatíveis com o período de construção e com o uso institucional atual. As molduras em argamassa ao redor dos vãos reforçam a leitura ornamental da fachada, destacando os cheios e vazios e evidenciando o cuidado compositivo original.

O revestimento da fachada é predominantemente em argamassa, com aplicação de acabamento decorativo. Destaca-se a presença de textura moldada em baixo-relevo, aplicada ao reboco ainda fresco, formando padrão repetitivo e regular, visível nas áreas superiores da fachada remetendo à textura encontrada em ferro martelado – daí o nome –. Esse tipo de acabamento decorativo, comum em intervenções do início do século XX, confere riqueza plástica à superfície e diferencia os planos da fachada. Na porção inferior, observa-se tratamento diferenciado do embasamento, com textura que remete à imitação de pedra, recurso amplamente utilizado para conferir sensação de robustez e proteção visual à base da edificação.

A cromia atual da fachada é composta por tons de creme e marrom acinzentado, combinação que reforça a leitura dos elementos ornamentais e das molduras, mantendo certa harmonia com o conjunto urbano da praça. Embora possa não corresponder exatamente às

cores originais, a escolha cromática não compromete significativamente a leitura arquitetônica do bem.

Quanto ao estado de conservação, a edificação encontra-se classificada como íntegra, apresentando bom estado de preservação e conservação. As intervenções identificadas ao longo do tempo não descaracterizaram a fachada de forma significativa, permitindo a leitura clara de sua linguagem arquitetônica original. A manutenção periódica e o uso institucional contribuem para a preservação do imóvel, reduzindo processos de degradação comuns em edificações históricas subutilizadas.

Do ponto de vista dos valores patrimoniais, a edificação possui valor histórico por integrar o conjunto arquitetônico da Praça Barão do Rio Branco e por representar a permanência da arquitetura eclética no tecido urbano de Estância. Sua atual função institucional reforça seu papel como elemento de referência na paisagem urbana e na memória coletiva local. Assim, a Casa eclética “Martelada” constitui importante exemplar do patrimônio edificado do município, apresentando boa integridade formal, legibilidade histórica e relevância urbana.

4.1.12. Edificação número 12 – Casa Eclética amarela⁴⁶

A edificação nomeada como Casa Eclética Amarela, pertencente às senhoras Rosivânia C. Santos e Maria L. C. Carvalho, está localizada na Rua do Gordo, nº 105, e trata-se de uma construção de provável origem no século XX, cuja fachada existente remonta ao mesmo período, com registros fotográficos indicando sua conformação já consolidada antes da década de 1940.

⁴⁶ Apêndice M(Ficha)

Figura 71 – Fachada da Casa Eclética Amarela



Fonte: Da autora, 2025

A ausência de documentação iconográfica anterior a esse período limita uma datação mais precisa; contudo, a análise dos elementos formais, ornamentais e compositivos permite identificar sua filiação à arquitetura eclética, com forte presença de soluções recorrentes no início do século XX em edificações residenciais urbanas (Figura 72).

Figura 72 – Evolução da Casa Eclética Amarela



Fonte: Acervo Memórias de Estância; GoogleMaps, 2017; Elaborado pela Autora

Originalmente concebida para uso residencial, função que ainda permanece até os dias atuais, a edificação mantém sua vocação doméstica, acreditasse que isto possa ter contribuído para a preservação de sua volumetria, tipologia e linguagem arquitetônica. A permanência do uso residencial favoreceu a continuidade das características formais originais, evitando intervenções de grande impacto na fachada.

Implantada em lote plano, sua volumetria é simples, de um pavimento, reforçando a leitura horizontal da composição arquitetônica. A cobertura é de telha do tipo capa canal, com fechamento frontal por platibanda, elemento fundamental na composição formal da fachada e amplamente utilizado na arquitetura eclética urbana.

A fachada principal apresenta volumetria simples, organizada a partir de eixo lateral bem definido. O coroamento é marcado por platibanda ornamentada, com recortes e moldurações que conferem ritmo, movimento e destaque visual ao conjunto (Figura 73). Esse elemento substitui o beiral aparente, ocultando a cobertura e reforçando o caráter urbano da edificação, além de contribuir para sua leitura como exemplar representativo da arquitetura eclética local.

Figura 73 – Detalhe do coroamento da Casa Amarela



Fonte: Da autora

As esquadrias são dispostas de forma regular e equilibrada, compostas por uma porta e três janelas em madeira, com bandeira e vidros coloridos, sobrepostos por gradis metálicos. As molduras em argamassa ao redor dos vãos reforçam o caráter ornamental da fachada, destacando os cheios e vazios e evidenciando o cuidado compositivo original. Observa-se a manutenção da tipologia das aberturas, sem alterações significativas em suas proporções ou posicionamento.

O revestimento da fachada é predominantemente em argamassa, com aplicação de acabamento decorativo em algumas áreas de destaque. Esse recurso confere riqueza plástica à

superfície e diferencia os planos da fachada, sendo bastante recorrente em edificações ecléticas do início do século XX. No embasamento, observa-se tratamento diferenciado, com textura, recurso amplamente utilizado para conferir sensação de robustez e proteção visual à base da edificação.

A cromia atual da fachada apresenta predominância de tons amarelados, associados a detalhes em tonalidade mais escura, compatíveis com a leitura dos elementos ornamentais e das molduras. Embora não seja possível afirmar que corresponda à paleta cromática original, a escolha atual não compromete a leitura arquitetônica do bem, mantendo harmonia com o conjunto da praça.

Quanto ao estado de preservação e conservação, a edificação encontra-se classificada como íntegra e em bom estado de conservação. Não foram identificadas alterações significativas na fachada ao longo do tempo que comprometeram sua autenticidade ou legibilidade histórica. As possíveis intervenções realizadas foram pontuais e compatíveis com a linguagem original, e a manutenção periódica contribui para a estabilidade física e estética do imóvel.

Do ponto de vista dos valores patrimoniais, a edificação possui valor histórico e arquitetônico por integrar o conjunto edificado da Praça Barão do Rio Branco e por representar, de forma clara e bem preservada, a permanência da arquitetura eclética no tecido urbano de Estância. Sua contribuição para a paisagem urbana e para a memória coletiva local reforça sua relevância como bem cultural de interesse municipal.

Assim, a Casa Eclética Amarela constitui importante exemplar do patrimônio edificado do município, apresentando boa integridade formal, legibilidade histórica e coerência estética. Recomenda-se a preservação de suas características arquitetônicas originais, com especial atenção à manutenção da platibanda ornamentada, das esquadrias, dos gradis metálicos e dos revestimentos decorativos, bem como a adoção de práticas de conservação compatíveis com os princípios da preservação patrimonial, visando assegurar a continuidade de seus valores históricos, arquitetônicos e simbólicos.

4.1.13. Edificação número 13 – Vizinha à Jopp⁴⁷

A edificação nº 13, identificada como Loja Jopp (Figura 74), situada na Rua do Gordo, nº 89. Trata-se de um imóvel de propriedade privada, com uso original e atual residencial, encontrando-se ocupado. De acordo com o levantamento realizado, sua construção é provavelmente datada do século XIX, embora a fachada atualmente existente remonte ao século XX, possivelmente posterior à década de 1940, conforme sugerem registros fotográficos históricos.

Figura 74 – Fachada da Casa Branca e azul Vizinha à loja Jopp



Fonte: Da autora, 2025

Do ponto de vista tipológico, a edificação caracteriza-se como casa térrea, implantada diretamente no alinhamento da via, inserida em contexto urbano e em entorno considerado alterado. A volumetria é simples, desenvolvida em um único pavimento, sem registro de porão ou sótão, embora a composição da fachada simula visualmente a tipologia de porão alto. Consta a observação da existência de quatro pequenos óculos meramente decorativos, posicionados na parte inferior da fachada, reforçando essa intenção compositiva.

A caracterização externa indica predominância de elementos associados ao Art Déco, ainda que o imóvel tenha sofrido sucessivas modificações ao longo do tempo. A cobertura é em platibanda, solução que oculta o telhado e reforça a leitura horizontal da fachada.

⁴⁷ Apêndice N(Ficha)

Originalmente, conforme registros da década de 1940 (Figura 75), a edificação apresentava ornamentações mais elaboradas, com presença de frontão, cornijas e cimalhas compondo o coroamento, características que remetiam a uma linguagem eclética com remanescentes coloniais. Nesse período, já se verificava a adoção de platibanda com desenho mais geometrizado, possivelmente associada à difusão de referências Art Déco no cenário urbano local.

Figura 75 – Evolução da Casa Branca e azul, como passar dos anos



Fonte: Elaborado pela Autora, Acervo Memórias de Estância; GoogleMaps, 2017, 2011.

Atualmente, entretanto, a fachada encontra-se modificada. Os elementos ornamentais anteriormente existentes foram suprimidos, restando apenas uma platibanda simples, marcada por três relevos discretos. A composição cromática em branco e azul define a identidade visual contemporânea do imóvel, diferenciando planos e molduras. A vedação é em alvenaria, com revestimento em argamassa, e a pintura evidencia as intervenções recentes. A leitura formal indica perda significativa da riqueza plástica anteriormente registrada.

As esquadrias compreendem portas, janelas e gradis, confeccionados predominantemente em madeira e ferro, com presença de vidro. Observam-se tipologias de folhas fixas, de correr e de abrir/giro, evidenciando adaptações funcionais ao longo do tempo. As grades metálicas reforçam a dimensão de segurança, característica recorrente em imóveis residenciais do centro urbano, mas também interferem na leitura estética original da fachada.

No que se refere ao estado de conservação e preservação, o bem foi classificado como descaracterizado. A descaracterização decorre principalmente da remoção de ornamentos, da simplificação do coroamento e das alterações nas esquadrias e no tratamento superficial da fachada. Não foi possível observar a estrutura construtiva, o que limita análises mais aprofundadas quanto às técnicas e ao sistema estrutural empregado. Ainda assim, o imóvel mantém sua implantação original e parte de sua volumetria, preservando aspectos importantes para a leitura da conformação histórica da praça.

Historicamente, sabe-se apenas que a edificação desempenha função residencial desde sua origem, não tendo sido identificadas informações documentais mais detalhadas sobre proprietários ou usos complementares. A primeira imagem de registro conhecida data da década de 1940, período em que já se verificavam transformações formais na fachada. Comparativamente aos registros fotográficos mais antigos, percebe-se um processo contínuo de simplificação e perda de elementos decorativos, culminando na configuração atual.

4.1.14. Edificação número 14 – Antiga Casa Comercial do Sr. Zé Porcino (atual Lojas VIVO)⁴⁸

A edificação conhecida originalmente como Casa Comercial do Sr. Zé Porcino, atualmente ocupada pelas Lojas VIVO (Figura 76), está localizada na Rua Joaquim Calazans, nº 93. Trata-se de uma construção de origem no século XX, cuja fachada existente data do mesmo período, apresentando conformação já consolidada antes da década de 1940, conforme registros fotográficos históricos. Em 1902, a edificação funcionava como casa comercial do Sr. Zé Porcino, avô de Dona Raimunda Soares, ex-vereadora da cidade de Estância. Posteriormente, o imóvel abrigou a agência do Banese e, a partir do início dos anos 2000, passou a sediar atividade comercial de varejo, função que permanece até os dias atuais.

⁴⁸ Apêndice O(Ficha)

Figura 76 – Fachada da Antiga Casa comercial José Porcino/ Atual loja VIVO



Fonte: Da Autora, 2025

Originalmente utilizada para uso comercial, a edificação manteve essa vocação ao longo do tempo, embora com sucessivas adaptações associadas às mudanças de ocupação. Essas transformações resultaram em alterações progressivas na fachada, especialmente a partir da segunda metade do século XX, impactando significativamente sua leitura arquitetônica original.

Do ponto de vista tipológico, configura-se como edificação térrea, implantada em lote plano, com alinhamento direto à via pública e ausência de recuo frontal. A volumetria é simples, característica dos imóveis comerciais urbanos do período, com leitura horizontal predominante. A cobertura apresenta sistema tradicional, originalmente arrematada por platibanda, elemento essencial na composição formal da fachada e típico da arquitetura eclética urbana.

A análise da fachada, a partir de registros históricos (Figura 77), permite identificar que originalmente a edificação possuía platibanda ornamentada que cercava todo o frontispício, com ornatos dispostos acima de cada abertura, totalizando oito elementos decorativos, além de um coroamento bem definido. As esquadrias eram compostas por vãos regulares, com destaque para a porta principal e para a repetição rítmica das aberturas, conferindo unidade e equilíbrio à composição.

Figura 77 – Evolução Antiga Casa comercial José Porcino com o passar dos anos



Fonte: Acervo Selma Barreto; Memórias de Estância; GoogleMaps, 2011; Elaborado pela Autora

Ao longo do tempo, especialmente a partir dos anos 2000, a fachada passou por intervenções significativas. A mudança de uso para comércio de grande porte implicou na substituição das esquadrias originais por elementos contemporâneos em vidro e metal, bem como na aplicação de revestimentos e cores dissociadas da linguagem original. Destaca-se a pintura em vermelho intenso durante a ocupação pela loja VIVO, que descaracterizou visualmente os ornamentos da platibanda, posteriormente removidos ou suprimidos. Atualmente, a edificação apresenta fachada com acabamento em cinza texturizado, mantendo apenas vestígios da composição original.

O revestimento da fachada é predominantemente em argamassa, com aplicação de textura contemporânea, que encobre ou elimina a leitura dos elementos decorativos originais. Não se observa mais a diferenciação clara de embasamento ou a presença dos ornatos históricos, o que compromete a leitura da arquitetura eclética que caracterizava originalmente a edificação.

A cromia atual, neutra e homogênea, reforça o caráter funcional e comercial do imóvel, porém contribui para a perda de identidade arquitetônica e histórica no contexto do conjunto da praça. Embora a volumetria simples e o alinhamento urbano tenham sido mantidos, a ausência dos elementos ornamentais originais dificulta a leitura patrimonial da fachada.

Quanto ao estado de preservação, a edificação encontra-se classificada como descaracterizada, apresentando alterações significativas em sua fachada. Apesar de manter sua integridade volumétrica básica, as sucessivas intervenções comprometeram a autenticidade formal e a legibilidade histórica do bem. Ainda assim, sua permanência no tecido urbano confere valor histórico enquanto testemunho das transformações funcionais e comerciais ocorridas na área central de Estância ao longo do século XX e início do XXI.

Sob a ótica dos valores patrimoniais, a edificação possui valor histórico simbólico, associado à memória comercial da cidade e à dinâmica de ocupação da Praça Barão do Rio Branco. Sua trajetória de usos sucessivos reflete as transformações econômicas e urbanas do centro histórico, ainda que com perda expressiva de seus atributos arquitetônicos originais.

4.1.15. Edificação número 15 – Casa do Monsenhor Victorino Corrêa Fontes⁴⁹

A edificação conhecida como Casa do Monsenhor Victorino Corrêa Fontes está localizada na Rua Joaquim Calazans, nº 15, em contexto urbano que, apesar de alterações gritantes no entorno, ainda preserva significativa unidade paisagística e arquitetônica, sendo um dos exemplares mais expressivos do conjunto edificado local (Figura 78).

Figura 78 – Fachada da Casa do Monsenhor Victorino



Fonte: Da autora, 2025

Trata-se de uma construção de origem no século XIX, cuja fachada existente remonta ao mesmo período, com registros textuais que indicam sua conformação já consolidada anteriormente ao ano de 1862. A edificação serviu como residência do monsenhor Victorino Corrêa Fontes (1862–1935) durante seus 41 anos de vicariato na cidade de Estância. Figura de

⁴⁹ Apêndice P (Ficha)

grande relevância pública, o monsenhor destacou-se como incentivador e colaborador de grupos musicais e da imprensa local, além de organizar diversas irmandades religiosas, como o Apostolado da Oração e a Pia União das Filhas de Maria. Atuou ainda na reforma da Igreja da Matriz do Amparo, foi fundador e diretor do Asilo Santo Antônio, implantou um colégio de freiras e criou o teatro que posteriormente se tornaria o Cine-Teatro São João.

Originalmente concebida para uso residencial, função que permanece até os dias atuais, a edificação manteve sua vocação doméstica ao longo do tempo, fato que contribuiu decisivamente para a preservação de sua tipologia, volumetria e linguagem arquitetônica. A continuidade do uso residencial reduziu a incidência de intervenções agressivas, favorecendo a manutenção dos elementos originais da fachada.

Do ponto de vista tipológico, configura-se como edificação de dois pavimentos, implantada em lote plano, com alinhamento paralelo à via pública. A volumetria é composta, com destaque para o corpo central da fachada, conferindo maior hierarquia e monumentalidade ao conjunto. A cobertura apresenta sistema tradicional, com coroamento arquitetônico marcado por frontão e elementos ornamentais que enriquecem a composição formal, antigamente o frontão era arrematado por um galo dos ventos que não se sabe ao certo porque, mas deixou de fazer parte da composição da fachada – é possível ver sua localização na figura 80 – (Figura 79).

Figura 79 – Galo dos ventos arrematando o frontão na fachada principal



Fonte: Memórias de Estância

A fachada principal é organizada a partir de um eixo central bem definido, sendo arrematada nos cantos por pilastras que conferem verticalidade e ordenação à composição. As portas de madeira apresentam bandeiras e gradis de ferro forjado em arco pleno, dando acesso

ao hall de entrada. Essa porção central da fachada é ladeada por pátios laterais ajardinados, cercados por grades de ferro forjado, intercaladas por pedestais que sustentam vasos e esculturas em alvenaria, representando as estações do ano, elementos de grande valor artístico e simbólico.

No pavimento térreo, observam-se janelas de vergas retas e esquadrias envidraçadas, distribuídas de forma equilibrada. Toda essa porção é arrematada por cornija bem definida, que marca a transição para o pavimento superior. Acima, erguem-se três portas de madeira com vergas retas e ombreiras em alvenaria, cada uma delas associada a sacadas com gradis de ferro forjado. O pavimento superior é ladeado por pilastras e coroado por frontispício triangular com acrotérios e arremate ornamental, reforçando o caráter monumental da edificação. O mesmo tratamento ornamental se repete no coroamento do telhado da fachada térrea.

Na lateral voltada para a Rua Jorge Amado, a edificação apresenta oito janelas, distribuídas de forma regular, com a presença de óculos na porção superior, recurso recorrente em edificações ecléticas e neoclássicas, associado à iluminação e ventilação dos ambientes internos.

O revestimento da fachada é predominantemente em azulejo, com acabamento cuidadosamente trabalhado, mantendo a leitura clara dos elementos arquitetônicos e ornamentais. A cromia atual, composta por tons de verde claro e branco das cerâmicas, contribui para a valorização dos detalhes formais.

Quanto ao estado de preservação e conservação, a edificação encontra-se classificada como íntegra e em bom estado de conservação. Não foram identificadas alterações significativas que comprometam sua autenticidade ou legibilidade arquitetônica. As possíveis intervenções realizadas ao longo do tempo foram pontuais e compatíveis com a linguagem original, e a manutenção periódica contribui para a estabilidade física e estética do imóvel (Figura 80).

Figura 80 – Evolução da Casa Monsenhor Victorino com o passar dos anos



Fonte: Acervo Memórias de Estância; GoogleMaps, 2011; Elaborado pela autora

Sob a ótica dos valores patrimoniais, a Casa do Monsenhor Victorino Corrêa Fontes possui elevado valor histórico, arquitetônico e simbólico, tanto por sua associação direta a uma personalidade de grande relevância para a história de Estância quanto por representar exemplar notável da arquitetura eclética com influências neoclássicas no contexto urbano da Praça Barão do Rio Branco. Sua presença confere identidade, monumentalidade e referência histórica à paisagem urbana central.

4.1.16. Edificação número 16 – Casas cinza⁵⁰

Localizada na Rua Miranga, nº 174/170, (Figura 81), representa um exemplo significativo de residência urbana do século XIX, vinculada às casas térreas tradicionais do período colonial. Não foi possível o acesso há registros documentais que permitam reconstituir com precisão a história do imóvel, entretanto estima-se que sua implantação seja do início do século XIX por conta da povoação da cidade ter se iniciado aos arredores da igreja Matriz e a partir da análise construtiva e da tipologia dos elementos originais ainda identificáveis na fachada.

⁵⁰ Apêndice Q (Ficha)

Figura 81 – Edificação número 16



Fonte: Da autora, 2025

Em registros da década de 40 (Figura 82) é possível notar que o imóvel conservava os princípios básicos das edificações residenciais oitocentistas, com implantação diretamente no alinhamento da rua, beiral simples na composição de meia morada, com duas janelas e uma porta de madeira. A partir da década de 1960/70, observou-se uma ampliação desse esquema para dois acessos frontais, provavelmente resultante de divisões internas e da expansão dessa edificação, o que possibilitou o uso independente do imóvel por diferentes famílias ou atividades. Tal ampliação foi acompanhada de intervenções estéticas mais complexas, incorporando elementos o art déco e ecléticos, conforme evidenciado na presença de platibanda com coroamento simples, molduras destacadas em relevo.

Figura 82 – Alterações na fachada da edificação número 16



Fonte: Google Maps, 2015; 2011; Acervo do IPHAN; elaborado pela autora

Em termos de estrutura, a construção utiliza alvenaria tradicional – possivelmente tijolos maciços com argamassa à base de cal – e cobertura original em telha cerâmica, posteriormente ocultada pelo acréscimo da platibanda. Os acabamentos externos em argamassa atualmente pintada nas cores cinza e branco mantêm uma leitura coerente com o repertório visual histórico do entorno, apesar de estarem visivelmente desgastados pela ação do tempo. As esquadrias apresentam maior número de alterações, foram substituídas em diferentes momentos, sobretudo na passagem do século XX para o XXI, por modelos ainda de madeira, mas deixando de ter postigos nas bandeiras das portas e nas janelas como um todo. Essas substituições resultaram na perda de parte da identidade visual e descaracterização parcial da fachada reformada.

A fachada atual, apesar das intervenções, ainda preserva características fundamentais como a simetria dos vãos, o uso de platibanda com remates decorativos e a presença de elementos ornamentais em relevo e detalhes geométricos. Essa estratificação visual entre camadas antigas e recentes torna a edificação um exemplar representativo da cultura de adaptação do patrimônio arquitetônico residencial urbano estanciano, usualmente remodelado de acordo com necessidades funcionais e linguagens estéticas de diferentes épocas.

Embora não haja qualquer proteção legal formal – seja em âmbito municipal, estadual ou federal –, a edificação revela valor histórico para o conjunto arquitetônico da Praça Barão do Rio Branco, constituindo parte relevante da memória material do centro urbano. O estado geral de conservação pode ser classificado como não aplicável já que a fachada original já não existe, porém a fachada pós reforma no século XX encontra-se em bom estado de conservação. Portanto, recomenda-se ações preventivas e acompanhamento técnico especializado, visando retardar o processo de degradação e valorizar os aspectos arquitetônicos remanescentes.

Dessa forma, o imóvel nº 16 representa um testemunho da evolução tipológica das residências térreas estancianas, articulando camadas de permanência e transformação. Seu estudo contribui para a compreensão do processo contínuo de remodelação do patrimônio urbano e reforça a importância de estratégias locais de preservação e valorização deste acervo arquitetônico.

4.1.17. Edificação nº 17 – Casinha Colonial Verde⁵¹

Situada Rua Miranga, nº 178, (Figura 48), integra a paisagem urbana histórica de um dos núcleos mais antigos e representativos da cidade. Trata-se de uma construção térrea implantada diretamente no alinhamento da via, seguindo o padrão consolidado da malha urbana sergipana dos séculos XIX e início do XX. Apesar da simplicidade volumétrica, o imóvel preserva características das residências urbanas de um colonial tardio, marcadas por fachadas planas, ritmo regular de vãos e soluções construtivas tradicionais.

Figura 83 – Edificação número 17



Fonte: Da autora, 2025

Implantada em terreno em declive e originalmente utilizada como residência, a edificação encontra-se atualmente desocupada e anunciada para venda. Seu valor está ligado sobretudo à dimensão histórica, pois contribui para a leitura arquitetônica da Praça Barão do Rio Branco e das práticas construtivas difundidas na Estância Oitocentista. Configura um exemplar recorrente das casas térreas urbanas nordestinas, frequentemente associadas a famílias de menor poder aquisitivo e caracterizadas pelo volume frontal simples e pela ausência de ornamentos.

A fachada apresenta composição simétrica, organizada por uma porta e duas janelas – arranjo típico das edificações de meia morada do período colonial⁵² –. A estrutura, conforme análise imagética, é constituída por alvenaria de tijolos maciços de barro e vigas em madeira,

⁵¹ Apêndice R (Ficha)

⁵² Rever a figura 29

a cobertura é em duas águas com beiral simples, solução comum nas residências da época, que buscavam ventilação e escoamento das águas pluviais para o sentido da rua. O revestimento em argamassa e a pintura atual em verde-claro com detalhes brancos refletem intervenções usuais realizadas ao longo do século XX, sobretudo em reformas de manutenção ou adaptações funcionais.

O imóvel passou por modificações sutis (Figura 84), como a adição de um contador de energia – antes não existente – e modificação da porta frontal, que anteriormente era uma porta holandesa (bipartida) e atualmente é no modelo de 2 folhas de abrir com postigos, ainda em madeira. Foi possível visualizar pelo Google Maps que essas mudanças ocorreram anteriormente ao ano de 2011 (Não foi possível encontrar imagens anteriores a esta data).

Figura 84 – Alterações na fachada da edificação número 17



Fonte: Google Maps, 2015 e 2011; Memórias de Estância

Quanto à integridade, o imóvel é classificado como pouco alterado, também é possível notar o desgaste generalizado da pintura, perda de partes do reboco e manchas de umidade, indicando manutenção precária e a ação contínua da umidade ascendente, comum em edificações sem barreira impermeabilizante, apresentando estado de conservação precário – em decorrência do abandono – porém sem indícios imediatos de risco estrutural. O abandono prolongado, associado à infiltração e à deterioração de elementos de madeira, pode, entretanto, comprometer a estabilidade no médio prazo. (Figura 85).

Figura 85 – Danos à edificação



Fonte: Da autora, 2025

Mesmo sem proteção legal — municipal, estadual ou federal — a edificação integra um entorno que mantém relativa preservação, reforçando sua importância no conjunto urbano da praça. Sua permanência contribui para compreender a evolução morfológica da área e para documentar as tipologias residenciais simples que conformaram a paisagem urbana estanciana entre os séculos XIX e XX.

4.1.18. Edificação número 18 – Pizzaria do Fabiano⁵³

Localizada na Rua Miranga, nº 184 (Figura 86), apresenta em sua fachada característica das casas térreas urbanas reformadas em Estância entre as décadas de 1930 e 1950, marcada por volumetria simples, implantação alinhada diretamente à rua e composição simétrica das aberturas. As imagens mais antigas, da década de 1940⁵⁴, reforçam que o imóvel funcionava originalmente como residência unifamiliar, com fachada discreta, esquadrias de madeira e ausência de grades ou elementos de segurança.

⁵³ Apêndice S (Ficha)

⁵⁴ Ver figura 42

Figura 86 – Edificação número 18



Fonte: Da autora, 2025

O elemento mais marcante e que permanece ao longo de todas as fases pós reforma é a platibanda com coroamento geométrico central, típica do **art déco sertanejo** e utilizada como recurso decorativo para conferir imponência a construções modestas. A forma escalonada e os pequenos relevos horizontais desse coroamento aparecem preservados mesmo após repetidas reformas. A composição mantém o ritmo da original – da década de 40 – com uma porta lateral e três janelas alinhadas, formando um conjunto simétrico e de proporções modestas.

Entretanto, ao longo do tempo as esquadrias passaram por substituições, todas deixando de ter sua parte superior curva e recebendo gradis, as janelas de venezianas passaram a ser de outro modelo com postigos e a porta deixava de ser do tipo bipartida para um modelo de folha única almofadada, isso notasse a partir de registros no google maps de 2011 e 2015 (Figura 87).

Figura 87 – Evolução da Edificação número 18/ Pizzaria do Fabiano com o passar dos anos



Fonte: Google Maps, 2011; 2015; Elaborado pela autora

Retornando à 2025 observa-se que as esquadrias apesar de ainda serem as mesmas de 2011 tiveram seus postigos⁵⁵ vedados por pequenas placas de compensado pintadas na mesma cor das esquadrias. O revestimento da fachada, originalmente em argamassa e caiadas, hoje é recoberto por pintura em cores contrastantes – verde bandeira e branco – e por grande quantidade de elementos de comunicação visual, como faixas, anúncios e painéis que, além de descaracterizar a estética da fachada, encobrem trechos das molduras e interferem nos cheios e vazios.

Depois do período residencial, o imóvel passou a abrigar funções de caráter comunitário e comercial. Em 2011, existia no local uma corretora de imóveis, a em 2015 funcionava ali a Associação Comunitária da Rádio Mar Azul, que utilizava o espaço como sede administrativa e ponto de atendimento. Entretanto, há alguns anos abriga uma pizzaria, resultando em novas alterações visuais sem mudança estrutural aparente.

Apesar dessas transformações, há uma leitura arquitetônica que persiste a alguns anos: a platibanda, o ritmo das janelas e a proporção do vão da porta, permitem identificar a edificação como parte do conjunto tradicional da paisagem urbana de Estância. Embora a fachada atual esteja fortemente marcada por intervenções contemporâneas e por uma estética comercial que encobre parte de seus detalhes arquitetônicos, o imóvel conserva elementos suficientes para reconhecer seu período de origem e compreender seu processo de transformação ao longo das décadas.

⁵⁵ Janelinha em portas ou janelas, para se olhar quem bate, sem abri-las; espreitadeira.

4.1.19. Edificação número 19 – Antiga Loja Evangelize artigos religiosos⁵⁶

Localizada na Rua Miranga, nº 190, (Figura 88), apresenta uma composição simples, porém marcada por elementos característicos da arquitetura urbana sergipana dos séculos XIX e início do XX, já funcionou anteriormente como uma loja de artigos religiosos e por isso é denominada como “Evangelize” em alguns documentos como o na Tese de Silva, 2010.

Figura 88 – Edificação número 19, Evangelize artigos religiosos



Fonte: Da autora, 2025.

A fachada tem sua estética preservada desde a década de 40⁵⁷ e é organizada de forma simétrica a partir de três aberturas: duas janelas com aparência de guilhotina (entretanto são fixas e possuem uma folha interna de abrir) e uma porta lateral no estilo holandês ou bipartido (abertura em cima e embaixo), todas com vergas retas. As janelas mantêm esquadrias de madeira com múltiplos caixilhos, enquanto a porta teve posteriormente a adição de um gradil metálico do lado externo, sugerindo alterações de uso e transformações ao longo do tempo (Figura 89).

⁵⁶Apêndice T (Ficha)

⁵⁷ Ver a figura 45, lado direito

Figura 89– Evolução da fachada da Evangelize com o passar dos anos



Fonte: Memórias de Estância; Silva, 2009; Elaborado pela Autora

A edificação também possui dois detalhes laterais abaixo da platibanda que imitam pilares no estilo jônico⁵⁸, com capitéis simplificados, ressaltando a influência neoclássica difundida na cidade. Esses elementos verticais enquadram as aberturas e reforçam a leitura modular da fachada. Acima, a cornija marca a transição entre o corpo da edificação e a platibanda, elemento recorrente nas casas urbanas no século XIX. A platibanda, por sua vez, combina trechos lisos com ornamentação recortada, incluindo formatos geométricos e um pequeno painel circular destacado no centro, além de um outro detalhe vazado ainda na platibanda acima da porta ornamentado com uma estrela ao centro (Figura 90).

Figura 90 – Detalhe da platibanda da edificação número 19



Fonte: Da Autora, 2025.

⁵⁸ Os pilares no estilo jônico são caracterizados por sua base, fuste esbelto e canelado, e o capitel ornamentado com volutas (espirais). Essa ordem arquitetônica é associada à elegância, graciosidade e leveza, com o friso decorado de forma contínua.

A fachada, apesar de apresentar desgaste no reboco, perda de pintura e patologias na base da parede, reflexos da falta de manutenção, ainda permite uma leitura clara de seus elementos formais, preservando seu valor histórico e estilístico. A pintura azul-claro, embora provavelmente não seja a cor original, tem sido utilizada há muitos anos e não impede a compreensão da estrutura ornamental. Esta estrutura evidencia a persistência de um vocabulário arquitetônico neoclássico adaptado às tipologias do tecido urbano de Estância.

É importante notar que o bem também não possui respaldo por órgãos de proteção, nem registro em plataformas. Contudo, ele é citado na tese de Silva (2010), embora sem uma descrição detalhada de sua arquitetura, histórico e outras informações, as quais foram adicionadas à ficha neste trabalho.

4.1.20. Edificação número 20 – Sobrado nº 35⁵⁹

Conhecida por **Sobrado Colonial nº 35**, (Figura 91) constitui um dos exemplares mais representativos da arquitetura civil do primeiro quartel do século XIX em Estância. A edificação está associada à família Pacheco D'Ávila e apresentou, ao longo de sua trajetória, usos relevantes no contexto urbano, como o funcionamento do colégio de D. Josefina Pacheco, além da possível atuação como sede do Clube Republicano e hospedagem do General Labatut em 1822 (Souza, 2010). Tais aspectos reforçam o valor histórico e simbólico do imóvel.

⁵⁹ Apêndice U (Ficha)

Figura 91 – Entorno da edificação nº 20



Fonte: Da autora, 2025

A fachada principal mantém características coloniais marcantes desde a sua construção, com estrutura em madeira, composição térrea formada por quatro portas e três janelas alternadas e vergas curvas com ombreiras em madeira – pintadas em verde –. No segundo pavimento, destacam-se as sete janelas com balcões em balaústres vazadas, que preservam a leitura estilística típica do período. As fachadas laterais superiores repetem o mesmo padrão de aberturas, evidenciando unidade formal (Figura 92).

Figura 92 – Edificação número 20/ Sobrado nº 35



Fonte: Da autora, 2025.

Entretanto, observaram-se algumas alterações na configuração original, sobretudo no térreo, onde foram introduzidas esquadrias de vidro nos vãos e letreiros comerciais que comprometem a integridade visual e a leitura unificada da fachada, além dos pilares de madeira nas laterais da edificação, que atualmente são encobertos por argamassa (Figura 93). Nas aberturas do pavimento superior, nota-se ainda a instalação de telas de proteção, elementos estranhos ao partido original e indicativos de adaptações recentes relacionadas ao uso contemporâneo.

Figura 93 – Edificação número 20, na década de 50 (Pilares ainda à mostra)



Fonte: Disponibilizada pelo Memórias de Estância

Segundo registros do IPHAN, a fachada posterior apresenta um prolongamento do pavimento superior apoiado em pilastras de alvenaria, com janelas geminadas de construção mais recente, indicando adaptações vinculadas ao uso contemporâneo (Figura 94), hoje dividido entre comércio e residência.

Figura 94 – Fachada posterior da Edificação número 20/ sobrado n° 35



Fonte: Acervo do IPHAN, Disponibilizado pelo memórias de Estância

Essas intervenções, somadas ao deterioramento do madeiramento por infestação de marimbondos e às avarias observadas em molduras e beirais, reforçam a condição precária de conservação, sobretudo em pontos onde se verifica perda de material, infiltrações e desagregação do reboco (Figura 95). O conjunto atual expressa, portanto, um processo contínuo de adaptação funcional — hoje dividido entre comércio e residência — que, embora mantenha traços relevantes da arquitetura urbana sergipana dos séculos XIX e XX, revela sucessivas descaracterizações e comprometimentos estéticos e estruturais que requerem atenção técnica especializada.

Figura 95 – Áreas em deterioração da edificação número 20



Fonte: Da autora, 2025

Apesar de ser um bem com proteção federal⁶⁰, o sobrado apresenta alterações que comprometem parcialmente sua configuração original. Recomenda-se a readequação dos letreiros comerciais e a realização de manutenção periódica orientada por acompanhamento técnico especializado. Tais medidas são fundamentais para garantir a conservação da volumetria, dos materiais históricos remanescentes e da leitura arquitetônica do conjunto.

4.1.21. Edificação nº 21 – Antiga farmácia São Pedro⁶¹

Localizada Rua Miranga nº 214, (Figura 96), constitui um dos exemplares remanescentes da arquitetura comercial urbana dos séculos XIX e início do XX no município. Construída no século XIX, a casa pertenceu a Victor Modesto de Araújo e, desde sua origem, teve uso destinado ao comércio, mantendo uma relação direta com a dinâmica econômica e social da praça, reconhecida historicamente como um dos principais núcleos de atividade urbana da cidade.

Figura 96 – Edificação número 21, fachada sentido praça



Fonte: Da autora, 2025

Nas primeiras décadas do século XX, passou a abrigar a tradicional Farmácia São Pedro, estabelecimento que se tornou referência entre os moradores mais antigos e que

⁶⁰ Processo nº 679-T. Inscrição nº 346. Livro História fls. 57. De 27 de julho de 1962.

⁶¹ Apêndice V (Ficha)

reforçou a importância simbólica e cotidiana do imóvel no conjunto edificado da praça. Mesmo após o encerramento da farmácia, a edificação continuou desempenhando funções comerciais variadas, como consultórios, pizzarias e lojas de diversos segmentos, o que contribuiu para a manutenção de sua vitalidade urbana.

Trata-se de uma construção térrea implantada diretamente no alinhamento da via, característica tradicional do século XIX na cidade. A linguagem predominante da fachada articula elementos do Colonial tardio e do Ecletismo, com algumas soluções que dialogam com repertório do neoclássico, porém simplificados. A composição é marcada por proporções discretas, beiral simples e vãos simétricos, dotados de portas e janelas em madeira, em folha dupla e com bandeiras superiores – soluções recorrentes nas edificações comerciais do Nordeste no século XIX. A estrutura é composta predominantemente por alvenaria de tijolos de barro maciço e pilares internos em madeira, o que reforça seu pertencimento às técnicas construtivas tradicionais regionais.

A análise das imagens disponíveis, datadas entre a década de 1970 e o ano de 2025, evidencia um processo de transformações visuais na fachada, como um ciclo contínuo de repinturas. Observa-se também que o bloco frontal sempre foi utilizado como espaço de comércio – atualmente em funcionamento 2 consórcios, uma pizzaria (picuí) e um acarajé (Da Jane) – preservando a relação direta com o passeio público, típica das frentes comerciais tradicionais do Nordeste. Nas fotografias mais antigas, observa-se maior integridade e legibilidade dos elementos originais, pela ausência de interferências visuais. Nas imagens de 2009 e 2015 com acréscimo de letreiros comerciais de grandes dimensões, partes significativas da fachada passaram a ser encobertas (Figura 97).

Figura 97 – Alterações na fachada da edificação número 21



Fonte: Google Maps, 2015; Souza, 2009; Elaborado pela autora

A edificação mantém um bom estado de conservação – ao menos externamente – apesar da adição dos letreiros, nota-se que a volumetria principal e esquadrias permanecem

preservadas ao longo do tempo, mantendo o alinhamento frontal e a organização dos vãos, o que ainda permite reconhecer a lógica arquitetônica da edificação (Figura 98). Embora não seja um imóvel tombado, a edificação possui valor histórico e simbólico significativo para a cidade, tanto pela memória associada à antiga Farmácia São Pedro quanto por sua inserção na paisagem arquitetônica da Praça Barão do Rio Branco, espaço central na constituição do patrimônio urbano de Estância.

Figura 98 – Edificação número 21/ Antiga Farmácia São Pedro



Fonte: Da autora, 2025

4.1.22. Edificação número 22 – Casa à esquina da antiga farmácia São Pedro⁶²

Apesar de não haver registro documental consistente sobre seu histórico, presume-se que tenha sido concebida originalmente como moradia unifamiliar, implantada diretamente no alinhamento da via, seguindo o padrão construtivo característico da malha tradicional sergipana do século XIX (Figura 99). O que reforça sua pertinência como testemunho material dos modos de habitar e da organização espacial da cidade no período.

⁶² Apêndice W (Ficha)

Figura 99 – Edificação número 22, fachada sentido praça



Fonte: Da autora, 2025

Do ponto de vista formal, a configuração externa da edificação revela, de modo geral, características vinculadas inicialmente ao repertório colonial com influências do art déco, observáveis principalmente na proporção da fachada, no ritmo dos vãos e no uso da platibanda como elemento de coroamento. As imagens antigas da década de 70, evidenciam a existência, em sua conformação após uma primeira reforma⁶³, de uma platibanda ornamentada em dois níveis, com contornos sinuosos, presença de óculos decorativos e desenhos que remetiam a repertórios decorativos populares na arquitetura urbana do século XIX. Embora a estrutura seja térrea, a verticalidade da fachada era dinamizada pela modulação das aberturas e pelo tratamento em relevo das molduras, configurando um conjunto simples, porém dotado de identidade plástica articulada (Figura 100).

⁶³ Inicialmente esta casa era do tipo meia morada, do período colonial, entretanto em imagens da década de 70 já aparecia com nova forma e volumetria elaborada, vide figura 60 da década de 40.

Figura 100 – Alterações de fachada frontal da edificação n° 22, década de 1970 e 2025



Fonte: Da autora, 2025; Disponibilizado pelo Memórias de Estância, década de 70

A análise visual comparativa das imagens demonstra que a edificação passou por diversas intervenções na fachada frontal ao longo do tempo, resultando em significativa descaracterização. Observa-se a adição de uma platibanda – pós tipologia de meia morada colonial – e após algumas décadas a sua substituição integral, que perdeu seu perfil sinuoso e seus elementos decorativos, sendo simplificada e recoberta por revestimentos cerâmicos com padrões florais. Nas esquadrias frontais, constata-se a substituição total da janela por outro modelo – atualmente quadrado com venezianas na base e na bandeira e vidro nas 4 folhas, já a entrada se manteve igual.

Já na fachada lateral a edificação manteve sua estrutura da década de 40 apenas passando por alterações de cor e inserção de ornamentos. Pelas imagens antigas não foi possível averiguar se as esquadrias atuais ainda são as mesmas por conta da qualidade da imagem, mas pelo formato e ritmo dos vãos aparentam estar preservadas desde a década de 70 – Quanto à década de 40 não é possível visualizar a lateral completa) (Figura 101). Essas modificações resultaram na perda de leitura estilística e histórica do imóvel, comprometendo a compreensão da linguagem formal inicialmente adotada e descaracterizando o bem perante o conjunto urbano do qual faz parte.

Figura 101 – Alterações de fachada lateral da edificação n° 22



Fonte: Disponibilizado pelo Memórias de Estância; Elaborado pela autora

Assim como todas as outras edificações citadas – salvo a número 20 – e também não possuir ações de salvaguarda a edificação teve sua fachada descaracterizada, a lateral necessita à primeira vista, apenas de manutenção na pintura. Portanto, recomenda-se, minimamente a proteção e vigilância por órgãos municipais, além da realização de manutenções periódicas internas e externas. Tais ações, aliadas ao acompanhamento técnico especializado e ao uso de materiais compatíveis com os originais, são essenciais para garantir a conservação e a valorização do bem.

A leitura integrada das vinte e duas edificações evidencia que, embora ainda mantenham elementos essenciais de suas tipologias originais, o conjunto apresenta sinais progressivos de descaracterização, sobretudo ligados à substituição inadequada de esquadrias, inserção de letreiros e reformas pontuais sem acompanhamento técnico. Mesmo nos imóveis com maior integridade formal, são visíveis patologias recorrentes, como umidade ascendente, deterioração de rebocos e perda gradual de ornamentos, indicando a necessidade urgente de manutenção preventiva e critérios mínimos de intervenção.

Diante da ausência de entrevistas ou consultas diretas à população local, não foi possível aferir de forma sistematizada o valor simbólico e afetivo atribuído às edificações analisadas. Assim, optou-se por classificá-las ao seu valor histórico, considerando sua inserção temporal, relevância para a formação urbana e permanência na paisagem da cidade. Ressalta-se, contudo, que, mesmo sem a comprovação empírica por meio de instrumentos participativos, reconhece-se que grande parte da população estanciana associa tais edificações à memória coletiva local, uma vez que muitos desses imóveis estiveram vinculados a atividades cotidianas, comerciais e profissionais frequentadas por gerações anteriores, conferindo-lhes reconhecido caráter afetivo e identitário.

Para evitar futuras perdas, seria necessário a adoção de medidas simples, porém sistemáticas, como a remoção ou readequação de comunicação visual agressiva; recomposição de rebocos com materiais compatíveis; preservação e, quando necessário, restauração das esquadrias de madeira; além de orientação aos proprietários sobre técnicas básicas de conservação. A médio prazo, a criação de normas municipais específicas para a área da Praça Barão do Rio Branco, associada a programas de educação patrimonial, pode contribuir de forma consistente para manter a autenticidade do conjunto e impedir transformações irreversíveis que comprometam a leitura histórica da paisagem urbana.

4.2. Análise da Paisagem Urbana da Praça Barão do Rio Branco

A análise comparativa entre as imagens históricas e atuais do trecho estudado evidencia um conjunto expressivo de permanências físicas, ao mesmo tempo em que revela processos de transformação que impactam diretamente a leitura do patrimônio edificado e a qualidade da paisagem urbana (Figura 102). O tecido urbano mantém sua configuração original, típica dos centros históricos coloniais – lotes estreitos e alongados, edificações alinhadas ao passeio e continuidade do gabarito de baixa altura – Essa morfologia tradicional constitui o principal elemento estruturante da área e demonstra que, apesar das intervenções recentes, o desenho urbano original permanece reconhecível e funcional. Observa-se, portanto, uma área onde a permanência da forma urbana resiste, mesmo diante de pressões contemporâneas de uso e circulação.

Figura 102 – Paisagem Urbana, compilado de imagens das décadas de 20 à 70 (fora de ordem cronológica)



Fonte: Disponibilizada pelo Memória de Estância; Elaborado pela Autora

No que se refere ao conjunto edificado, é evidente a presença de fachadas históricas que, embora modificadas, ainda preservam parte de seus elementos. As casas térreas e sobrados, anteriormente caracterizadas por reboco caiado, esquadrias de madeira e telhados em beiral simples, sofrem hoje interferências marcadas por substituições de materiais, cores e acabamentos. A multiplicidade de elementos adicionados — como esquadrias metálicas (ou de modelos diferentes dos originais), pintura em cores destoantes, placas comerciais de diferentes tamanhos e grades — resulta em uma perceptível perda de unidade estética. Tal fragmentação enfraquece a leitura do conjunto, compromete a integridade visual da cena urbana histórica e dificulta a compreensão do valor cultural das edificações que resistem ao tempo (Figura 103).

Figura 103 – Paisagens correspondentes às anteriores atualmente (Compilado de imagens)



Fonte: Elaborado pela autora, 2025

A transformação do uso das edificações constitui outro aspecto marcante do cenário atual. O trecho, outrora predominantemente residencial, apresenta hoje uma forte presença de

atividades comerciais, como restaurantes, pequenos comércios e serviços. Essa alteração funcional impacta diretamente a paisagem, tanto pela necessidade de sinalizações e letreiros, quanto pela dinâmica social e fluxo urbano gerados. A mudança de uso, embora seja um indicador de vitalidade econômica, também introduz tensões entre a preservação e a adequação a novas demandas, revelando a necessidade de políticas de gestão que conciliem atividades contemporâneas e proteção do patrimônio.

A pavimentação e o sistema viário também sofreram alterações relevantes. O piso original em paralelepípedos, presente nas fotos históricas e típico de centros tradicionais, foi substituído por pavimentação asfáltica, o que homogeneizou visualmente a via, porém reduziu a permeabilidade e eliminou um importante indicador histórico. Além disso, o atual espaço viário apresenta predominância do automóvel, tanto na faixa de rolamento quanto no estacionamento paralelo, o que reduz a fluidez dos pedestres e compacta o espaço público. Em contraste, as imagens históricas revelam uma via mais larga, com menor fluxo de veículos e condições mais favoráveis à circulação pedonal. A expansão do uso do carro caracteriza um processo de modernização que, embora funcional, gera conflitos com a preservação dos valores culturais e ambientais.

No campo da infraestrutura urbana, destaca-se a presença intensa de fiação aérea, elemento inexistente ou muito discreto nas imagens históricas. Atualmente, observa-se um emaranhado de cabos que atravessam longitudinal e transversalmente a via, criando forte poluição visual e interferindo negativamente na percepção das fachadas em todos os trechos da praça (Figura 104). Os postes, cabos e equipamentos urbanos associados se tornaram elementos dominantes da paisagem, obscurecendo a arquitetura e dificultando a leitura do conjunto histórico. A ausência de organização ou enterramento desses sistemas constitui um dos principais fatores de degradação visual do ambiente.

Figura 104 – Poluição visual causada pela infraestrutura elétrica



Fonte: Da Autora, 2025

Quanto ao espaço público, é possível identificar algumas mudanças. Nas fotografias antigas, a praça aparece estruturada com grandes bancos lineares, arborizada com pequenos arbustos que posteriormente se tornaram árvores de médio porte (*Ficus*) com protagonismo do monumento central e calçadas amplas. Na situação contemporânea, a configuração espacial geral assemelha-se à da década de 40/50, entretanto, nota-se um empobrecimento da paisagem: redução de vegetação, pavimentação mais dura e maior presença de infraestrutura técnica (como postes e equipamentos). A praça, antes configurada como ambiente de convivência e contemplação, vê seu papel reduzido pela pressão da circulação veicular e pela falta de integração paisagística com as edificações do entorno (Figura 105).

Figura 105 – Configuração espacial da Praça vista aérea em 1902 e 2022



Fonte: Disponibilizada pelo Memórias de Estância

Por fim, a dinâmica social revelada pelas imagens atuais indica maior intensidade de uso (Figura 106), circulação mais rápida e presença marcante de motocicletas e automóveis. Isso contrasta com o ambiente mais calmo, predominantemente pedonal, registrado nas fotografias históricas. Essas mudanças refletem transformações socioeconômicas e demográficas que afetam as práticas de uso do espaço público. Não se trata apenas de alterações físicas, mas de uma nova lógica de ocupação e apropriação das ruas, que exige adaptações para compatibilizar mobilidade contemporânea com preservação cultural.

Figura 106 – Comparativo por visão aérea da Praça Barão do Rio Branco em 2022 e 2024



Fonte: Google earth, 2022; Alisson drone, 2024

Em síntese, a paisagem urbana analisada apresenta instabilidade entre permanências históricas estruturais e transformações contemporâneas. A manutenção da forma urbana, do gabarito e de parte do conjunto edificado oferece grande potencial para projetos de revitalização e requalificação. No entanto, a descaracterização do ponto de vista arquitetônico, a presença intensa de fiação aérea, o domínio do automóvel e as intervenções pontuais sem diretrizes claras configuram desafios significativos. O diagnóstico aponta, portanto, para a necessidade de políticas públicas integradas de preservação, gestão urbana e qualificação do espaço público, capazes de resgatar a legibilidade histórica do local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, buscou-se mais do que catalogar edificações ou sistematizar informações dispersas sobre a Praça Barão do Rio Branco: procurou-se compreender, interpretar e, sobretudo, reconhecer os fragmentos de memória que ainda resistem na paisagem urbana de Estância. A pesquisa confirmou que o conjunto arquitetônico analisado não constitui apenas um agrupamento de fachadas históricas, mas um tecido vivo, atravessado por permanências, rupturas, silêncios documentais e transformações que revelam tanto a riqueza quanto a fragilidade do patrimônio local.

A análise das edificações evidenciou a presença de elementos formais associados ao repertório neoclássico e eclético, reinterpretados no contexto sergipano, demonstrando como a arquitetura local dialogou com linguagens eruditas, adaptando-as às condições materiais, técnicas e culturais da cidade. Contudo, também revelou processos de descaracterização, intervenções descontextualizadas e perdas irreversíveis que comprometem a integridade do conjunto. Essa tensão entre permanência e transformação reforça o que autores clássicos da teoria da preservação já advertiam: o patrimônio não é estático, mas exige mediação constante entre uso, memória e conservação.

Ao retomar as contribuições teóricas discutidas ao longo do trabalho – especialmente aquelas que tratam da preservação como prática cultural e política – torna-se evidente que proteger o patrimônio não significa apenas congelar formas, mas reconhecer valores. Como apontam os referenciais adotados, a preservação envolve critérios de autenticidade, integridade e significância histórica, mas também depende da consciência coletiva e do reconhecimento social do bem como parte constitutiva da identidade local. Nesse sentido, a Praça Barão do Rio Branco ultrapassa a dimensão física: ela é espaço simbólico, cenário de vivências, marco urbano e referência afetiva.

Entretanto, a pesquisa também foi atravessada por lacunas. A dificuldade de acesso a documentos oficiais, a inexistência de inventários sistematizados e a escassez de registros históricos organizados revelam um problema estrutural: a fragilidade institucional no trato com a memória arquitetônica municipal. Em diversos momentos, o avanço da investigação dependeu de fontes secundárias, relatos orais e análises in loco, evidenciando a urgência de políticas públicas mais consistentes de documentação e salvaguarda. A própria dificuldade metodológica enfrentada não é apenas um obstáculo acadêmico; ela é sintoma de um

patrimônio que, embora existente, ainda não foi plenamente reconhecido e protegido pelo poder público.

Esse processo de busca – muitas vezes marcado por dificuldades – reforçou a dimensão crítica deste trabalho. Se parte da história das edificações não está registrada, isso não significa que ela não exista; significa, antes, que foi negligenciada, esquecida ou considerada secundária. A ausência de informações oficiais torna-se, paradoxalmente, uma evidência da necessidade de preservação. O que não é registrado tende a desaparecer não apenas fisicamente, mas também da memória coletiva.

Ao mesmo tempo, este estudo foi atravessado por um componente inevitavelmente pessoal. Pesquisar a Praça Barão do Rio Branco não foi apenas uma escolha temática, mas um gesto de pertencimento. O espaço analisado não é um objeto distante; é cenário de experiências, lembranças e afetos. Essa dimensão subjetiva não compromete o rigor científico – ao contrário, conferiu-lhe sentido. A emoção aqui não se opõe à crítica: ela a fortalece. Preservar aquilo que nos constitui enquanto sujeitos e comunidade é também um ato de responsabilidade acadêmica.

Assim, a catalogação realizada não se encerra como fim em si mesma. Ela se propõe como instrumento. Ao sistematizar dados, classificar tipologias, identificar estados de conservação e registrar elementos formais, este trabalho oferece subsídios para futuras ações de preservação, inventário e políticas públicas. A pesquisa reafirma que conhecer é o primeiro passo para proteger. Não se preserva o que não se reconhece; não se valoriza o que não se compreende.

A Praça Barão do Rio Branco, enquanto núcleo estruturador da cidade, sintetiza camadas temporais distintas. Cada edificação, com suas alterações, cicatrizes e permanências, constitui testemunho material de processos econômicos, sociais e culturais que moldaram Estância ao longo dos séculos XIX e XX. Ignorar essas marcas significa empobrecer a narrativa urbana e comprometer a transmissão de referências às gerações futuras.

É preciso, portanto, avançar para além do reconhecimento acadêmico. A preservação do patrimônio exige articulação entre poder público, comunidade e instituições de ensino. Requer inventários oficiais atualizados, instrumentos legais eficazes, fiscalização e, sobretudo, educação patrimonial. Sem essa base, as intervenções continuarão a ocorrer de forma fragmentada, muitas vezes motivadas por demandas imediatas que desconsideram o valor histórico e simbólico do conjunto.

Concluir este trabalho é, simultaneamente, finalizar uma etapa e reafirmar um compromisso. A pesquisa demonstrou que o patrimônio arquitetônico da Praça Barão do Rio Branco possui relevância histórica, estilística e urbana suficiente para justificar políticas efetivas de proteção. Contudo, também revelou sua vulnerabilidade diante da ausência de sistematização e da fragilidade documental.

Se este estudo conseguir contribuir, ainda que de forma inicial, para ampliar o debate sobre a preservação em Estância, já terá cumprido parte de sua função social. Mais do que registrar fachadas, este trabalho buscou registrar memórias. Mais do que descrever elementos arquitetônicos, buscou evidenciar valores. E, acima de tudo, procurou afirmar que o patrimônio não é apenas herança do passado, mas responsabilidade do presente.

A Praça Barão do Rio Branco permanece. Entre permanências e transformações, ela resiste como marco urbano e afetivo. Que este trabalho seja não um ponto final, mas um convite: a olhar com mais atenção, a reconhecer com mais sensibilidade e a preservar com mais compromisso aquilo que ainda conta – em suas paredes, ornamentos e silêncios – a história de uma cidade e de seus habitantes.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ANDRADE, Mário de. **Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 1936. In: REVISTA do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 30, 2002. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat30_m.pdf. Acesso em: 8 ago. 2025.

AMADO, Gilberto. **História da Minha Infância**. 2.ed. São Cristóvão- SE: Editora UFS; Fundação Oviedo Teixeira, 1999.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 7 ago. 2025.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%203.551%2C%20DE%204,que%20lhe%20confere%20o%20art.. Acesso em: 7 ago. 2025.

_____. Graccho Cardoso: **Vida e Política**. Aracaju: Instituto Tancredo Neves, 2002.

Carta de sesmaria de Pedro Homem da Costa e Pedro Alves. 16 de Setembro de 1621. In: FREIRE, Felisbello. História de Sergipe. 2. ed. São Paulo: Vozes, 1977. p. 408-9.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio: usos e abusos do passado cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

DIAS, Diego Nogueira; SILVA, Silmara Aparecida Ferreira; ABREU, Luzia dos Santos. **Inventário do patrimônio arquitetônico e paisagístico de São João del-Rei: uma análise tipológica**. São João del-Rei: Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), 2016. ISBN 978-85-93416-00-2. Disponível em: https://cbeu.ufop.br/anais_files/d82735f595fa049aba0e2c8cc686366a.pdf. Acesso em: 17 jun. 2025.

DINIZ SANTANA, Waleska; CARVALHO, Mayana Chagas; TOURINHO, Andréa de Oliveira. **O papel da educação patrimonial na preservação das fachadas do centro histórico de São Cristóvão/SE: estudo de caso da cartilha de cores do IPHAN**. *Revista Científica ANAP Brasil*, v. 17, n. 42, p. 132–148, 2024. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/380497781>. Acesso em: 26 jun. 2025.

DURÁN ROCCA, Luisa Gertrudis. **A cidade colonial ibero-americana: a malha urbana**. 2002. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/3132>. Acesso em: 24 jun. 2025.

ESTÂNCIA. **Dados municipais. Prefeitura Municipal de Estância, 2024**. Disponível em: <https://www.estancia.se.gov.br/site/dadosmunicipais>. Acesso em: 3 jun. 2025.

ESTÂNCIA. **História do município de Estância. Prefeitura Municipal de Estância, 2020**. Disponível em: <https://pd.estancia.se.gov.br/about.html>. Acesso em: 3 jun. 2025.

FABRIS, Annateresa. **Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização**. Anais do Museu Paulista, Nova Série, n. 1, São Paulo, p. 131–143, 1993.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Minc-IPHAN, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/376366748/Maria-Cecilia-Londres-Fonseca-O-Patrimonio-Em-Processo>. Acesso em: 15 jun. 2025.

FRANÇA, Vera Lúcia Alves; GRAÇA, Rogério Freire. **Vamos conhecer Estância**. Estância: Prefeitura Municipal, 2000.

FREIRE, Felisbello Firmo de Oliveira. **História de Sergipe (1575–1855)**. 3. ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGSE, 2013. p. 15. Disponível em: https://ihgse.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2018/11/historia-de-sergipe.indd_.pdf. Acesso em: 3 jun. 2025.

GRAÇA, Rogério Freire. **Ecletismo arquitetônico, um exemplo de modernidade: imagens do Centro Histórico da cidade de Estância (1920 - 1940)**. 1999. 126 f. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe. Documento sergipano.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 1. ed. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: DIFEL, 1990. Disponível em: https://www.academia.edu/36730153/A_Memoria_Coletiva_Maurice_Halbwachs. Acesso em: 19 jun. 2025.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Cachoeira (BA). **Conjunto arquitetônico e paisagístico**. Decreto nº 68.045, de 13 jan. 1971. *Portal IPHAN*, 2025. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/112>. Acesso em: 23 jun. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Manual de Inventário Nacional de Referências Culturais**. Brasília: IPHAN, 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: 31 jun. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG**. Brasília: IPHAN, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2677/iphan-apresenta-sistema-integrado-de-conhecimento-e-gestao>. Acesso em: 19 ago 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN) – SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA. **Casas do Patrimônio em Cachoeira, Lençóis e Rio de Contas: projetos de educação patrimonial**. Salvador: IPHAN-BA, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/.../educacao-patrimonial>. Acesso em: 23 jun. 2025.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Carta de Veneza**. 1964. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/charters-and-doctrinal-texts>. Acesso em: 8 ago. 2025.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Carta de Washington**. 1987. Disponível em: <https://www.icomos.org/en/charters-and-doctrinal-texts>. Acesso em: 8 ago. 2025.

IPHAN. Portaria n. 420, de 22 de dezembro de 2010. **Dispõe sobre os procedimentos para concessão de autorização para intervenções em bens edificados tombados e áreas de entorno**. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_420_de_22_de_dezembro_de_2010.pdf. Acesso em: 09 ago. 2025.

IPHAN. **Serviços e formulários para autorização de intervenções em bens imóveis tombados**. Lista os documentos exigidos (formulário de requerimento, CPF/CNPJ, comprovante de posse ou propriedade, projetos conforme normas ABNT, etc.). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1164>. Acesso em: 09 ago. 2025.

LEMOS, Carlos. **O que é arquitetura**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LUZ, John Kennedy Ferreira da. **A face popular da arquitetura do espetáculo: o Ecletismo como símbolo de transformações sociais no Cabo de Santo Agostinho/PE (1900–1935)**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. “**Fontes visuais, cultura visual, História visual: balanço provisório, propostas cautelares**”. *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/JL4F7CRWKwXXgMWvNKDfCDc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 ago. 2025.

NASCIMENTO, Marina dos Santos; PINTO, Carlos Roberto Monteiro; BESSA, Clara Vieira. **Educação patrimonial e apropriação da paisagem urbana no Centro Histórico de Aracaju: práticas educativas como ferramenta para a valorização do patrimônio cultural**. In: ENCUESTRO ARQUISUR, 26., 2022, Aracaju. *Anais...* Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2022. Disponível em: https://www.sisgeenco.com.br/anais/arquisur/2022/arquivos/GT7_COM_26_70_20220713093048.pdf. Acesso em: 16 jun. 2025.

OLIVEIRA, Acrísio Gonçalves de. **A Praça Barão e seu barco à deriva**. *Jornal do Dia*, Estância, 29 maio 2025. Disponível em: <https://jornaldodiase.com.br/estancia-e-a-reforma-da-praca-barao-do-rio-branco/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

PINHEIRO, Marcos José de Araújo; LOURENÇO, Bettina Collaro Goerch; DUARTE, Maria Cristina Coelho; FRANQUEIRA, Márcia Lopes Moraes; LOPES, Débora S. *Metodologia e tecnologia na área de manutenção e conservação de bens edificados*. Rio de Janeiro: Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2009.

POULOT, Dominique. **Patrimônio e museus: a instituição da cultura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/pibid2014/files/2012/12/resumo-poulot.pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Arquitetura popular brasileira: um projeto moderno**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quatro séculos de arquitetura**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SILVA, Joatan Jonas dos Santos. **Inventário urbano de Mossoró e o estado de conservação do patrimônio edificado na cidade**. 2023. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

SOARES, José Domingos Machado. **Estância e a reforma da Praça Barão do Rio Branco**. *Jornal do Dia*, Aracaju, 22 mar. 2023. Disponível em: <https://jornaldodiase.com.br/estancia-e-a-reforma-da-praca-barao-do-rio-branco/>. Acesso em: 16 jun. 2025.

SOUZA, Moisés Santos. **Monumentos estancianos: mapeamento do conjunto histórico-arquitetônico da cidade de Estância**. São Cristóvão, SE, 2010. 152 f. Monografia (Licenciatura em História) - Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, 2010.

UNESCO. **Centro Histórico de Salvador**. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/list/309/>. Acesso em: 20 jul. 2025.

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)				13. ESTRUTURA	
12.1 Preservação		12.2 Conservação			
Integro		Bom			
Pouco Alterado		Precário			
Muito Alterado		Em Arruinamento			
Descaracterizado		Arruinado			
Demolido		Não se aplica			
14. BREVE HISTÓRICO					
15. OBSERVAÇÕES GERAIS					
16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO			17. PLANTA BAIXA (se possível)		
18. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO					

LEVANTAMENTO

RESPONSÁVEL

Mayara Pereira da Cunha

DATA

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -01

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

Edificação número 01,

1.1 Época/ Data da construção

Sem data

1.2 Época/ Data da Fachada Existente

Anterior à década de 40 (Suposição feita por meio de registros fotográficos)

2. LOCALIZAÇÃO

Praça Barão do Rio Branco, Rua Marquês do Herval, nº 14, Bairro Centro **Município/ Estado:** Estância, Sergipe

2.2 Geolocalização

2.3 Terreno

3. PROPRIEDADE

4. OCUPAÇÃO/USO

5. VALOR

Latitude	11°16'06.7"S	Plano	☒	Público		Original	Residencial	Histórico	☒
Longitude	37°26'14.2"W	Aclive		Privado	☒	Atual	Residencial	Simbólico	
Altitude (m)	53	Declive		Misto		Ocupado	Sim ☒ Não	Outro	

2.4 Mapa



6. TIPOLOGIA

7. CONTEXTO

Religioso		Rural	
Civil	☒	Urbano	☒
Oficial		Entorno Preservado	
Militar		Entorno Alterado	☒

8. PAVIMENTOS

Acima da rua nº	0	Sótão	-
Abaixo da rua nº	0	Porão	-

Obs:

9. GRAU DE PROTEÇÃO

10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA

9.1 Proteção Existente

9.2 Proteção Proposta

10.1 Tipologia

10.2 Estilo/ Época Predominante

Mundial		Mundial		Casa térrea	☒	Colonial	
Federal		Federal		Sobrado		Neo-Colonial	
Estadual		Estadual		Porão alto		Eclético	☒
Municipal		Municipal	☒	Sobrado c/ Porão alto		Art decó	☒
Ação conjunta		Ação conjunta		Corredor Lateral		Neoclássico	
Não se aplica	☒	Não se aplica		Outro		Art Nouveau	

10.3 Cobertura

10.4 Coroamento

10.5 Beiral

Capa-Canal	☒	Fibra		Frontão		Simples	☒	Cachorrado	
Francesa		Laje		Platibanda	☒	Cimalha		Cachorro Aferente	
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira		Beira Seveira		Laje em beiral	
Romana		Fibrocimento		Cornija		Cornija		Não Possui	
Plástico		Outro		Não Possui		Lambreuim		Outro	

10.6 Cumeeira

10.7 Vedação

10.8 Revestimento

10.9 Cor da Fachada

Perpendicular à rua		Pau a pique		Pedra		Madeira		Pêssego e Branco	
Paralela à rua	☒	Alvenaria	☒	Cerâmica		Argamassa	☒	10.10 Volumetria	
Outro		Madeira		Porcelanato		Não Possui		Simples	☒
Nº de águas	2	Outro		Pastilha		Outro		Composta	

11. ESQUADRIAS

11.1 Material

11.2 Tipo

Porta	☒	Madeira	☒	Pvc		Fixo		Basculhante	
Janela	☒	Alumínio		Vidro		De Correr		Guilhotina	
Gradil	☒	Ferro		Outro		Abrir/ Giro	☒	Outro	

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)**13. ESTRUTURA**

12.1 Preservação		12.2 Conservação	
Integro		Bom	
Pouco Alterado		Precário	
Muito Alterado		Em Arruinamento	
Descaracterizado	X	Arruinado	
Demolido		Não se aplica	X

Não foi possível acessar o interior

14. BREVE HISTÓRICO

Não foi possível saber o histórico desta edificação, apenas sabe-se que era uma residência familiar e que permanece ocupada até os dias de hoje.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

Percebe-se, a partir da análise comparativa das imagens históricas e do registro atual, que a edificação apresenta linguagem arquitetônica eclética, com influências do Art Déco, característica de residências construídas na primeira metade do século XX. A composição da fachada era originalmente do período colonial como é possível visualizar nas imagens das décadas de 40 e 60, tipo meia morada, após alterações possivelmente feitas no século XX (o que se tem de registro visual), ficou marcada pela platibanda recortada e pelos relevos em argamassa. Observa-se que, ao longo dos anos, o imóvel passou por descaracterização progressiva, especialmente relacionadas às esquadrias (tipo e forma), aos gradis metálicos e aos revestimentos, elementos que não correspondem integralmente à configuração original.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO**17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO**

Esta edificação apresenta total modificação da fachada em relação á década de 40, persiste hoje o resultado dessa modificação e que hoje compõe o conjunto da praça.

Recomenda-se, minimamente a proteção e vigilância por órgãos municipais, além a realização de manutenções periódicas internas e externas. Tais ações, aliadas ao acompanhamento técnico especializado e ao uso de materiais compatíveis com os originais, são essenciais para garantir a conservação e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

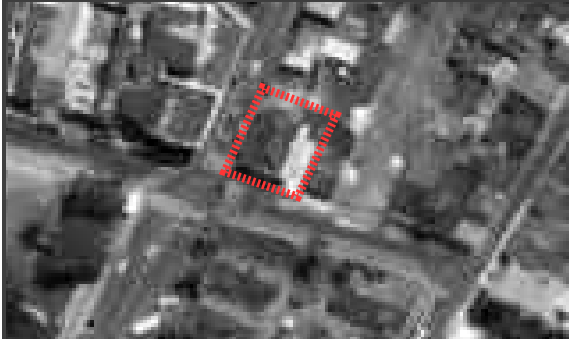
DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -02

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO										
Edificação número 02, Casa de Raimundo Silveira Souza.										
1.1 Época/ Data da construção										
Século XIX, sem data										
1.2 Época/ Data da Fachada Existente										
Século XIX (a partir de registros fotográficos e textuais)										
2. LOCALIZAÇÃO										
Praça Barão do Rio Branco, Rua Marquês do Herval, nº 54, Bairro Centro Município/ Estado: Estância, Sergipe										
2.2 Geolocalização		2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO		5. VALOR		
Latitude	11°16'06.0"S	Plano	☒	Público		Original	Residencial	Histórico	☒	
Longitude	37°26'15.3"W	Aclive		Privado	☒	Atual	Residencial	Simbólico		
Altitude (m)	53	Declive		Misto		Ocupado	Sim ☒ Não	Outro		
2.4 Mapa				6. TIPOLOGIA			7. CONTEXTO			
				Religioso				Rural		
				Civil			☒	Urbano		☒
				Oficial				Entorno Preservado		
				Militar				Entorno Alterado		☒
8. PAVIMENTOS										
Acima da rua nº				0		Sótão		-		
Abaixo da rua nº				0		Porão		-		
Obs:										
9. GRAU DE PROTEÇÃO				10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA						
9.1 Proteção Existente		9.2 Proteção Proposta		10.1 Tipologia		10.2 Estilo/ Época Predominante				
Mundial		Mundial		Casa térrea	☒	Colonial				
Federal		Federal		Sobrado		Neo-Colonial				
Estadual		Estadual		Porão alto		Eclético				
Municipal		Municipal	☒	Sobrado c/Porão alto		Art decó				
Ação conjunta		Ação conjunta		Corredor Lateral	☒	Neoclássico				
Não se aplica	☒	Não se aplica		Outro		Art Nouveau				
10.3 Cobertura		10.4 Coroamento		10.5 Beiral						
Capa-Canal	☒	Fibra		Frontão		Simples		Cachorrado		
Francesa		Laje		Platibanda	☒	Cimalha		Cachorro Aferente		
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira		Beira Seveira		Laje em beiral		
Romana		Fibrocimento		Cornija		Cornija		☒	Não Possui	
Plástico		Outro		Não Possui		Lambreuim		Outro		
10.6 Cumeeira		10.7 Vedação		10.8 Revestimento		10.9 Cor da Fachada				
Perpendicular à rua		Pau a pique		Pedra		Madeira		Creme e marrom acinzentado		
Paralela à rua	☒	Alvenaria	☒	Cerâmica		Argamassa		☒	10.10 Volumetria	
Outro		Madeira		Porcelanato		Não Possui		Simples		
Nº de águas	4	Outro		Pastilha		Outro		Composta		
11. ESQUADRIAS		11.1 Material				11.2 Tipo				
Porta	☒	Madeira	☒	Pvc		Fixo		Basculhante		
Janela	☒	Alumínio		Vidro	☒	De Correr		Guilhotina		
Gradil	☒	Ferro	☒	Outro		Abrir/ Giro		☒	Outro	

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)

12.1 Preservação		12.2 Conservação	
Integro	X	Bom	X
Pouco Alterado		Precário	
Muito Alterado		Em Arruinamento	
Descaracterizado		Arruinado	
Demolido		Não se aplica	

13. ESTRUTURA

Não foi possível acessar o interior

14. BREVE HISTÓRICO

Casa onde foi residência do médico Jessé de Andrade Fontes (1881-1962) e posteriormente de Raimundo Silveira Souza (1909-1989).

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

Na fachada frontal possui duas janelas de verga curva, uma varanda lateral com quatro janelas em verga curva e uma porta central. Nessa varanda existe uma balaustrada que dá sustentação a seis colunas de capitéis jônicos. No alto da edificação existe uma larga cornija sobre a qual se ergue a platibanda que circunda todo o prédio. Sobre a platibanda, um frontão cimbrado tendo a lateral ornamentada com arabescos e folhas de acanto. No prolongamento da varanda, no frontispício, existem volutas, um brasão médico em baixo relevo, frisos, pedestais e acrotérios. Já na fachada lateral à rua Gumercindo Bessa (lado da prefeitura), existem quatro janelas de verga curva e dois basculantes com frontispício possuindo cornija, pedestais, frontão cimbrado e folhas de acanto com arabescos. A fachada se manteve íntegra com o passar dos anos desde a sua construção, tendo pequenas alterações de cor e paisagismo.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO**17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO**

Esta edificação apresenta integridade total da fachada em relação à década de 50. Tendo sofrido apenas alterações de cor.

Recomenda-se, minimamente a proteção e vigilância por órgãos municipais, além a realização de manutenções periódicas internas e externas. Tais ações, aliadas ao acompanhamento técnico especializado e ao uso de materiais compatíveis com os originais, são essenciais para garantir a conservação e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

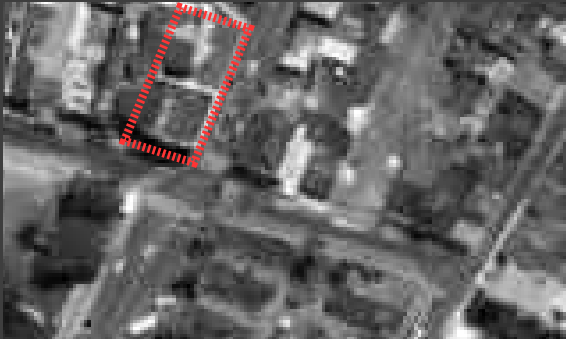
DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

N° Ficha: SE/25 -03

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO										
Edificação número 03, Paço Municipal Francisco Vidal Martins										
1.1 Época/ Data da construção										
Século XIX, primeira metade.										
1.2 Época/ Data da Fachada Existente										
Século XIX (a partir de registros fotográficos e textuais)										
2. LOCALIZAÇÃO										
Praça Barão do Rio Branco, Rua Marquês do Herval, n° 54, Bairro Centro Município/ Estado: Estância, Sergipe										
2.2 Geolocalização		2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO		5. VALOR		
Latitude	11°16'06.0"S	Plano	X	Público	X	Original	Residencial	Histórico	X	
Longitude	37°26'16.0"W	Aclive		Privado		Atual	Institucional	Simbólico		
Altitude (m)	53	Declive		Misto		Ocupado	Sim X Não	Outro		
2.4 Mapa				6. TIPOLOGIA			7. CONTEXTO			
				Religioso			Rural			
				Civil			Urbano			X
				Oficial			X	Entorno Preservado		
				Militar			Entorno Alterado			X
8. PAVIMENTOS										
Acima da rua n°				1		Sótão		0		
Abaixo da rua n°				0		Porão		0		
Obs:										
9. GRAU DE PROTEÇÃO				10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA						
9.1 Proteção Existente		9.2 Proteção Proposta		10.1 Tipologia		10.2 Estilo/ Época Predominante				
Mundial		Mundial		Casa térrea		Colonial				
Federal		Federal		Sobrado	X	Neo-Colonial				
Estadual		Estadual	X	Porão alto		Eclético				
Municipal	X	Municipal		Sobrado c/Porão alto		Art decó				
Ação conjunta		Ação conjunta	X	Corredor Lateral		Neoclássico				X
Não se aplica		Não se aplica		Outro		Art Nouveau				
10.3 Cobertura		10.4 Coroamento		10.5 Beiral						
Capa-Canal	X	Fibra		Frontão		Simples		Cachorrado		
Francesa		Laje		Platibanda	X	Cimalha		Cachorro Aferente		
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira		Beira Seveira		Laje em beiral		X
Romana		Fibrocimento		Cornija		Cornija		X	Não Possui	
Plástico		Outro		Não Possui		Lambrequim		Outro		
10.6 Cumeeira		10.7 Vedação		10.8 Revestimento		10.9 Cor da Fachada				
Perpendicular à rua	X	Pau a pique		Pedra		Madeira		Amarelo e creme		
Paralela à rua	X	Alvenaria	X	Cerâmica		Argamassa		X	10.10 Volumetria	
Outro		Madeira		Porcelanato		Não Possui		Simples		X
N° de águas	2	Outro		Pastilha		Outro		Composta		
11. ESQUADRIAS		11.1 Material				11.2 Tipo				
Porta	X	Madeira	X	Pvc		Fixo		Basculhante		
Janela	X	Alumínio		Vidro	X	De Correr		Guilhotina		
Gradil		Ferro		Outro		Abrir/ Giro		X	Outro	

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)

12.1 Preservação		12.2 Conservação	
Integro		Bom	X
Pouco Alterado	X	Precário	
Muito Alterado		Em Arruinamento	
Descaracterizado		Arruinado	
Demolido		Não se aplica	

13. ESTRUTURA

Pilares de madeira maciça e vedação original em tijolo maciço.

14. BREVE HISTÓRICO

Construído na primeira metade do século XIX, foi residência do fazendeiro David de Oliveira Lima, proprietário de diversas fazendas em estância, Santa Luzia e Arauá. Posteriormente passou a abrigar a sede da administração municipal. em 1927 foi remodelado e nos anos 90, ganhou um anexo, à esquerda, construído na gestão de Valter Cardoso Costa. Fonte: Memórias de Estância

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

A fachada apresenta alterações ao longo do tempo, perceptíveis nos registros fotográficos históricos e atuais, principalmente no tratamento cromático, na substituição de esquadrias e na inserção de elementos associados ao uso institucional, após intervenções apresenta-se como exemplar de arquitetura eclética, perdendo as feições das construções do período colonial. Apesar dessas intervenções, mantém a volumetria do prédio original, mas contém uma nova volumetria ao lado (prédio anexo), a composição simétrica dos vãos e o coroamento em platibanda, permitindo a leitura de suas características arquitetônicas históricas. As mudanças observadas refletem adaptações funcionais sucessivas, sem comprometimento significativo da identidade formal do edifício.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO

Década de 20



Década de 60



Década de 80



Ago. de 2025



Detalhe platibanda

17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

Esta edificação apresenta diversas modificações desde sua construção, como é possível afirmar pelas imagens. Após a expansão do prédio na década de 90, têm sofrido alterações apenas de coloração.

Recomenda-se, além da proteção municipal já existente -- através da Lei Municipal nº 2.381/2024 -- também a proteção estadual por meio de tombamento, além a realização de manutenções periódicas internas e externas com maior frequência. Tais ações, aliadas ao acompanhamento técnico especializado e ao uso de materiais compatíveis com os originais, são essenciais para garantir a conservação e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -04

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO										
Edificação número 04, Vizinha a loja de flores - Bouquetier										
1.1 Época/ Data da construção										
Século XIX, sem data.										
1.2 Época/ Data da Fachada Existente										
Provável do século XIX/ XX										
2. LOCALIZAÇÃO										
Praça Barão do Rio Branco, Rua Marquês do Herval, nº 126, Bairro Centro Município/ Estado: Estância, Sergipe										
2.2 Geolocalização		2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO		5. VALOR		
Latitude	11°16'05.3"S	Plano	☒	Público		Original	Não informado		Histórico	☒
Longitude	37°26'17.7"W	Aclive		Privado	☒	Atual	Residencial		Simbólico	
Altitude (m)	53	Declive		Misto		Ocupado	Sim	☒	Não	Outro
2.4 Mapa				6. TIPOLOGIA			7. CONTEXTO			
				Religioso				Rural		
				Civil			☒	Urbano		☒
				Oficial				Entorno Preservado		
				Militar				Entorno Alterado		☒
8. PAVIMENTOS										
Acima da rua nº				0		Sótão		0		
Abaixo da rua nº				0		Porão		0		
Obs:										
9. GRAU DE PROTEÇÃO				10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA						
9.1 Proteção Existente		9.2 Proteção Proposta		10.1 Tipologia		10.2 Estilo/ Época Predominante				
Mundial		Mundial		Casa térrea	☒	Colonial				
Federal		Federal		Sobrado		Neo-Colonial				
Estadual		Estadual	☒	Porão alto		Eclético				
Municipal		Municipal		Sobrado c/Porão alto		Art decó				☒
Ação conjunta		Ação conjunta	☒	Corredor Lateral		Neoclássico				
Não se aplica	☒	Não se aplica		Outro		Art Nouveau				
10.3 Cobertura		10.4 Coroamento		10.5 Beiral						
Capa-Canal	☒	Fibra		Frontão		Simples		Cachorrado		
Francesa		Laje		Platibanda	☒	Cimalha		Cachorro Aferente		
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira		Beira Seveira		Laje em beiral		
Romana		Fibrocimento		Cornija		Cornija		☒	Não Possui	
Plástico		Outro		Não Possui		Lambrequim		Outro		
10.6 Cumeeira		10.7 Vedação		10.8 Revestimento		10.9 Cor da Fachada				
Perpendicular à rua		Pau a pique		Pedra		Madeira		Cinza e Branco		
Paralela à rua	☒	Alvenaria	☒	Cerâmica		Argamassa		☒	10.10 Volumetria	
Outro		Madeira		Porcelanato		Não Possui		Simples		☒
Nº de águas	2	Outro		Pastilha		Outro		Composta		
11. ESQUADRIAS		11.1 Material				11.2 Tipo				
Porta	☒	Madeira	☒	Pvc		Fixo		Basculhante		
Janela	☒	Alumínio		Vidro		De Correr		Guilhotina		
Gradil		Ferro		Outro		Abrir/ Giro		☒	Outro	

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)

12.1 Preservação		12.2 Conservação	
Integro		Bom	
Pouco Alterado		Precário	
Muito Alterado		Em Arruinamento	
Descaracterizado	X	Arruinado	
Demolido		Não se aplica	X

13. ESTRUTURA

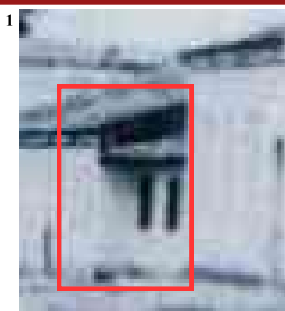
Não foi possível observar.

14. BREVE HISTÓRICO

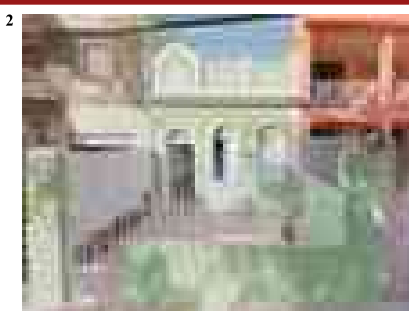
Não foi possível determinar um histórico, e pelas fotos que tive acesso a edificação encontra-se num ponto de pouco destaque onde é quase impossível identificar a formulação de sua fachada.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

A edificação apresenta significativa modificação da fachada em relação à sua configuração original (Colonial), especialmente quanto a organização dos vãos, e acabamento do telhado que originalmente era do tipo aparente com beiral simples e ao tratamento superficial, apesar de manter a volumetria térrea. O estado geral é regular, sem sinais aparentes de comprometimento, tendo apenas alterações de cor como mudança visível após sua modificação.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO

Possivelmente da déc. de 40 ou anterior



2011



Ago de 2025



Detalhe platibanda em Ago. de 2025



Detalhe esquadrias Ago. de 2025

17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

Esta edificação apresenta total modificação da fachada em relação à década de 40. Essas alterações são notadas principalmente pelo antigo telhado aparente (algo evidente na imagem), a posição de porta e janela que foi invertida e a criação de um pequeno quintal à frente da residência.

Recomenda-se, minimamente a proteção e vigilância por órgãos municipais, além a realização de manutenções periódicas internas e externas. Tais ações, aliadas ao acompanhamento técnico especializado e ao uso de materiais compatíveis com os originais, são essenciais para garantir a conservação e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -05

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO												
Edificação número 05, Diretoria Regional da Educação, DRE-01												
1.1 Época/ Data da construção												
Século XVIII												
1.2 Época/ Data da Fachada Existente												
Finalizada em 1922												
2. LOCALIZAÇÃO												
Praça Barão do Rio Branco, Rua Marquês do Herval, nº 126, Bairro Centro Município/ Estado: Estância, Sergipe												
2.2 Geolocalização		2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO			5. VALOR			
Latitude	11°16'05.0"S	Plano		Público	X	Original	Institucional		Histórico	X		
Longitude	37°26'18.6"W	Aclive		Privado		Atual	Institucional		Simbólico			
Altitude (m)	53	Declive	X	Misto		Ocupado	Sim	X	Não		Outro	
2.4 Mapa				6. TIPOLOGIA				7. CONTEXTO				
				Religioso				Rural				
				Civil				Urbano				
				Oficial				X	Entorno Preservado			
				Militar				Entorno Alterado				
				8. PAVIMENTOS								
Acima da rua nº				1		Sótão		0				
Abaixo da rua nº				1		Porão		1				
Obs: Possui porão e o terreno na área interna tem o pátio rebaixado												
9. GRAU DE PROTEÇÃO				10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA								
9.1 Proteção Existente		9.2 Proteção Proposta		10.1 Tipologia				10.2 Estilo/ Época Predominante				
Mundial		Mundial		Casa térrea				Colonial				
Federal		Federal		Sobrado				Neo-Colonial				
Estadual		Estadual		Porão alto				X	Eclético			
Municipal		Municipal	X	Sobrado c/Porão alto				Art decó				
Ação conjunta		Ação conjunta		Corredor Lateral				X	Neoclássico			
Não se aplica	X	Não se aplica		Outro				Art Nouveau				
10.3 Cobertura		10.4 Coroamento		10.5 Beiral								
Capa-Canal	X	Fibra		Frontão			Simples			Cachorrado		
Francesa		Laje		Platibanda		X	Cimalha		X	Cachorro Aferente		
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira			Beira Seveira			Laje em beiral		
Romana		Fibrocimento		Cornija			Cornija		X	Não Possui		
Plástico		Outro		Não Possui			Lambreuim			Outro		
10.6 Cumeeira		10.7 Vedação		10.8 Revestimento				10.9 Cor da Fachada				
Perpendicular à rua		Pau a pique		Pedra			Madeira			Bege		
Paralela à rua		Alvenaria	X	Cerâmica			Argamassa		X	10.10 Volumetria		
Outro	X	Madeira		Porcelanato			Não Possui			Simples		
Nº de águas	16	Outro		Pastilha			Outro			Composta		
11. ESQUADRIAS		11.1 Material				11.2 Tipo						
Porta	X	Madeira	X	Pvc		Fixo			Basculhante			
Janela	X	Alumínio		Vidro	X	De Correr			Guilhotina			
Gradil		Ferro		Outro		Abrir/ Giro		X	Outro			

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)

12.1 Preservação	12.2 Conservação
Integro	X Bom
Pouco Alterado	Precário
Muito Alterado	Em Arruinamento
Descaracterizado	Arruinado
Demolido	Não se aplica

13. ESTRUTURA

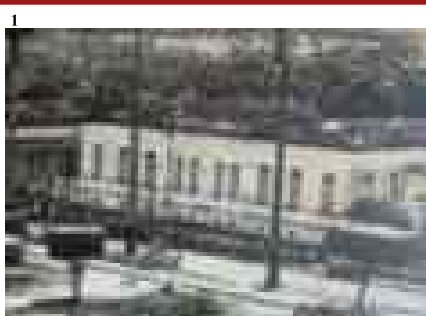
Não foi possível observar.

14. BREVE HISTÓRICO

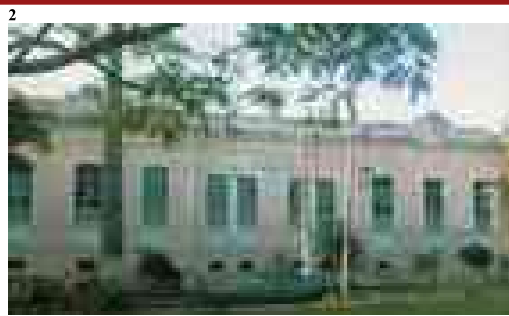
O prédio foi construído para abrigar a sede do grupo escolar Gumercindo Bessa, anteriormente havia no local um sobrado da época colonial, que pertencia a um dos mais antigos comerciantes da cidade - Sr. Belarmino Rocha. A construção do atual prédio foi iniciada no governo Pereira Lobo (1918-1922), sendo concluída na administração de Graccho Cardoso (1922-1926). A cerimônia de inauguração aconteceu em 9 de maio de 1923, com a transferência da instituição escolar que havia ali (1970), o antigo prédio hoje serve de Diretoria Regional da Educação (DRE-1). Apesar ter ficado desativado por alguns anos, em 2022 após sua revitalização feita durante o governo de Belivaldo Chagas e gestão do antigo Prefeito Drº Gilson Andrade.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

A edificação possui planta em U, na fachada frontal dez janelas, sendo seis de vergas curvas com vidros e quatro com vergas retas. Acima existem volutas e uma águia e no porvir, a data de 1922. As entradas do prédio se dão pelas laterais e também possui um porão. Tendo um pátio central no meio do U, para onde são viradas todas as portas do mezanino interno, acima do porão. No terreno também existe um prédio anexo com mais algumas salas e alguns pátios menores. Como é possível notar pelas imagens, o prédio não sofreu alterações bruscas em sua composição, apesar de ter passado por revitalização.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO

Década de 60



Década de 80



Detalhe de inscrição da fachada



Ago de 2025



Pátio interno

17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

Esta edificação possui bom grau de conservação e poucas alterações, mesmo sendo um exemplar do século XVIII, mostrasse não menos importante em ter sua preservação mantida.

Recomenda-se, minimamente a proteção e vigilância por órgãos municipais, além a realização de manutenções periódicas internas e externas. Tais ações, aliadas ao acompanhamento técnico especializado e ao uso de materiais compatíveis com os originais, são essenciais para garantir a conservação e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -06

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO											
Edificação número 06, Loja Aluza presentes e decorações/ Lotérica Estanciana											
1.1 Época/ Data da construção											
Século XX											
1.2 Época/ Data da Fachada Existente											
Século XX, posterior à década de 20 (Suposição feita por meio de registros fotográficos)											
2. LOCALIZAÇÃO											
Praça Barão do Rio Branco, Praça H. Ferreira, nº 302 e 306, Bairro Centro Município/ Estado: Estância, Sergipe											
2.2 Geolocalização		2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO		5. VALOR			
Latitude	11°26'86.5"S	Plano		Público		Original	Residencial	Histórico	X		
Longitude	37°46'92.1"W	Aclive		Privado	X	Atual	Misto	Simbólico			
Altitude (m)	53	Declive	X	Misto		Ocupado	Sim X Não	Outro			
2.4 Mapa				6. TIPOLOGIA			7. CONTEXTO				
				Religioso			Rural				
				Civil			X	Urbano			X
				Oficial				Entorno Preservado			
				Militar				Entorno Alterado			X
8. PAVIMENTOS											
Acima da rua nº				1		Sótão		0			
Abaixo da rua nº				0		Porão		0			
Obs: Possui pavimento superior											
9. GRAU DE PROTEÇÃO				10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA							
9.1 Proteção Existente		9.2 Proteção Proposta		10.1 Tipologia		10.2 Estilo/ Época Predominante					
Mundial		Mundial		Casa térrea		Colonial					
Federal		Federal		Sobrado	X	Neo-Colonial					
Estadual		Estadual		Porão alto		Eclético					
Municipal		Municipal	X	Sobrado c/Porão alto		Art decó					
Ação conjunta		Ação conjunta		Corredor Lateral		Neoclássico					
Não se aplica	X	Não se aplica		Outro		Art Nouveau					
10.3 Cobertura		10.4 Coroamento		10.5 Beiral							
Capa-Canal	X	Fibra		Frontão		Simples		Cachorrado			
Francesa		Laje		Platibanda	X	Cimalha		Cachorro Aferente			
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira		Beira Seveira		Laje em beiral			
Romana		Fibrocimento		Cornija		Cornija		Não Possui	X		
Plástico		Outro		Não Possui		Lambreuim		Outro			
10.6 Cumeeira		10.7 Vedação		10.8 Revestimento		10.9 Cor da Fachada					
Perpendicular à rua	X	Pau a pique		Pedra		Madeira		Branco e creme			
Paralela à rua		Alvenaria	X	Cerâmica		Argamassa	X	10.10 Volumetria			
Outro		Madeira		Porcelanato		Não Possui		Simples			
Nº de águas	2	Outro		Pastilha		Outro		Composta			
11. ESQUADRIAS		11.1 Material		11.2 Tipo							
Porta	X	Madeira	X	Pvc		Fixo		Basculhante			
Janela	X	Alumínio		Vidro	X	De Correr		Guilhotina			
Gradil		Ferro		Outro		Abrir/ Giro	X	Outro			

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)**13. ESTRUTURA**

12.1 Preservação	12.2 Conservação
Integro	Bom
Pouco Alterado	Precário
Muito Alterado	Em Arruinamento
Descaracterizado	Arruinado
Demolido	Não se aplica

Não foi possível observar.

14. BREVE HISTÓRICO

A edificação analisada integra o conjunto histórico da Praça Barão do Rio Branco, apresentando registros iconográficos que indicam sua existência posterior à década de 20. As imagens das décadas de 1940 e 1960 confirmam este apontamento, onde já podia-se ver a nova construção aparecer. Trata-se de um imóvel de uso originalmente residencial, posteriormente adaptado para fins comerciais, acompanhando a dinâmica de transformação funcional do entorno da praça, tendo atualmente em funcionamento uma ponto de lotérica da caixa econômica federal e a loja de presentes e decorações Aluza.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

As duas primeiras imagens registram uma residência anterior, já inexistente, com configuração volumétrica e composição de fachada distintas da edificação atual, evidenciando substituição integral da construção primitiva. A partir de registros da década de 1960 é possível notar o imóvel existente consolidado, implantado no mesmo alinhamento do lote, já com dois pavimentos, cobertura em duas águas e organização simétrica dos vãos no pavimento superior, características que permanecem ao longo do tempo. As principais transformações concentram-se no pavimento térreo, decorrentes da adaptação ao uso comercial, com ampliação dos vãos, substituição de esquadrias e inserção de letreiros e grades metálicas, alterando a leitura original da fachada. Já o pavimento superior mantém maior integridade compositiva.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO**17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO**

Esta edificação possui bom grau de conservação e poucas alterações, mesmo sendo um exemplar do século XVIII, mostrasse não menos importante em ter sua preservação mantida.

Recomenda-se, minimamente a proteção e vigilância por órgãos municipais, além a realização de manutenções periódicas internas e externas. Tais ações, aliadas ao acompanhamento técnico especializado e ao uso de materiais compatíveis com os originais, são essenciais para garantir a conservação e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

N° Ficha: SE/25 -07

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO													
Edificação número 07, Casa eclética do Sr. Raimundo Nóbrega de Mendonça													
1.1 Época/ Data da construção													
Século XX													
1.2 Época/ Data da Fachada Existente													
Século XX, anterior à década de 40(Suposição feita por meio de registros fotográficos)													
2. LOCALIZAÇÃO													
Praça Barão do Rio Branco, Praça H. Ferreira, n° 314, Bairro Centro						Município/ Estado: Estância, Sergipe							
2.2 Geolocalização			2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO			5. VALOR			
Latitude	11°26'87.7"S		Plano	☒	Público		Original	Residencial		Histórico	☒		
Longitude	37°43'92.9"W		Aclive		Privado	☒	Atual	Comercial		Simbólico			
Altitude (m)	53		Declive		Misto		Ocupado	Sim ☒	Não	Outro			
2.4 Mapa					6. TIPOLOGIA				7. CONTEXTO				
					Religioso				Rural				
					Civil				☒		Urbano		☒
					Oficial				Entorno Preservado				
					Militar				Entorno Alterado				☒
8. PAVIMENTOS													
Acima da rua n°				0		Sótão		0					
Abaixo da rua n°				1		Porão		1					
Obs: Possui óculos na parte frontal, denotando o porão alto													
9. GRAU DE PROTEÇÃO					10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA								
9.1 Proteção Existente		9.2 Proteção Proposta			10.1 Tipologia			10.2 Estilo/ Época Predominante					
Mundial		Mundial			Casa térrea		Colonial						
Federal		Federal			Sobrado		Neo-Colonial						
Estadual		Estadual			Porão alto	☒	Eclético	☒					
Municipal		Municipal	☒		Sobrado c/Porão alto		Art decó						
Ação conjunta		Ação conjunta			Corredor Lateral		Neoclássico						
Não se aplica	☒	Não se aplica			Outro		Art Nouveau						
10.3 Cobertura				10.4 Coroamento		10.5 Beiral							
Capa-Canal	☒	Fibra		Frontão		Simples		Cachorrado					
Francesa		Laje		Platibanda	☒	Cimalha	☒	Cachorro Aferente					
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira		Beira Seveira		Laje em beiral					
Romana		Fibrocimento		Cornija		Cornija	☒	Não Possui					
Plástico		Outro		Não Possui		Lambreuim		Outro					
10.6 Cumeeira		10.7 Vedação		10.8 Revestimento			10.9 Cor da Fachada						
Perpendicular à rua	☒	Pau a pique		Pedra		Madeira		Branco e creme					
Paralela à rua		Alvenaria	☒	Cerâmica		Argamassa	☒	10.10 Volumetria					
Outro		Madeira		Porcelanato		Não Possui		Simples					
N° de águas	2	Outro		Pastilha		Outro		Composta	☒				
11. ESQUADRIAS		11.1 Material				11.2 Tipo							
Porta	☒	Madeira	☒	Pvc		Fixo		Basculhante					
Janela	☒	Alumínio		Vidro	☒	De Correr		Guilhotina					
Gradil		Ferro		Outro		Abrir/ Giro	☒	Outro					

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)

12.1 Preservação	12.2 Conservação
Integro	X Bom
Pouco Alterado	Precário
Muito Alterado	Em Arruinamento
Descaracterizado	Arruinado
Demolido	Não se aplica

13. ESTRUTURA

Não foi possível observar.

14. BREVE HISTÓRICO

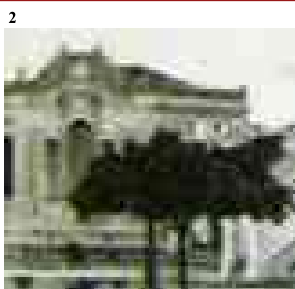
A casa foi construída no local onde anteriormente havia o Palacete Nabuco que foi demolido pelo novo dono, o comerciante Raimundo Nóbrega de Mendonça. O antigo palacete alojou o Imperador Dom Pedro II (1825-1891), quando da visita a cidade em 1860 e pertencia ao Dr. João José de Bittencourt Calazans (1811-1870). Nos anos 2000 o prédio funcionou como uma repartição pública já alojou alguns escritórios de advocacia e atualmente algumas empresas funcionam no local, como o “compre sem fila”, alguns escritórios e uma pequena confeitaria.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

O exemplar eclético foi feito sobre porões e possui três reentrâncias na fachada principal voltada à praça. Na primeira, localiza-se uma pequena varanda, com duas portas em madeira e verga retilínea, que dão acesso ao interior; estas possuem vidraças com grades de ferro forjado. O acesso a este cômodo se dá através de uma pequena escadaria de mármore. Na segunda reentrância, têm-se apenas uma janela com verga retilínea e na terceira reentrância, uma varanda coberta por uma laje que abrange todo o comprimento da edificação, com colunas e balaustradas. Na fachada principal, existem três janelas de madeira e vidros na bandeira, uma delas maior que as demais (central). Nesta parte abaixo e acima das janelas, vários ornamentos como ramos de flores e cantoneiras. Acima da janela principal tem o rosto de uma mulher e sobre ele uma platibanda em voluta, com duas grinaldas em relevo e um florão, ladeado por acrotérios com jarros de alça. O restante da platibanda é reto e apresenta os mesmos ornatos. e em volta da fachada um muro baixo com balaustrada circundando a residência.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO

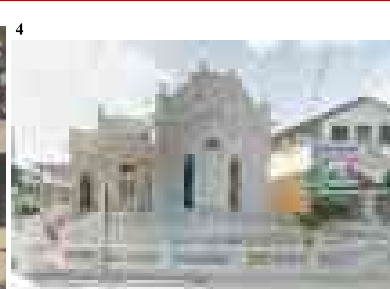
Construção anterior na década de 20



Década de 40



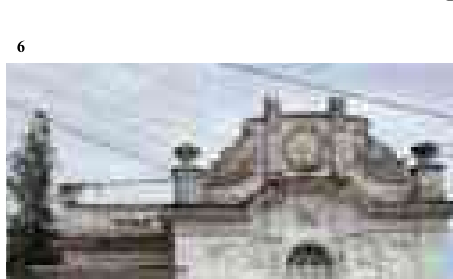
Década de 60



Dez. 2011



Ago 2025



Destaque ao coroamento, 2025



Vista em perspectiva de 2011

17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

Esta edificação possui bom grau de conservação e poucas alterações, mesmo sendo um exemplar do século XVIII, mostrasse não menos importante em ter sua preservação mantida.

Recomenda-se, minimamente a proteção e vigilância por órgãos municipais, além a realização de manutenções periódicas internas e externas. Tais ações, aliadas ao acompanhamento técnico especializado e ao uso de materiais compatíveis com os originais, são essenciais para garantir a conservação e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -08

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO											
Edificação número 08, Sobrado colonial, Maísa Bijoux											
1.1 Época/ Data da construção											
Provável do século XIX											
1.2 Época/ Data da Fachada Existente											
Século XIX, anterior à década de 40(Suposição feita por meio de registros fotográficos)											
2. LOCALIZAÇÃO											
Praça Barão do Rio Branco, Rua Fausto Cardoso, nº 56, Bairro Centro Município/ Estado: Estância, Sergipe											
2.2 Geolocalização		2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO		5. VALOR			
Latitude	11°26'89.2"S	Plano		Público		Original	Misto	Histórico		X	
Longitude	37°46'93.6"W	Aclive		Privado	X	Atual	Misto	Simbólico			
Altitude (m)	53	Declive	X	Misto		Ocupado	Sim X Não	Outro			
2.4 Mapa				6. TIPOLOGIA				7. CONTEXTO			
				Religioso				Rural			
				Civil		X		Urbano		X	
				Oficial				Entorno Preservado			
				Militar				Entorno Alterado		X	
8. PAVIMENTOS											
Acima da rua nº		1		Sótão		0					
Abaixo da rua nº		0		Porão		0					
Obs:											
9. GRAU DE PROTEÇÃO				10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA							
9.1 Proteção Existente		9.2 Proteção Proposta		10.1 Tipologia		10.2 Estilo/ Época Predominante					
Mundial		Mundial		Casa térrea		Colonial		X			
Federal		Federal		Sobrado	X	Neo-Colonial					
Estadual		Estadual		Porão alto		Eclético					
Municipal		Municipal	X	Sobrado c/Porão alto		Art decó					
Ação conjunta		Ação conjunta		Corredor Lateral		Neoclássico					
Não se aplica	X	Não se aplica		Outro		Art Nouveau					
10.3 Cobertura		10.4 Coroamento		10.5 Beiral							
Capa-Canal	X	Fibra		Frontão		Simples		Cachorrado			
Francesa		Laje		Platibanda		Cimalha		Cachorro Aferente			
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira		Beira Seveira		Laje em beiral			
Romana		Fibrocimento		Cornija		Cornija		X	Não Possui		
Plástico		Outro		Não Possui	X	Lambreuim		Outro			
10.6 Cumeeira		10.7 Vedação		10.8 Revestimento		10.9 Cor da Fachada					
Perpendicular à rua	X	Pau a pique		Pedra		Madeira		Pêssego e rosa colonial			
Paralela à rua	X	Alvenaria	X	Cerâmica		Argamassa		X	10.10 Volumetria		
Outro		Madeira		Porcelanato		Não Possui		Simples		X	
Nº de águas	2	Outro		Pastilha		Outro		Composta			
11. ESQUADRIAS		11.1 Material				11.2 Tipo					
Porta	X	Madeira	X	Pvc		Fixo		Basculhante			
Janela	X	Alumínio		Vidro	X	De Correr		Guilhotina			
Gradil		Ferro		Outro		Abrir/ Giro		X	Outro		

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)**13. ESTRUTURA**

12.1 Preservação		12.2 Conservação	
Integro		Bom	
Pouco Alterado	X	Precário	X
Muito Alterado		Em Arruinamento	
Descaracterizado		Arruinado	
Demolido		Não se aplica	

Não foi possível observar.

14. BREVE HISTÓRICO

A casa foi construída na esquina vizinha ao antigo Palacete Nabuco. A residência originalmente fazia parte de um conjunto de sobrados geminados. Após último registro da década de 80, nota-se que os demais sobrados foram demolidos e apenas este permaneceu, até os dias atuais mantendo sua estética do período colonial, onde teve pequenas alterações para modernização da área de comércio no térreo, originalmente não soube qual era seu funcionamento, porém desde início do século XXI já funcionou como gráfica, loja de eletroportáteis e atualmente aloja a Maísa Bijoux - acessórios femininos.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

A fachada desta edificação conserva a organização compositiva marcada pela disposição simétrica dos vãos, especialmente no pavimento superior, onde se destacam as esquadrias em arco pleno bem semelhantes as originais -- alteradas entre a década de 60 e os anos 2000--. Esses arcos reforçam a verticalidade, evidenciando a influência neoclássica presente na edificação. Entretanto, as intervenções no pavimento térreo, com ampliação de vãos, substituição das portas de madeira por metálicas e inserção de letreiros comerciais provocaram significativa descaracterização da composição original, comprometendo a simetria e a unidade formal da fachada. A presença de sucessivas camadas de pintura também interfere na leitura arquitetônica do conjunto. Ainda assim, a edificação conserva elementos suficientes para possibilitar ações futuras de conservação e eventual requalificação estética.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO**17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO**

Esta edificação possui grau de conservação já precário, mas poucas alterações e com base na leitura das imagens históricas e atuais, as medidas de conservação devem priorizar a preservação dos elementos remanescentes e a requalificação das partes descaracterizadas. Além disso, minimamente propor a proteção e vigilância por órgãos municipais, e realização de manutenções periódicas internas e externas. Tais ações, aliadas ao acompanhamento técnico especializado e ao uso de materiais compatíveis com os originais, são essenciais para garantir a conservação e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -09

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO

Edificação número 09, Antiga Biblioteca Municipal Monsenhor Silveira, Atual farmácia Drogasil

1.1 Época/ Data da construção

Provável do século XIX

1.2 Época/ Data da Fachada Existente

Século XX, entre às décadas de 20 e 60 (Suposição feita por meio de registros fotográficos)

2. LOCALIZAÇÃO

Praça Barão do Rio Branco, Rua do gordo, nº 151, Bairro Centro

Município/ Estado: Estância, Sergipe

2.2 Geolocalização		2.3 Terreno	3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO		5. VALOR	
Latitude	11°26'90.1"S	Plano		Público	Original	Provável residencial	Histórico	X
Longitude	37°43'91.5"W	Aclive		Privado	Atual	Comercial	Simbólico	
Altitude (m)	53	Declive	X	Misto	Ocupado	Sim X Não	Outro	

2.4 Mapa



6. TIPOLOGIA

7. CONTEXTO

Religioso		Rural	
Civil	X	Urbano	X
Oficial		Entorno Preservado	
Militar		Entorno Alterado	X

8. PAVIMENTOS

Acima da rua nº	0	Sótão	0
Abaixo da rua nº	0	Porão	0

Obs:

9. GRAU DE PROTEÇÃO

10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA

9.1 Proteção Existente		9.2 Proteção Proposta		10.1 Tipologia		10.2 Estilo/ Época Predominante	
Mundial		Mundial		Casa térrea	X	Colonial	
Federal		Federal		Sobrado		Neo-Colonial	
Estadual		Estadual		Porão alto		Eclético	X
Municipal		Municipal	X	Sobrado c/Porão alto		Art decó	
Ação conjunta		Ação conjunta		Corredor Lateral		Neoclássico	
Não se aplica	X	Não se aplica		Outro		Art Nouveau	

10.3 Cobertura

10.4 Coroamento

10.5 Beiral

Capa-Canal	X	Fibra		Frontão	X	Simples		Cachorrado	
Francesa		Laje		Platibanda	X	Cimalha	X	Cachorro Aferente	
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira		Beira Seveira		Laje em beiral	
Romana		Fibrocimento		Cornija	X	Cornija	X	Não Possui	
Plástico		Outro		Não Possui		Lambreuim		Outro	

10.6 Cumeeira

10.7 Vedação

10.8 Revestimento

10.9 Cor da Fachada

Perpendicular à rua	X	Pau a pique		Pedra		Madeira		Vermelho e Cinza	
Paralela à rua	X	Alvenaria	X	Cerâmica		Argamassa	X	10.10 Volumetria	
Outro		Madeira		Porcelanato		Não Possui		Simples	X
Nº de águas	2	Outro		Pastilha		Outro		Composta	

11. ESQUADRIAS

11.1 Material

11.2 Tipo

Porta	X	Madeira		Pvc		Fixo	X	Basculhante	
Janela	X	Alumínio	X	Vidro	X	De Correr		Guilhotina	
Gradil		Ferro		Outro		Abrir/ Giro	X	Outro	X

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)				13. ESTRUTURA	
12.1 Preservação		12.2 Conservação		Não foi possível observar.	
Integro		Bom			
Pouco Alterado		Precário	X		
Muito Alterado	X	Em Arruinamento			
Descaracterizado		Arruinado			
Demolido		Não se aplica			

14. BREVE HISTÓRICO

Não foi possível saber o uso original da edificação, entretanto em registros da década de 80 é possível perceber que a edificação abrigava a biblioteca municipal Monsenhor Silveira, que por muitos anos foi dirigida pelo jornalista Carlos Tadeu e no início dos anos 2000, até meados de 2023 foi sede da Diretoria Regional da Educação - 01 (DRE-01) enquanto era feita a reforma o prédio oficial, também funcionaram alguns outros serviços e repartições públicas neste local, mas de modo passageiro. Recentemente foi remodelado internamente e teve algumas alterações externas citadas abaixo para abrigar uma filial da rede Drogasil.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

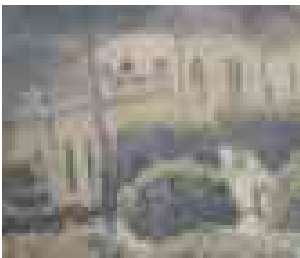
A edificação manteve sua volumetria e alinhamentos com a rua preservados ao longo do tempo. As imagens indicam que, desde o início do século XX, apresentava composição marcada por ritmo regular de vãos verticais -- com 5 janelas e uma porta ao centro-- e cobertura tradicional em 2 águas, posteriormente ocultada por platibanda ornamental conforme registros da década de 1960 i. A partir da década de 1960 consolida-se a presença de frontão curvo central e frisos horizontais, elementos que mantem uma composição rítmica referente às construções do período colonial e ganhou, após alteração, cornija e platibanda com frontispício evidenciando a porta de entrada e enfatizando a simetria da fachada longitudinal. Embora a estrutura formal, a platibanda e o frontão permaneçam preservados, intervenções contemporâneas para adequação ao uso comercial provocaram alterações significativas, como substituição das esquadrias em madeira por vidro e metal, ampliação de aberturas, aplicação de pintura institucional contrastante e instalação de comunicação visual de grande porte. Tais modificações resultaram em descaracterização parcial da ambiência histórica, ainda que o imóvel mantenha potencial de requalificação estética e valorização patrimonial.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO



1

Construção anterior na década de 20



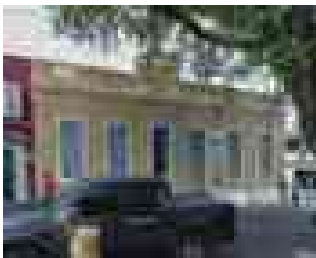
2

Década de 60



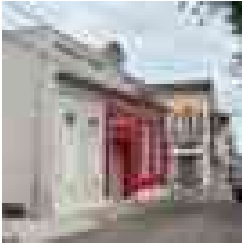
3

Déc. de 80



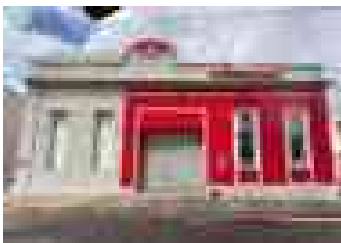
4

fev. 2017



5

Ago 2025



6

Vista frontal, 2025



7

Perspectiva, 2025



8

Destaque platibanda e frontão

17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

Esta edificação apresenta descaracterização parcial da fachada em relação às imagens históricas do século XX, sobretudo em decorrência das adaptações para uso comercial, que alteraram a cromia original, as esquadrias e inseriram elementos publicitários de grande impacto visual. Recomenda-se a proteção e o acompanhamento por órgãos municipais competentes, bem como a revisão da identidade visual aplicada à fachada, buscando maior compatibilidade com a ambiência histórica. Indicam-se manutenções periódicas, restauração dos elementos ornamentais e utilização de materiais adequados e compatíveis com os originais, visando assegurar a conservação, a integridade formal e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO

RESPONSÁVEL

Mayara Pereira da Cunha

DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -10

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO									
Edificação número 10, Casa eclética, antiga revendedora Hermes e Nataboka Bar									
1.1 Época/ Data da construção									
Provável do século XX									
1.2 Época/ Data da Fachada Existente									
Século XX, anterior à década de 40 (Suposição feita por meio de registros fotográficos)									
2. LOCALIZAÇÃO									
Praça Barão do Rio Branco, Rua do Gordo, nº 119, Bairro Centro						Município/ Estado: Estância, Sergipe			
2.2 Geolocalização		2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO		5. VALOR	
Latitude	11°26'91.5"S	Plano		Público		Original	Residencial	Histórico	X
Longitude	37°43'87.0"W	Aclive		Privado	X	Atual	Comercial	Simbólico	
Altitude (m)	53	Declive	X	Misto		Ocupado	Sim X Não	Outro	
2.4 Mapa				6. TIPOLOGIA			7. CONTEXTO		
				Religioso			Rural		
				Civil			X Urbano		
				Oficial			Entorno Preservado		
				Militar			Entorno Alterado X		
8. PAVIMENTOS									
Acima da rua nº				0		Sótão		0	
Abaixo da rua nº				0		Porão		0	
Obs:									
9. GRAU DE PROTEÇÃO				10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA					
9.1 Proteção Existente		9.2 Proteção Proposta		10.1 Tipologia		10.2 Estilo/ Época Predominante			
Mundial		Mundial		Casa térrea	X	Colonial			
Federal		Federal		Sobrado		Neo-Colonial			
Estadual		Estadual		Porão alto		Eclético X			
Municipal		Municipal	X	Sobrado c/Porão alto		Art decó			
Ação conjunta		Ação conjunta		Corredor Lateral		Neoclássico			
Não se aplica	X	Não se aplica		Outro		Art Nouveau			
10.3 Cobertura		10.4 Coroamento		10.5 Beiral					
Capa-Canal	X	Fibra		Frontão		Simples		Cachorrado	
Francesa		Laje		Platibanda		Cimalha		Cachorro Aferente	
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira		Beira Seveira		Laje em beiral	
Romana		Fibrocimento		Cornija		Cornija		X	Não Possui
Plástico		Outro		Não Possui	X	Lambreuim		Outro	
10.6 Cumeeira		10.7 Vedação		10.8 Revestimento		10.9 Cor da Fachada			
Perpendicular à rua		Pau a pique		Pedra		Madeira		Preto	
Paralela à rua		Alvenaria	X	Cerâmica		Argamassa		X	10.10 Volumetria
Outro		Madeira		Porcelanato		Não Possui		Simples X	
Nº de águas	0	Outro		Pastilha		Outro		Composta	
11. ESQUADRIAS		11.1 Material				11.2 Tipo			
Porta	X	Madeira		Pvc		Fixo		X	Basculhante
Janela		Alumínio		Vidro	X	De Correr			Guilhotina
Gradil		Ferro		Outro		Abrir/ Giro		X	Outro

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)**13. ESTRUTURA**

12.1 Preservação	12.2 Conservação	
Integro	Bom	
Pouco Alterado	Precário	
Muito Alterado	Em Arruinamento	X
Descaracterizado	Arruinado	
Demolido	Não se aplica	

Não foi possível observar.

14. BREVE HISTÓRICO

Não foi possível saber ao certo o histórico desta edificação, também não foram encontradas muitas imagens onde a mesma aparece. A primeira é da década de 40, onde é possível ver poucos detalhes, mas acredita-se ter sido uma residência por alguns anos (já que a pelo menos 10 anos atrás ainda se tem registros do seu funcionamento misto, casa e comércio --Revendedora Hermes--). De 2020 até meados de 2021, funcionou o bar Nataboka e em seguida foi inaugurado um restaurante que permanece até hoje no local.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

A edificação apresenta evidentes transformações, perceptíveis por meio da análise comparativa das imagens históricas e atuais. Registros da década de 1940 indicam a presença de uma platibanda que era ornamentada, com painéis em relevo e um frontão cimbado com volutas e acrotérios que organizavam o ritmo da fachada. Atualmente ainda observam-se alguns desses elementos decorativos, incluindo detalhe escultórico de um rosto acima da antiga entrada principal, além de frisos e molduras horizontais no remate superior. Apesar de ter sofrido grandes descaracterizações -- como a mudança das esquadrias, remoção da parte superior da platibanda e do telhado esses vestígios permitem a leitura da composição ornamental original, associada a uma linguagem eclética. A pintura atual também compromete a leitura dos elementos arquitetônicos ao encobrir detalhes decorativos e possíveis vestígios das técnicas e cores originais. Ainda assim, a edificação mantém relevância como testemunho da evolução da paisagem urbana e das transformações do uso ao longo do tempo.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO**17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO**

Esta edificação apresenta descaracterização parcial da fachada em relação às imagens históricas do século XX, sobretudo em decorrência das adaptações para uso comercial, que alteraram a cromia original, as esquadrias e inseriram elementos publicitários de grande impacto visual. Recomenda-se restauração dos elementos removidos, a proteção e o acompanhamento por órgãos municipais competentes, bem como a revisão da identidade visual aplicada à fachada, buscando maior compatibilidade com a ambiência histórica. Indica-se manutenções periódicas, restauração dos elementos ornamentais e utilização de materiais adequados e compatíveis com os originais, visando assegurar a conservação, a integridade formal e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -11

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO													
Edificação número 11, Casa eclética “Martelada”, sede da Secretaria da Agricultura													
1.1 Época/ Data da construção													
Provável do século XX													
1.2 Época/ Data da Fachada Existente													
Século XX, anterior à década de 40(Suposição feita por meio de registros fotográficos)													
2. LOCALIZAÇÃO													
Praça Barão do Rio Branco, Rua do Gordo, nº 111, Bairro Centro						Município/ Estado: Estância, Sergipe							
2.2 Geolocalização		2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO			5. VALOR				
Latitude	11°26'87.7"S	Plano		Público		Original	Residencial		Histórico	X			
Longitude	37°43'92.9"W	Aclive		Privado		Atual	Institucional		Simbólico				
Altitude (m)	53	Declive	X	Misto	X	Ocupado	Sim	X	Não	Outro			
2.4 Mapa				6. TIPOLOGIA				7. CONTEXTO					
				Religioso				Rural					
				Civil				X				Urbano	X
				Oficial								Entorno Preservado	
				Militar								Entorno Alterado	X
8. PAVIMENTOS													
Acima da rua nº				0				Sótão		0			
								Porão		0			
Obs:													
9. GRAU DE PROTEÇÃO				10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA									
9.1 Proteção Existente		9.2 Proteção Proposta		10.1 Tipologia				10.2 Estilo/ Época Predominante					
Mundial		Mundial		Casa térrea	X			Colonial					
Federal		Federal		Sobrado				Neo-Colonial					
Estadual		Estadual		Porão alto				Eclético	X				
Municipal		Municipal	X	Sobrado c/Porão alto				Art decó					
Ação conjunta		Ação conjunta		Corredor Lateral				Neoclássico					
Não se aplica	X	Não se aplica		Outro				Art Nouveau					
10.3 Cobertura				10.4 Coroamento				10.5 Beiral					
Capa-Canal	X	Fibra		Frontão				Simples					
Francesa		Laje		Platibanda	X			Cimalha					
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira				Beira Seveira					
Romana		Fibrocimento		Cornija				Cornija	X				
Plástico		Outro		Não Possui				Lambreuim					
10.6 Cumeeira				10.7 Vedação				10.8 Revestimento					
Perpendicular à rua		Pau a pique		Pedra				Madeira					
Paralela à rua	X	Alvenaria	X	Cerâmica				Argamassa	X				
Outro		Madeira		Porcelanato				Não Possui					
Nº de águas	2	Outro		Pastilha				Outro					
10.9 Cor da Fachada				10.10 Volumetria									
Creme e marrom acinzentado				Simples				X					
11. ESQUADRIAS				11.1 Material				11.2 Tipo					
Porta	X	Madeira	X	Pvc				Fixo					
Janela	X	Alumínio		Vidro				De Correr					
Gradil	X	Ferro		Outro				Abrir/ Giro	X	Outro			

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)

12.1 Preservação		12.2 Conservação	
Integro	X	Bom	X
Pouco Alterado		Precário	
Muito Alterado		Em Arruinamento	
Descaracterizado		Arruinado	
Demolido		Não se aplica	

13. ESTRUTURA

Não foi possível observar.

14. BREVE HISTÓRICO

Não foi possível saber ao certo o histórico desta edificação, também não foram encontradas muitas imagens antigas onde a mesma aparece. A primeira é da década de 40, onde é possível ver poucos detalhes por conta do ângulo da imagem, mas até as primeiras 2 décadas dos anos 2000 foi a residência de uma senhora chamada Rita C. S. Carvalho e após isso virou uma sede institucional da Secretaria Municipal de Desenvolvimento econômico. E desde 2025 funciona no local a sede da Secretaria de Agricultura de Estância.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

A análise comparativa das imagens históricas e atuais pode-se supor que a fachada mantém, em grande medida, sua composição formal da década de 40, com preservação do alinhamento, da volumetria simples e do ritmo dos vãos. As imagens da década de 1940 já indicam a presença de platibanda ornamentada, elemento que permanece como principal destaque compositivo da edificação, contribuindo para a leitura estética do conjunto. As molduras em argamassa ao redor dos vãos permanecem legíveis e bem definidas, reforçando o caráter eclético da fachada. O revestimento externo apresenta acabamento em argamassa com textura decorativa remetendo marteladas e o embasamento com textura que remete à pedras. As cores neutras contribuem para a valorização dos elementos ornamentais e para a leitura dos planos da fachada.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO**17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO**

Esta edificação apresenta uma boa integridade, tendo sofrido apenas leve alteração de cor (demais alterações não foram possíveis visualizar. Recomenda-se a proteção e o acompanhamento por órgãos municipais competentes e indica-se manutenções periódicas, restauração dos elementos ornamentais e utilização de materiais adequados e compatíveis com os originais, visando assegurar a conservação, a integridade formal e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -12

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO														
Edificação número 12, Casa eclética amarela, das Senhoras Rosivânia C. Santos e Maria L.C. Carvalho														
1.1 Época/ Data da construção														
Provável do século XX														
1.2 Época/ Data da Fachada Existente														
Século XX, anterior à década de 40(Suposição feita por meio de registros fotográficos)														
2. LOCALIZAÇÃO														
Praça Barão do Rio Branco, Rua do Gordo, nº 105, Bairro Centro						Município/ Estado: Estância, Sergipe								
2.2 Geolocalização			2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO			5. VALOR				
Latitude	11°26'87.7"S		Plano		Público		Original	Residencial		Histórico	X			
Longitude	37°43'92.9"W		Aclive		Privado	X	Atual	Comercial		Simbólico				
Altitude (m)	53		Declive	X	Misto		Ocupado	Sim	X	Não				
2.4 Mapa						6. TIPOLOGIA			7. CONTEXTO					
						Religioso			Rural					
						Civil			X			Urbano		
						Oficial						Entorno Preservado		
						Militar						Entorno Alterado		
8. PAVIMENTOS														
Acima da rua nº						1		Sótão		0				
								Porão		0				
Obs:														
9. GRAU DE PROTEÇÃO						10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA								
9.1 Proteção Existente			9.2 Proteção Proposta			10.1 Tipologia			10.2 Estilo/ Época Predominante					
Mundial			Mundial			Casa térrea			Colonial					
Federal			Federal			Sobrado		X	Neo-Colonial					
Estadual			Estadual			Porão alto			Eclético					
Municipal			Municipal		X	Sobrado c/Porão alto			Art decó					
Ação conjunta			Ação conjunta			Corredor Lateral			Neoclássico		X			
Não se aplica	X		Não se aplica			Outro			Art Nouveau					
10.3 Cobertura			10.4 Coroamento			10.5 Beiral								
Capa-Canal	X		Fibra			Frontão	X		Simples		Cachorrado			
Francesa			Laje			Platibanda	X		Cimalha	X	Cachorro Aferente			
Portuguesa			Metálica			Beira Seveira			Beira Seveira		Laje em beiral			
Romana			Fibrocimento			Cornija			Cornija	X	Não Possui			
Plástico			Outro			Não Possui			Lambreuim		Outro			
10.6 Cumeeira			10.7 Vedação			10.8 Revestimento			10.9 Cor da Fachada					
Perpendicular à rua			Pau a pique			Pedra			Madeira		Tons mostarda			
Paralela à rua	X		Alvenaria		X	Cerâmica			Argamassa	X	10.10 Volumetria			
Outro			Madeira			Porcelanato			Não Possui		Simples			
Nº de águas	2		Outro			Pastilha			Outro		Composta			
11. ESQUADRIAS			11.1 Material			11.2 Tipo								
Porta	X		Madeira	X		Pvc			Fixo		Basculhante			
Janela	X		Alumínio			Vidro	X		De Correr		Guilhotina			
Gradil	X		Ferro	X		Outro			Abrir/ Giro	X	Outro			

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)

12.1 Preservação	12.2 Conservação
Integro	X Bom
Pouco Alterado	Precário
Muito Alterado	Em Arruinamento
Descaracterizado	Arruinado
Demolido	Não se aplica

13. ESTRUTURA

Não foi possível observar.

14. BREVE HISTÓRICO

Não foi possível saber ao certo o histórico desta edificação, também não foram encontradas muitas imagens antigas onde a mesma aparece nitidamente. A primeira é da década de 40, onde é possível ver poucos detalhes por conta do ângulo da imagem, mas até as primeiras 2 décadas dos anos 2000 foi a residência das senhoras Rosivânia C. Santos e Maria L. C. Carvalho. Atualmente ainda é de uso residencial mas não foi possível encontrar o atual residente nos dias de visita ao local.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

A edificação não apresenta muitas alterações com o passar dos anos, anterior à década de 40 não foi possível obter registros que possibilitassem a boa visualização da fachada. É possível que tenha sido uma residência da época colonial, sem ornatos e beiral simples como algumas que haviam à época. Já na década de 40 é possível ver a presença da platibanda com frontão arqueado cimbado, cornijas e cimbalha compondo o coroamento. Atualmente ainda possui mesmos ornamentos, e ritmo os vão que é composto por uma porta e três janelas com pequenos vitrais coloridos nas folhas e também nas bandeiras. Não houveram mudanças na cromia da edificação por muitos anos, seguindo o padrão de tons mostarda.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO

Década de 40



Dez. 2011



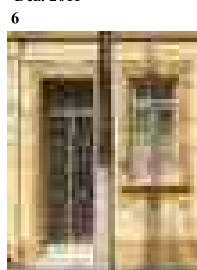
Ago. 2025



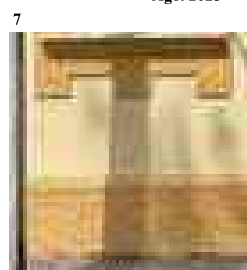
Destaque da platibanda em 40



Destaque ao coroamento, 2025



Destaque esquadrias, 2025



Texturas da parede, 2025

17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

Esta edificação apresenta uma boa integridade. Recomenda-se minimamente a proteção e o acompanhamento por órgãos municipais competentes e indicam-se manutenções periódicas, restauração dos elementos ornamentais e utilização de materiais adequados e compatíveis com os originais, visando assegurar a conservação, a integridade formal e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -13

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO									
Edificação número 13, a loja Jopp									
1.1 Época/ Data da construção									
Provável do século XIX									
1.2 Época/ Data da Fachada Existente									
Século XX, posterior à década de 40 (Suposição feita por meio de registros fotográficos)									
2. LOCALIZAÇÃO									
Praça Barão do Rio Branco, Rua do Gordo, nº 89, Bairro Centro						Município/ Estado: Estância, Sergipe			
2.2 Geolocalização		2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO		5. VALOR	
Latitude	11°26'92.7"S	Plano		Público		Original	Residencial	Histórico	X
Longitude	37°43'85.4"W	Aclive		Privado	X	Atual	Residencial	Simbólico	
Altitude (m)	53	Declive	X	Misto		Ocupado	Sim X Não	Outro	
2.4 Mapa				6. TIPOLOGIA			7. CONTEXTO		
				Religioso			Rural		
				Civil			X Urbano		
				Oficial			Entorno Preservado		
				Militar			Entorno Alterado X		
8. PAVIMENTOS									
Acima da rua nº				0		Sótão		0	
Abaixo da rua nº				0		Porão		0	
Obs: Possui quatro pequenos óculos meramente decorativos									
9. GRAU DE PROTEÇÃO				10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA					
9.1 Proteção Existente		9.2 Proteção Proposta		10.1 Tipologia		10.2 Estilo/ Época Predominante			
Mundial		Mundial		Casa térrea	X	Colonial			
Federal		Federal		Sobrado		Neo-Colonial			
Estadual		Estadual		Porão alto		Eclético			
Municipal		Municipal	X	Sobrado c/Porão alto		Art decó X			
Ação conjunta		Ação conjunta		Corredor Lateral		Neoclássico			
Não se aplica	X	Não se aplica		Outro		Art Nouveau			
10.3 Cobertura		10.4 Coroamento		10.5 Beiral					
Capa-Canal	X	Fibra		Frontão		Simples		Cachorrado	
Francesa		Laje		Platibanda	X	Cimalha		Cachorro Aferente	
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira		Beira Seveira		Laje em beiral	
Romana		Fibrocimento		Cornija		Cornija		Não Possui X	
Plástico		Outro		Não Possui		Lambreuim		Outro	
10.6 Cumeeira		10.7 Vedação		10.8 Revestimento		10.9 Cor da Fachada			
Perpendicular à rua		Pau a pique		Pedra		Madeira		Branco e azul	
Paralela à rua	X	Alvenaria	X	Cerâmica		Argamassa		X	
Outro		Madeira		Porcelanato		Não Possui		Simples X	
Nº de águas	2	Outro		Pastilha		Outro		Composta	
11. ESQUADRIAS		11.1 Material				11.2 Tipo			
Porta	X	Madeira	X	Pvc		Fixo		Basculhante	
Janela	X	Alumínio		Vidro	X	De Correr		Guilhotina	
Gradil	X	Ferro	X	Outro		Abrir/ Giro		X Outro	

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)

12.1 Preservação	12.2 Conservação
Integro	Bom
Pouco Alterado	Precário
Muito Alterado	Em Arruinamento
Descaracterizado	X Arruinado
Demolido	Não se aplica

13. ESTRUTURA

Não foi possível observar.

14. BREVE HISTÓRICO

Não foi possível saber , apenas que configura-se como uma edificação residencial desde sua construção. A primeira imagem de registro onde aparece nitidamente é da década de 40.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

A edificação passou por diversas alterações comparando com registros da década de 40, anterior a isso era possivelmente uma residência da época colonial, sem ornatos e beiral simples como a vizinha na imagem 1. Na década de 40 possuía uma platibanda com frontão cimbrado, cornijas e cimalha compondo o coroamento. Nos anos 2000, já não apresentava mais os mesmos ornamentos, restando apenas o ritmo dos vãos originais. Houveram também diversas mudanças na cromia da edificação, onde atualmente mantém as cores azul e branco em sua fachada, que agora carrega apenas uma platibanda simples, com 3 relevos, dois semelhantes nas laterais e um redondo ao centro e os pequenos óculos (quatro unidades) que imitam o tipo de porão alto, apesar de a casa ser apenas elevada ao nível da rua.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO**17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO**

Esta edificação apresenta grande descaracterização. Recomenda-se a proteção e o acompanhamento por órgãos municipais competentes. Indicam-se também manutenções periódicas, restauração dos elementos ornamentais e utilização de materiais adequados e compatíveis com os originais, visando assegurar a conservação, a integridade formal e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -14

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO										
Edificação número 14, Antiga Casa Comercial do Sr. Zé Porcino, atual Lojas VIVO										
1.1 Época/ Data da construção										
Século XX										
1.2 Época/ Data da Fachada Existente										
Século XX, anos 2000 (Suposição feita por meio de registros fotográficos)										
2. LOCALIZAÇÃO										
Praça Barão do Rio Branco, Rua Joaquim Calazans, nº 93, Bairro Centro Município/ Estado: Estância, Sergipe										
2.2 Geolocalização		2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO		5. VALOR		
Latitude	11°26'93.6"S	Plano		Público		Original	Comercial	Histórico	X	
Longitude	37°43'82.5"W	Aclive		Privado	X	Atual	Comercial	Simbólico		
Altitude (m)	53	Declive	X	Misto		Ocupado	Sim X Não	Outro		
2.4 Mapa				6. TIPOLOGIA			7. CONTEXTO			
				Religioso				Rural		
				Civil			X	Urbano		X
				Oficial				Entorno Preservado		
				Militar				Entorno Alterado		X
8. PAVIMENTOS										
Acima da rua nº				0		Sótão		0		
Abaixo da rua nº				0		Porão		0		
Obs:										
9. GRAU DE PROTEÇÃO				10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA						
9.1 Proteção Existente		9.2 Proteção Proposta		10.1 Tipologia			10.2 Estilo/ Época Predominante			
Mundial		Mundial		Casa térrea	X	Colonial				
Federal		Federal		Sobrado		Neo-Colonial				
Estadual		Estadual		Porão alto		Eclético				
Municipal		Municipal	X	Sobrado c/Porão alto		Art decó	X			
Ação conjunta		Ação conjunta		Corredor Lateral		Neoclássico				
Não se aplica	X	Não se aplica		Outro		Art Nouveau				
10.3 Cobertura			10.4 Coroamento			10.5 Beiral				
Capa-Canal	X	Fibra		Frontão		Simples		Cachorrado		
Francesa		Laje		Platibanda	X	Cimalha		Cachorro Aferente		
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira		Beira Seveira		Laje em beiral		
Romana		Fibrocimento		Cornija		Cornija		Não Possui	X	
Plástico		Outro		Não Possui		Lambreuim		Outro		
10.6 Cumeeira		10.7 Vedação		10.8 Revestimento			10.9 Cor da Fachada			
Perpendicular à rua	X	Pau a pique		Pedra		Madeira		Cinza texturizado		
Paralela à rua	X	Alvenaria	X	Cerâmica		Argamassa	X	10.10 Volumetria		
Outro		Madeira		Porcelanato		Não Possui		Simples	X	
Nº de águas	3	Outro		Pastilha		Outro		Composta		
11. ESQUADRIAS		11.1 Material				11.2 Tipo				
Porta	X	Madeira		Pvc		Fixo	X	Basculhante		
Janela	X	Alumínio	X	Vidro	X	De Correr		Guilhotina		
Gradil		Ferro		Outro		Abrir/ Giro	X	Outro	X	

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)

12.1 Preservação	12.2 Conservação
Integro	Bom
Pouco Alterado	Precário X
Muito Alterado X	Em Arruinamento
Descaracterizado	Arruinado
Demolido	Não se aplica

13. ESTRUTURA

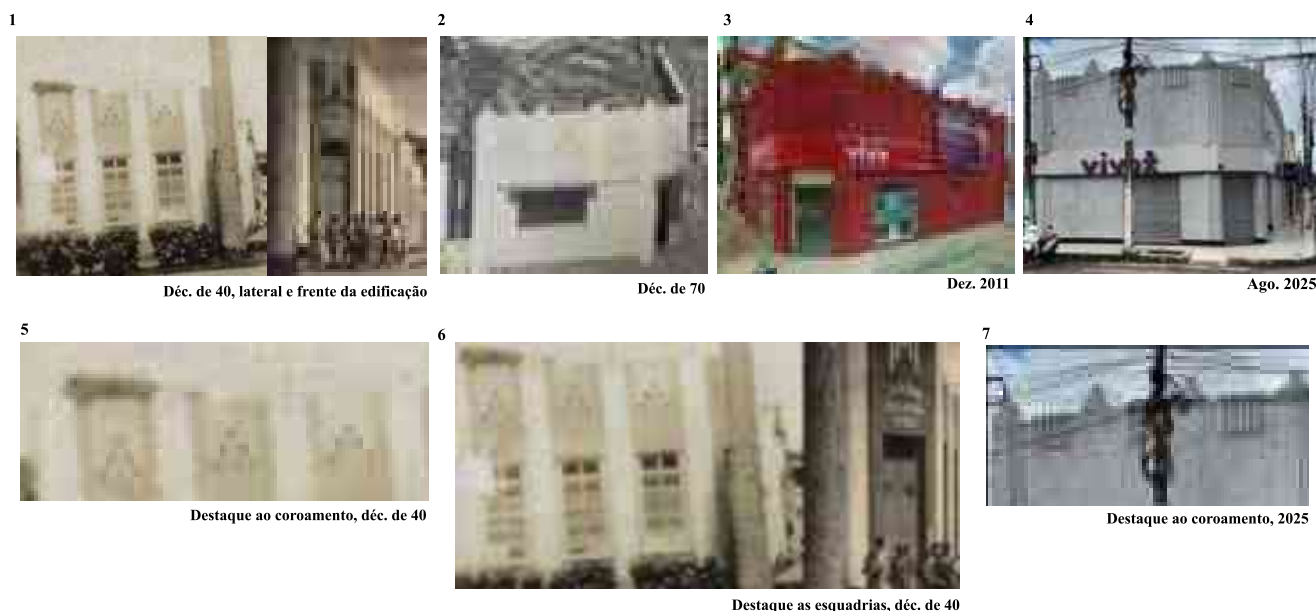
Não foi possível observar.

14. BREVE HISTÓRICO

Nesta edificação desde 1902, funcionava a casa comercial do senhor Zé Porcino, avô de Dona Raimunda Soares (ex-vereadora da cidade de Estância). Anos depois o prédio abrigou a agência do Banese. Porém no início dos anos 2000 (sem data) virou a sede da loja VIVO que permanece até os dias atuais em funcionamento.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

Está edificação passou por diversas alterações em sua fachada, iniciando a análise pelos anos 40, é possível ver na imagem 1 que já possuía uma platibanda que cerca todo o fronte da edificação, com ornatos acima de cada janela (total de 8 dos dois lados) que remetiam a bandeiras de São João, acima da porta de acesso isso se repetia. Já na década de 70 não haviam mais as três janelas verticais, apenas uma grande virada para o jardim Monsenhor Victorino, com gradil e um pequeno beiral acima, assim como na porta principal, do lado à rua capitão Salomão não foi possível visualizar se havia esta repetição. Posteriormente, nos anos 2000, houve uma mudança brusca nos tons da fachada que passam a ser vermelhos por conta da loja da VIVO que abrigava no local, houve também a mudança nos ornatos da platibanda que já não remetiam mais às bandeiras de São João, agora apenas linhas em relevo de mesmo tamanho e as esquadrias antigas deram lugar a novas em vidro e metal. A vivo permanece no local, apenas com nova cor de fachada (cinza texturizado).

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO**17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO**

Esta edificação apresenta grandes alterações. Recomenda-se a proteção e o acompanhamento por órgãos municipais competentes. Indica-se também manutenções periódicas, restauração dos elementos ornamentais e utilização de materiais adequados e compatíveis com os originais, visando assegurar a conservação, a integridade formal e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

DATA

12 de Fevereiro de 2025

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -15

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO												
Edificação número 15, Casa do Monsenhor Victorino Correa Fontes												
1.1 Época/ Data da construção												
Século XIX												
1.2 Época/ Data da Fachada Existente												
Século XIX, anterior à 1862 (registro textual)												
2. LOCALIZAÇÃO												
Praça Barão do Rio Branco, Rua Joaquim Calazans, nº 15, Bairro Centro Município/ Estado: Estância, Sergipe												
2.2 Geolocalização		2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO		5. VALOR				
Latitude	11°26'95.3"S	Plano		Público		Original	Residencial	Histórico	X			
Longitude	37°43'78.3"W	Aclive		Privado	X	Atual	Residencial	Simbólico				
Altitude (m)	53	Declive	X	Misto		Ocupado	Sim X Não	Outro				
2.4 Mapa				6. TIPOLOGIA			7. CONTEXTO					
				Religioso			Rural					
				Civil			X Urbano			X		
				Oficial			Entorno Preservado					
				Militar			Entorno Alterado			X		
8. PAVIMENTOS												
Acima da rua nº				1		Sótão		0				
Abaixo da rua nº				0		Porão		0				
Obs:												
9. GRAU DE PROTEÇÃO				10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA								
9.1 Proteção Existente		9.2 Proteção Proposta		10.1 Tipologia		10.2 Estilo/ Época Predominante						
Mundial		Mundial		Casa térrea		Colonial						
Federal		Federal		Sobrado	X	Neo-Colonial						
Estadual		Estadual		Porão alto		Eclético						
Municipal		Municipal	X	Sobrado c/Porão alto		Art decó						
Ação conjunta		Ação conjunta		Corredor Lateral		Neoclássico						
Não se aplica	X	Não se aplica		Outro		Art Nouveau						
10.3 Cobertura		10.4 Coroamento		10.5 Beiral								
Capa-Canal	X	Fibra		Frontão	X	Simples	X	Cachorrado				
Francesa		Laje		Platibanda		Cimalha	X	Cachorro Aferente				
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira		Beira Seveira		Laje em beiral				
Romana		Fibrocimento		Cornija	X	Cornija	X	Não Possui				
Plástico		Outro		Não Possui		Lambreuim		Outro				
10.6 Cumeeira		10.7 Vedação		10.8 Revestimento		10.9 Cor da Fachada						
Perpendicular à rua	X	Pau a pique		Pedra		Madeira		Verde claro, branco e creme				
Paralela à rua	X	Alvenaria	X	Cerâmica	X	Argamassa	X	10.10 Volumetria				
Outro		Madeira		Porcelanato		Não Possui		Simples				
Nº de águas	11	Outro		Pastilha		Outro		Composta				
11. ESQUADRIAS		11.1 Material				11.2 Tipo						
Porta	X	Madeira	X	Pvc		Fixo		Basculhante				
Janela	X	Alumínio		Vidro	X	De Correr		Guilhotina				
Gradil	X	Ferro	X	Outro		Abrir/ Giro	X	Outro				

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)**13. ESTRUTURA**

12.1 Preservação		12.2 Conservação	
Integro	X	Bom	X
Pouco Alterado		Precário	
Muito Alterado		Em Arruinamento	
Descaracterizado		Arruinado	
Demolido		Não se aplica	

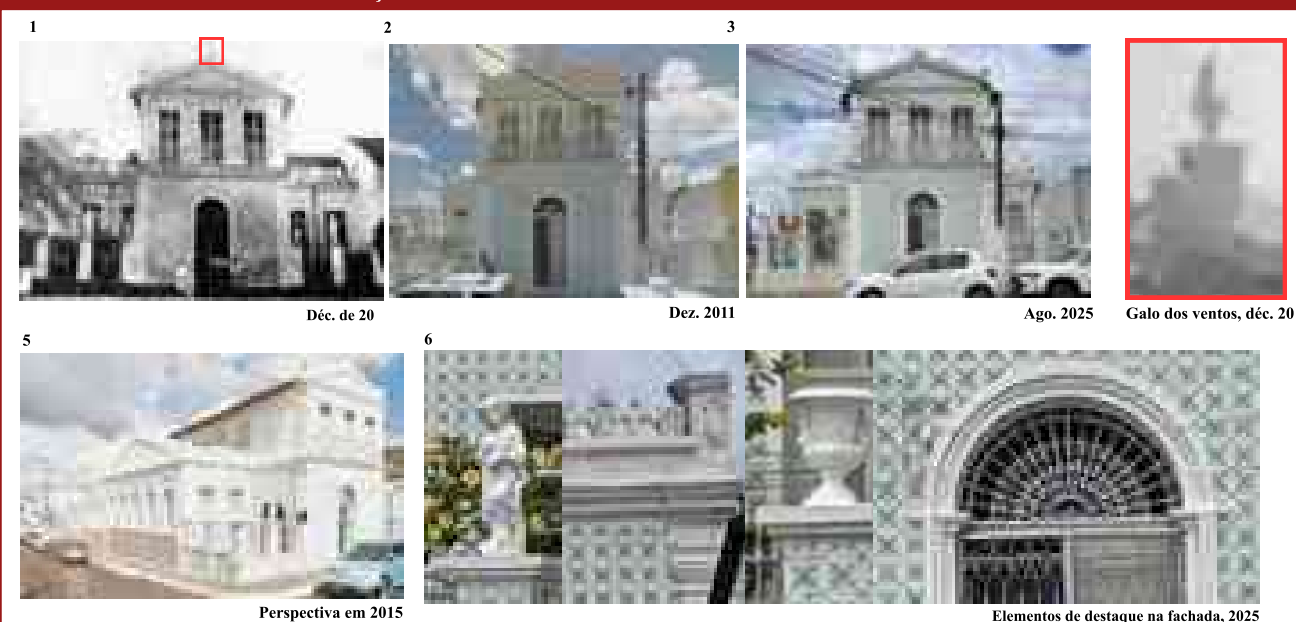
Não foi possível observar.

14. BREVE HISTÓRICO

Casa onde residiu o monsenhor Victorino Corrêa Fontes (1862–1935) durante os seus 41 anos de vicariato na cidade. O monsenhor foi grande personalidade pública de Estância dos fins do século XIX e das três primeiras décadas do século XX. Foi incentivador e colaborador de grupos musicais e da imprensa local. Na cidade, organizou várias irmandades religiosas como, por exemplo, o Apostolado da Oração e a Pia União das Filhas de Maria; realizou reformas na Igreja da Matriz do Amparo; foi um dos fundadores e diretor do Asilo Santo Antônio; implantou um colégio de freiras, além de criar o teatro que posteriormente se tornaria o Cine-Teatro São João.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

A casa possui uma fachada central com duas reentrâncias nas laterais esquerda e direita, arrematada nos cantos por pilastras, com portas de madeira, gradil e bandeiras de ferro forjado em arco pleno, dando acesso ao hall de entrada. Essa parte da fachada está contígua, em cada lado, a um jardim, cercado por grades de ferro forjado, separadas por pedestais que ostentam, alternadamente, vasos e estátuas em alvenaria, representando as estações do ano. No lado direito da fachada do pavimento térreo, existe uma janela de vergas retas, com vidraças abertas para o pátio. No lado esquerdo, duas janelas também de vergas retas e envidraçadas. Toda a parte térrea da casa é arrematada por uma cornija. Na parte central da residência, existe um pavimento superior onde, acima da cornija, erguem-se três portas de madeira que, como o restante das esquadrias, possuem vergas retas e ombreiras de alvenaria. Em cada uma das portas, há sacadas com gradil de ferro forjado. Esse pavimento é ladeado por pilastras e recebe um frontispício triangular com acrotérios e arremate ornamental. O mesmo arremate e os acrotérios enfeitam o telhado da fachada térrea. Na lateral, que dá para a Rua Jorge Amado, o prédio possui oito janelas, sendo que, acima, veem-se óculos.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO**17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO**

Esta edificação apresenta integridade total e boa conservação. Recomenda-se a proteção e o acompanhamento por órgãos municipais competentes. Indicam-se também manutenções periódicas, restauração dos elementos ornamentais e utilização de materiais adequados e compatíveis com os originais, visando assegurar a conservação, a integridade formal e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

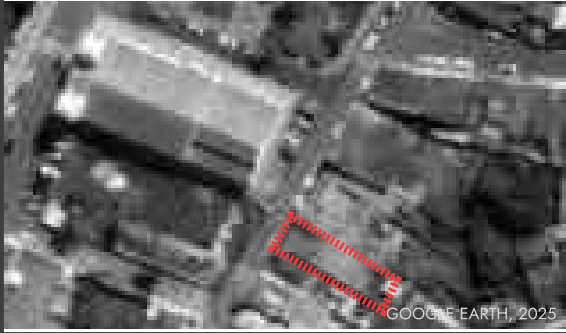
DATA

12 de Fevereiro de 2025

INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -16

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO									
Edificação número 16									
1.1 Época/ Data da construção									
Século XIX									
1.2 Época/ Data da Fachada Existente									
Entre os anos 60/ início dos 70 (Suposição feita por meio de imagens)									
2. LOCALIZAÇÃO									
Praça Barão do Rio Branco, Rua Miranga, nº 174/170, Bairro Centro Município/ Estado: Estância, Sergipe									
2.2 Geolocalização		2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO		5. VALOR	
Latitude	11°26'94.0"S	Plano		Público		Original	Residencial	Histórico	X
Longitude	37°43'74.8"W	Aclive		Privado	X	Atual	Residencial	Simbólico	
Altitude (m)	53	Declive	X	Misto		Ocupado	Sim X Não	Outro	
2.4 Mapa				6. TIPOLOGIA			7. CONTEXTO		
				Religioso			Rural		
				Civil			X Urbano		
				Oficial			Entorno Preservado		
				Militar			Entorno Alterado X		
8. PAVIMENTOS									
Acima da rua nº		0		Sótão		-			
Abaixo da rua nº		0		Porão		-			
Obs:									
9. GRAU DE PROTEÇÃO				10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA					
9.1 Proteção Existente		9.2 Proteção Proposta		10.1 Tipologia		10.2 Estilo/ Época Predominante			
Mundial		Mundial		Casa térrea	X	Colonial			
Federal		Federal		Sobrado		Neo-Colonial			
Estadual		Estadual		Porão alto		Eclético			
Municipal		Municipal	X	Sobrado c/Porão alto		Art decó X			
Ação conjunta		Ação conjunta		Corredor Lateral		Neoclássico			
Não se aplica	X	Não se aplica		Outro		Art Nouveau			
10.3 Cobertura		10.4 Coroamento		10.5 Beiral					
Capa-Canal	X	Fibra		Frontão		Simples		Cachorrado	
Francesa		Laje		Platibanda	X	Cimalha		Cachorro Aferente	
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira		Beira Seveira		Laje em beiral	
Romana		Fibrocimento		Cornija		Cornija		Não Possui X	
Plástico		Outro		Não Possui		Lambreuim		Outro	
10.6 Cumeeira		10.7 Vedação		10.8 Revestimento		10.9 Cor da Fachada			
Perpendicular à rua		Pau a pique		Pedra		Madeira		Cinza e Branco	
Paralela à rua	X	Alvenaria	X	Cerâmica		Argamassa X		10.10 Volumetria	
Outro		Madeira		Porcelanato		Não Possui		Simples X	
Nº de águas	2	Outro		Pastilha		Outro		Composta	
11. ESQUADRIAS		11.1 Material				11.2 Tipo			
Porta	X	Madeira	X	Pvc		Fixo		Basculhante	
Janela	X	Alumínio		Vidro		De Correr		Guilhotina	
Gradil		Ferro		Outro		Abrir/ Giro X		Outro	

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)**13. ESTRUTURA**

12.1 Preservação		12.2 Conservação	
Íntegro		Bom	
Pouco Alterado		Precário	
Muito Alterado		Em Arruinamento	
Descaracterizado	X	Arruinado	
Demolido		Não se aplica	X

Não foi possível informar

14. BREVE HISTÓRICO

Não foi possível saber o histórico desta edificação, apenas sabe-se que até meados do século XIX era do tipo meia morada ainda remetendo às construções coloniais, entretanto após a década de 40 houveram modificações bruscas de fachada e expansão da residência, tornando à duas em uma. Desde registros de 2011 ela segue tendo os dois acessos sempre pintados da mesma forma, já que são de um mesmo dono, porém alugadas para moradia para duas pessoas diferentes.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

Analizando as imagens abaixo, nota-se que a fachada já não preserva mais o estilo da época colonial e que passou por uma reforma total da fachada após a década de 40 e anterior à década de 70. Reforma esta, que descaracterizou totalmente a edificação, houve também a adição de contadores de água e energia após o ano de 2011. Foi possível visualizar estas mudanças pelo Google Maps e imagens do acervo do IPHAN. Atualmente, têm-se a presença de uma fachada com influências do art déco sertanejo, é possível visualizar também que as esquadrias são diferentes, como se a residência tivesse sido adquirida como duas e hoje configuram uma, um lado com duas janelas e uma porta de madeira com almofadas quadradas e o outro trecho com apenas uma porta e janela de madeira, estas em formato de paralelepípedos e triângulos -- até 2011 todas as janelas eram diferentes e possuíam postigos, bem como a porta do trecho à direita.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO**17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO**

Esta edificação apresenta total modificação da fachada em relação à década de 40. Após sua modernização -- anterior à década de 70 -- essas alterações são notadas apenas nas esquadrias e algumas outras causadas por intempéries devido a falta de manutenção recorrente.

Recomenda-se, minimamente a proteção e vigilância por órgãos municipais, além a realização de manutenções periódicas internas e externas. Tais ações, aliadas ao acompanhamento técnico especializado e ao uso de materiais compatíveis com os originais, são essenciais para garantir a conservação e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -17

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO													
Edificação número 17													
1.1 Época/ Data da construção													
Sem data													
1.2 Época/ Data da Fachada Existente													
Século XIX													
2. LOCALIZAÇÃO													
Praça Barão do Rio Branco, Rua Miranga, nº 178, Bairro Centro						Município/ Estado: Estância, Sergipe							
2.2 Geolocalização			2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO			5. VALOR			
Latitude	11°16'09.6"S		Plano		Público		Original	Residencial		Histórico	X		
Longitude	37°26'14.9"W		Aclive		Privado	X	Atual	Não possui		Simbólico			
Altitude (m)	53		Declive	X	Misto		Ocupado	Sim	Não	X	Outro		
2.4 Mapa					6. TIPOLOGIA				7. CONTEXTO				
					Religioso				Rural				
					Civil				X		Urbano		X
					Oficial						Entorno Preservado		
					Militar						Entorno Alterado		X
8. PAVIMENTOS													
Acima da rua nº				0		Sótão		-					
Abaixo da rua nº				0		Porão		-					
Obs:													
9. GRAU DE PROTEÇÃO					10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA								
9.1 Proteção Existente			9.2 Proteção Proposta		10.1 Tipologia			10.2 Estilo/ Época Predominante					
Mundial			Mundial		Casa térrea	X		Colonial		X			
Federal			Federal		Sobrado			Neo-Colonial					
Estadual			Estadual		Porão alto			Eclético					
Municipal			Municipal	X	Sobrado c/Porão alto			Art decó					
Ação conjunta			Ação conjunta		Corredor Lateral			Neoclássico					
Não se aplica	X		Não se aplica		Outro			Art Nouveau					
10.3 Cobertura			10.4 Coroamento			10.5 Beiral							
Capa-Canal	X	Fibra		Frontão		Simples	X		Cachorrado				
Francesa		Laje		Platibanda		Cimalha			Cachorro Aferente				
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira		Beira Seveira			Laje em beiral				
Romana		Fibrocimento		Cornija		Cornija			Não Possui				
Plástico		Outro		Não Possui	X	Lambreuim			Outro				
10.6 Cumeeira			10.7 Vedação		10.8 Revestimento			10.9 Cor da Fachada					
Perpendicular à rua		Pau a pique		Pedra		Madeira			Verde claro e branco				
Paralela à rua	X	Alvenaria	X	Cerâmica		Argamassa	X		10.10 Volumetria				
Outro		Madeira		Porcelanato		Não Possui			Simples		X		
Nº de águas	2	Outro		Pastilha		Outro			Composta				
11. ESQUADRIAS			11.1 Material						11.2 Tipo				
Porta	X	Madeira	X	Pvc		Fixo	X		Basculhante				
Janela	X	Alumínio		Vidro		De Correr			Guilhotina				
Gradil	X	Ferro	X	Outro		Abrir/ Giro	X		Outro				

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)

12.1 Preservação		12.2 Conservação	
Integro		Bom	
Pouco Alterado	X	Precário	
Muito Alterado		Em Arruinamento	X
Descaracterizado		Arruinado	
Demolido		Não se aplica	

13. ESTRUTURA

Por meio da análise de imagens atuais foi possível verificar que a estrutura é composta por alvenaria em tijolos de barro maciço e pilares em madeira.

14. BREVE HISTÓRICO

Não foi possível saber o histórica desta edificação, apenas sabe-se que era uma residência e que a alguns anos (quase uma década) está em tentativa de venda, mas até o momento segue desocupada e em processo de deterioração.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

Percebe-se pelas imagens abaixo que a fachada preserva o estilo da época colonial e que sofreu poucas alterações, como a adição de um contador de energia e modificação da porta frontal, que anteriormente era uma porta holandesa (bipartida) e atualmente é no modelo de 2 folhas de abrir com postigos, ainda em madeira, as janelas permanecem as mesmas dos primeiros registros. Foi possível visualizar pelo Google Maps que essas mudanças ocorreram anteriormente ao ano de 2011 (Não foi possível encontrar imagens anteriores a esta data). Na fachada atualmente percebe-se grandes danos por conta da ação do tempo, como o desgaste da pintura, estrutura e vedação a mostra em alguns pedaços da fachada, além da umidade expressiva na base da edificação, incluindo a porta (mancha de limo escura e apodrecimento da madeira).

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO**17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO**

Mesmo não sendo protegida em nenhum âmbito, a edificação apresenta quase nenhuma alteração apenas as notadas na esquadria (porta de acesso) e algumas outras causadas por intempéries devido a falta de manutenção recorrente.

Recomenda-se, minimamente a proteção e vigilância por órgãos municipais, além a realização de manutenções periódicas internas e externas. Tais ações, aliadas ao acompanhamento técnico especializado e ao uso de materiais compatíveis com os originais, são essenciais para garantir a conservação e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -18

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO													
Edificação número 18, atual Pizzaria do Fabiano													
1.1 Época/ Data da construção													
Sem data													
1.2 Época/ Data da Fachada Existente													
Anterior à década de 40 (Suposição feita por meio de registros fotográficos)													
2. LOCALIZAÇÃO													
Praça Barão do Rio Branco, Rua Miranga, nº 184, Bairro Centro						Município/ Estado: Estância, Sergipe							
2.2 Geolocalização			2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO			5. VALOR			
Latitude	11°16'09.22"S		Plano		Público		Original	Residencial		Histórico	X		
Longitude	37°26'14.9"W		Aclive		Privado	X	Atual	Comercial		Simbólico			
Altitude (m)	53		Declive	X	Misto		Ocupado	Sim	X	Não			
2.4 Mapa					6. TIPOLOGIA				7. CONTEXTO				
					Religioso				Rural				
					Civil				X		Urbano		X
					Oficial						Entorno Preservado		
					Militar						Entorno Alterado		X
8. PAVIMENTOS													
Acima da rua nº				0		Sótão		-					
Abaixo da rua nº				0		Porão		-					
Obs:													
9. GRAU DE PROTEÇÃO						10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA							
9.1 Proteção Existente			9.2 Proteção Proposta			10.1 Tipologia			10.2 Estilo/ Época Predominante				
Mundial			Mundial			Casa térrea	X		Colonial				
Federal			Federal			Sobrado			Neo-Colonial				
Estadual			Estadual			Porão alto			Eclético				
Municipal			Municipal		X	Sobrado c/Porão alto			Art decó		X		
Ação conjunta			Ação conjunta			Corredor Lateral			Neoclássico				
Não se aplica	X		Não se aplica			Outro			Art Nouveau				
10.3 Cobertura			10.4 Coroamento			10.5 Beiral							
Capa-Canal	X		Fibra			Frontão			Simples				
Francesa			Laje			Platibanda	X		Cimalha				
Portuguesa			Metálica			Beira Seveira			Beira Seveira				
Romana			Fibrocimento			Cornija			Cornija				
Plástico			Outro			Não Possui			Lambrequim				
10.6 Cumeeira			10.7 Vedação			10.8 Revestimento			10.9 Cor da Fachada				
Perpendicular à rua			Pau a pique			Pedra			Madeira				
Paralela à rua	X		Alvenaria		X	Cerâmica			Argamassa	X			
Outro			Madeira			Porcelanato			Não Possui				
Nº de águas	2		Outro			Pastilha			Outro				
11. ESQUADRIAS			11.1 Material						11.2 Tipo				
Porta	X		Madeira	X		Pvc			Fixo				
Janela	X		Alumínio			Vidro			De Correr				
Gradil	X		Ferro	X		Outro			Abrir/ Giro	X			
									Basculhante				
									Guilhotina				
									Outro				

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)

12.1 Preservação		12.2 Conservação	
Integro		Bom	
Pouco Alterado		Precário	
Muito Alterado		Em Arruinamento	
Descaracterizado	X	Arruinado	
Demolido		Não se aplica	X

13. ESTRUTURA

Não foi possível acessar o interior

14. BREVE HISTÓRICO

Não foi possível maiores informações, entretanto foi possível notar que a edificação demonstra boa capacidade de adaptação funcional, algo comum em imóveis térreos do centro histórico de Estância, tendo a seguinte sequência de usos — residência, rádio comunitária, loja, pizzaria -- o que confirma esse potencial.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

Percebe-se pelas imagens abaixo que a fachada apresenta o estilo art déco, porém com adaptações, sendo bem conhecido como art déco sertanejo e que sofreu grandes alterações, como a modificação das esquadrias -- anteriormente com vergas em arco com a parte superior composta por pequenos vitrais e a parte inferior em veneziana, já as atuais são janelas em venezianas de duas folhas de abrir com postigos na parte superior e a porta holandesa (bipartida). Foi possível ver pelo Google Maps que essas mudanças ocorreram anteriormente ao ano de 2011 (Não foi possível encontrar imagens anteriores a esta data). Na fachada atualmente percebe-se grande descaracterização por conta de um grande letreiro que foi adicionado, o que acaba encobrindo boa parte da fachada impedindo uma leitura visual completa.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO**17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO**

Esta edificação apresenta total modificação da fachada em relação á década de 40. Após sua modernização essas alterações são notadas apenas nas esquadrias e algumas outras causadas por intempéries devido a falta de manutenção recorrente.

Recomenda-se, minimamente a proteção e vigilância por órgãos municipais, além a realização de manutenções periódicas internas e externas. Tais ações, aliadas ao acompanhamento técnico especializado e ao uso de materiais compatíveis com os originais, são essenciais para garantir a conservação e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

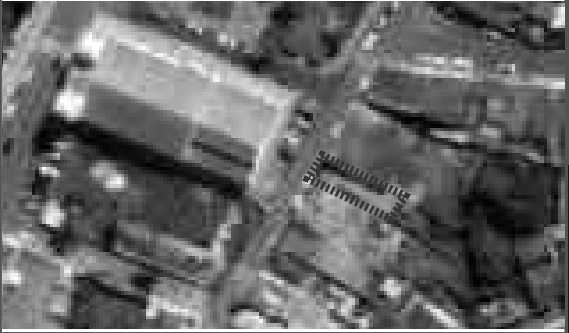
DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -19

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO									
Edificação número 19, antiga Casa de Artigos Religiosos Evangelize									
1.1 Época/ Data da construção									
Sem data									
1.2 Época/ Data da Fachada Existente									
Anterior à década de 50 (Suposição feita por meio de registros fotográficos)									
2. LOCALIZAÇÃO									
Praça Barão do Rio Branco, Rua Miranga, nº 190, Bairro Centro					Município/ Estado: Estância, Sergipe				
2.2 Geolocalização		2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO		5. VALOR	
Latitude	11°16'09.22"S	Plano		Público		Original	Misto	Histórico	X
Longitude	37°26'14.89"O	Aclive		Privado	X	Atual	Residencial	Simbólico	X
Altitude (m)	53	Declive	X	Misto		Ocupado	Sim X Não	Outro	
2.4 Mapa				6. TIPOLOGIA			7. CONTEXTO		
				Religioso			Rural		
				Civil			X Urbano		
				Oficial			Entorno Preservado		
				Militar			Entorno Alterado X		
8. PAVIMENTOS									
Acima da rua nº		0		Sótão		-			
Abaixo da rua nº		0		Porão		-			
Obs:									
9. GRAU DE PROTEÇÃO				10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA					
9.1 Proteção Existente		9.2 Proteção Proposta		10.1 Tipologia			10.2 Estilo/ Época Predominante		
Mundial		Mundial		Casa térrea	X		Colonial		
Federal		Federal		Sobrado			Neo-Colonial		
Estadual		Estadual	X	Porão alto			Eclético X		
Municipal		Municipal	X	Sobrado c/Porão alto			Art déco		
Ação conjunta		Ação conjunta		Corredor Lateral			Neoclássico X		
Não se aplica	X	Não se aplica		Outro			Art Nouveau		
10.3 Cobertura			10.4 Coroamento		10.5 Beiral				
Capa-Canal	X	Fibra		Frontão		Simples		Cachorrado	
Francesa		Laje		Platibanda	X	Cimalha		Cachorro Aferente	
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira		Beira Seveira		Laje em beiral	
Romana		Fibrocimento		Cornija		Cornija		X	Não Possui
Plástico		Outro		Não Possui		Lambreuim		Outro	
10.6 Cumeeira		10.7 Vedação		10.8 Revestimento			10.9 Cor da Fachada		
Perpendicular à rua		Pau a pique		Pedra		Madeira		Azul Claro	
Paralela à rua	X	Alvenaria	X	Cerâmica		Argamassa	X	10.10 Volumetria	
Outro		Madeira		Porcelanato		Não Possui		Simples X	
Nº de águas	2	Outro		Pastilha		Outro		Composta	
11. ESQUADRIAS		11.1 Material				11.2 Tipo			
Porta	X	Madeira	X	Pvc	X	Fixo	X	Basculhante	
Janela	X	Alumínio		Vidro		De Correr		Guilhotina X	
Gradil	X	Ferro	X	Outro		Abrir/ Giro		Outro	

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)**13. ESTRUTURA**

12.1 Preservação		12.2 Conservação	
Íntegro		Bom	
Pouco Alterado	X	Precário	X
Muito Alterado		Em Arruinamento	
Descaracterizado		Arruinado	
Demolido		Não se aplica	

Não foi possível acessar o interior

14. BREVE HISTÓRICO

Não foi possível maiores informações, apenas relatos de moradores da cidade de que foi uma loja onde se vendiam artigos religiosos, por isso o nome Casa de artigos religiosos Evangelize. Hoje em dia é usada apenas como residência.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

Percebe-se pelas imagens abaixo que a fachada sofreu poucas alterações, como a modificação dos vidros da folha de baixo das janelas (*As folhas externas são do tipo guilhotina com uma folha interna de madeira que se abre por giro*) e a adição de um gradil na porta da frente após o ano de 2009. Foi possível ver por registros temporais do Google Maps que essas mudanças ocorreram após o ano de 2015 (Anteriormente ainda se encontrava como na década de 40). Na platibanda e cornija nota-se sinais de umidade e desagregação da pintura por toda a fachada, patologias comuns em edificações antigas.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO**17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO**

Mesmo não sendo protegida em nenhum âmbito a edificação apresenta poucas alterações na fachada, apenas as notadas nas esquadrias e algumas outras causadas por intempéries devido a falta de manutenção recorrente.

Recomenda-se, minimamente a proteção e vigilância por órgãos municipais, além a realização de manutenções periódicas internas e externas. Tais ações, aliadas ao acompanhamento técnico especializado e ao uso de materiais compatíveis com os originais, são essenciais para garantir a conservação e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

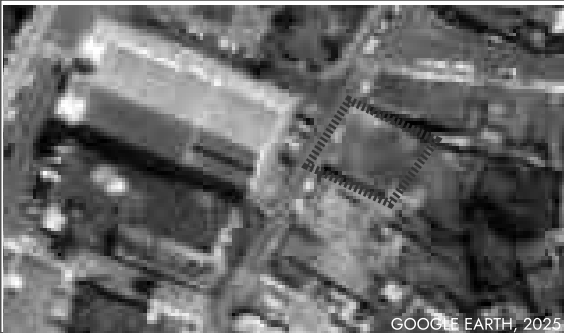
DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -20

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO											
Edificação número 20, Sobrado Colonial nº35, Pacheco D'Ávila											
1.1 Época/ Data da construção											
Primeiro quartel do século XIX, fonte: IPHAN											
1.2 Época/ Data da Fachada Existente											
Primeiro quartel do século XIX											
2. LOCALIZAÇÃO											
Praça Barão do Rio Branco, Rua Miranga, nº 200, Bairro Centro						Município/ Estado: Estância, Sergipe					
2.2 Geolocalização			2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO			5. VALOR	
Latitude	11°16'8.99"S		Plano		Público		Original	Uso Misto		Histórico	X
Longitude	37°26'14.75"O		Aclive		Privado		Atual	Uso Misto		Simbólico	X
Altitude (m)	53		Declive	X	Misto	X	Ocupado	Sim X	Não	Outro	
2.4 Mapa				6. TIPOLOGIA				7. CONTEXTO			
				Religioso				Rural			
				Civil				Urbano X			
				Oficial				Entorno Preservado			
				Militar				Entorno Alterado X			
8. PAVIMENTOS											
Acima da rua nº				1		Sótão		-			
Abaixo da rua nº				0		Porão		-			
Obs: Parte da edificação se localiza abaixo da rua mas por declive											
9. GRAU DE PROTEÇÃO						10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA					
9.1 Proteção Existente			9.2 Proteção Proposta			10.1 Tipologia			10.2 Estilo/ Época Predominante		
Mundial			Mundial			Casa térrea		Colonial	X		
Federal	X		Federal			Sobrado	X	Neo-Colonial			
Estadual			Estadual			Porão alto		Eclético			
Municipal			Municipal			Sobrado c/Porão alto		Art decó			
Ação conjunta			Ação conjunta			Corredor Lateral		Neoclássico			
Não se aplica			Não se aplica	X		Outro		Art Nouveau			
10.3 Cobertura			10.4 Coroamento			10.5 Beiral					
Capa-Canal	X	Fibra		Frontão		Simples		Cachorrado	X		
Francesa		Laje		Platibanda		Cimalha	X	Cachorro Aferente			
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira		Beira Seveira		Laje em beiral			
Romana		Fibrocimento		Cornija		Cornija		Não Possui			
Plástico		Outro		Não Possui	X	Lambreuim	X	Outro			
10.6 Cumeeira			10.7 Vedação			10.8 Revestimento			10.9 Cor da Fachada		
Perpendicular à rua		Pau a pique	X	Pedra		Madeira		Branca			
Paralela à rua	X	Alvenaria		Cerâmica		Argamassa	X	10.10 Volumetria			
Outro		Madeira		Porcelanato		Não Possui		Simples	X		
Nº de águas	4	Outro		Pastilha		Outro		Composta			
11. ESQUADRIAS			11.1 Material			11.2 Tipo					
Porta	X	Madeira	X	Pvc		Fixo		Basculhante			
Janela	X	Alumínio		Vidro	X	De Correr		Guilhotina			
Gradil		Ferro		Outro		Abrir/ Giro	X	Outro			

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)

12.1 Preservação		12.2 Conservação	
Integro		Bom	
Pouco Alterado	X	Precário	X
Muito Alterado		Em Arruinamento	
Descaracterizado		Arruinado	
Demolido		Não se aplica	

13. ESTRUTURA

Foi possível visualizar por meio de algumas fissuras áreas sem reboco que a estrutura da edificação é em madeira, provavelmente as originais da construção, porém em algumas áreas como ao fundo da residência existe uma parte sob vigas e pilares de concreto (avanço de piso).

Fonte: Silva, 2010.

14. BREVE HISTÓRICO

O sobrado foi residência da família Pacheco D'Ávila, onde funcionava no térreo por alguns anos o colégio de D. Josefina Pacheco e posteriormente o educandário D. Pedro II. Acredita-se que este sobrado tenha servido ao clube republicano e também servido de hospedagem ao General Labatut (1778-1849), em sua passagem por Sergipe no final de 1822.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

A edificação possui estrutura de madeira. Apresenta no térreo, quatro portas e três janelas alternadas de vergas curvas e ombreiras em madeira na cor verde, todas com uma esquadria de vidro à frente, exceto a segunda porta (da esquerda para a direita). No segundo Pavimento, sete janelas com balcões em balaústre vazados em madeira. nas fachadas laterais (superior) também existem janelas iguais às da fachada principal. Hoje em dia funcionam alguns estabelecimentos no térreo e superior, além de residência (Rádio Mar Azul, Advocacia WB e a Dorcas Confeccção). É possível notar pelas imagens algumas alterações feitas ao longo dos anos, como o recobrimento dos pilares de madeira das laterais da edificação por argamassa, a adição de vidros à algumas esquadrias do térreo exceto uma delas (porta bipartida). Também houve a instalação de telas de proteção às janelas superiores, ambas em estado de degradação, bem como os beirais que estão infestados de maribomdos, o que tem causado grandes danos ao madeiramento.

16. IMAGENS**17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO**

Mesmo sendo tombada em âmbito federal, a edificação apresenta alterações na fachada, como esquadrias de vidro e letreiros comerciais, que prejudicam sua integridade, além do acometimento do madeiramento por conta de infestações de insetos. Recomenda-se, portanto, o uso de placas ou totens menores para identificação dos comércios, a adequação das esquadrias a modelos compatíveis com o caráter histórico e a realização de dedetizações e manutenções periódicas internas e externas. Tais ações, aliadas ao acompanhamento técnico especializado e ao uso de materiais compatíveis com os originais, são essenciais para garantir a conservação e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -21

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO														
Edificação número 21, antiga Farmácia São Pedro														
1.1 Época/ Data da construção														
Século XIX														
1.2 Época/ Data da Fachada Existente														
Século XIX														
2. LOCALIZAÇÃO														
Praça Barão do Rio Branco, Rua Miranga, nº 214, Bairro Centro						Município/ Estado: Estância, Sergipe								
2.2 Geolocalização			2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO			5. VALOR				
Latitude	11°26'95.6"S		Plano		Público		Original	Residencial		Histórico	X			
Longitude	37°43'72.5"W		Aclive		Privado	X	Atual	Comercial		Simbólico				
Altitude (m)	53		Declive	X	Misto		Ocupado	Sim	X	Não				
2.4 Mapa						6. TIPOLOGIA			7. CONTEXTO					
						Religioso					Rural			
						Civil			X		Urbano		X	
						Oficial					Entorno Preservado			
						Militar					Entorno Alterado		X	
8. PAVIMENTOS														
Acima da rua nº			1		Sótão			1						
Abaixo da rua nº			0		Porão			1						
Obs: Casa de porão alto (óculos ainda existentes)														
9. GRAU DE PROTEÇÃO						10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA								
9.1 Proteção Existente			9.2 Proteção Proposta			10.1 Tipologia			10.2 Estilo/ Época Predominante					
Mundial			Mundial			Casa térrea			Colonial	X				
Federal			Federal			Sobrado			Neo-Colonial					
Estadual			Estadual			Porão alto		X	Eclético					
Municipal			Municipal		X	Sobrado c/Porão alto			Art decó					
Ação conjunta			Ação conjunta			Corredor Lateral			Neoclássico					
Não se aplica	X		Não se aplica			Outro			Art Nouveau					
10.3 Cobertura			10.4 Coroamento			10.5 Beiral								
Capa-Canal	X		Fibra			Frontão	X		Simples		Cachorrado			
Francesa			Laje			Platibanda			Cimalha		Cachorro Aferente			
Portuguesa			Metálica			Beira Seveira			Beira Seveira		Laje em beiral			
Romana			Fibrocimento			Cornija	X		Cornija	X	Não Possui			
Plástico			Outro			Não Possui			Lambreuim		Outro			
10.6 Cumeeira			10.7 Vedação			10.8 Revestimento			10.9 Cor da Fachada					
Perpendicular à rua	X		Pau a pique			Pedra		Madeira		Verde, Branco, Amarelo, Azul e cinza				
Paralela à rua	X		Alvenaria		X	Cerâmica		Argamassa	X	10.10 Volumetria				
Outro			Madeira			Porcelanato		Não Possui		Simples	X			
Nº de águas	2		Outro			Pastilha		Outro		Composta				
11. ESQUADRIAS			11.1 Material			11.2 Tipo								
Porta	X		Madeira	X		Pvc		Fixo		Basculhante				
Janela	X		Alumínio			Vidro	X	De Correr		Guilhotina	X			
Gradil			Ferro			Outro		Abrir/ Giro	X	Outro				

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)

12.1 Preservação		12.2 Conservação	
Integro		Bom	X
Pouco Alterado		Precário	
Muito Alterado	X	Em Arruinamento	
Descaracterizado		Arruinado	
Demolido		Não se aplica	

13. ESTRUTURA

Por meio da análise de imagens atuais foi possível verificar que a estrutura é composta por alvenaria em tijolos de barro maciço e pilares em madeira.

14. BREVE HISTÓRICO

Construída no século XIX por Victor Modesto de Araújo, a casa pertenceu à família Dortas, provavelmente havia comércio na parte frontal da edificação pouco tempo após a sua construção como era de costume nesse tipo de casa. Sabe-se que funcionou ai por muitos anos a farmácia São Pedro, nome por qual o prédio ainda é reconhecido pelos mais antigos moradores. Desde então o prédio vem sendo sede de comércios diversos, atualmente funcionam 2 consórcios, pizzaria picuí (lateral) e acarajé da Jane (aos fundos).

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

É possível afirmar que a casa preserva o estilo da época colonial. Esta sofreu poucas alterações, como a obstrução das janelas do sótão na fachada lateral -- não foi possível encontrar imagens com este ainda aberto para saber quando foi feita essa mudança, na década de 70 já eram dessa forma --. Na fachada sentido à praça desde 2015 nota-se grande descaracterização por conta do uso excessivo de comunicação visual, onde os anúncios dos comércios acabam por cobrir praticamente toda essa fachada. Já na fachada Lateral a maior parte dela encontrasse muito semelhante ao original, apenas houve a mudança de cores e a inserção de uma pequena placa da pizzaria Picuí e do Acarajé da Jane. No quesito esquadrias apesar de algumas estarem encobertas pelos banners ainda permanecem inalteradas, na fachada frontal duas portas com folha dupla de abrir e duas janelas em guilhotina com folha interna de abrir, na lateral possui duas portas com folha dupla de abrir seguidas por sete janelas do mesmo modelo das frontais, uma delas -- ao lado da primeira porta-- esta encoberta por um dos anúncios (todas de madeira) e abaixo das janelas existe um porão com 4 óculos.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO**17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO**

A edificação apresenta grande descaracterização, mesmo tendo poucas alterações na fachada, apenas as notadas nas esquadrias e algumas outras causadas por intempéries devido o uso abusivo de letreiros comerciais.

Recomenda-se, minimamente a proteção e vigilância por órgãos municipais, além a realização de manutenções periódicas internas e externas. Tais ações, aliadas ao acompanhamento técnico especializado e ao uso de materiais compatíveis com os originais, são essenciais para garantir a conservação e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

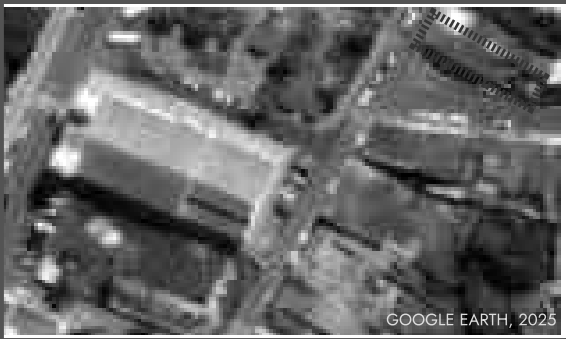
DATA

12 de Fevereiro de 2025

**PRÉ- INVENTÁRIO DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DA PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO
ESTÂNCIA - SERGIPE - BRASIL**

REGISTRO DA EDIFICAÇÃO

Nº Ficha: SE/25 -22

1. IDENTIFICAÇÃO DA EDIFICAÇÃO															
Edificação número 22															
1.1 Época/ Data da construção															
Século XIX															
1.2 Época/ Data da Fachada Existente															
-															
2. LOCALIZAÇÃO															
Praça Barão do Rio Branco, Rua Miranga, nº 174/170, Bairro Centro Município/ Estado: Estância, Sergipe															
2.2 Geolocalização		2.3 Terreno		3. PROPRIEDADE		4. OCUPAÇÃO/USO			5. VALOR						
Latitude	11°16'08.0"S	Plano		Público		Original	Residencial		Histórico	X					
Longitude	37°26'13.5"W	Aclive		Privado	X	Atual	Residencial		Simbólico						
Altitude (m)	53	Declive	X	Misto		Ocupado	Sim	X	Não		Outro				
2.4 Mapa				6. TIPOLOGIA				7. CONTEXTO							
				Religioso				Rural							
				Civil				X				Urbano			
				Oficial								Entorno Preservado			
				Militar								Entorno Alterado			
8. PAVIMENTOS															
Acima da rua nº				0		Sótão				-					
Abaixo da rua nº				0		Porão				-					
Obs:															
9. GRAU DE PROTEÇÃO				10. CARACTERIZAÇÃO EXTERNA											
9.1 Proteção Existente		9.2 Proteção Proposta		10.1 Tipologia				10.2 Estilo/ Época Predominante							
Mundial		Mundial		Casa térrea	X			Colonial							
Federal		Federal		Sobrado				Neo-Colonial							
Estadual		Estadual		Porão alto				Eclético							
Municipal		Municipal	X	Sobrado c/Porão alto				Art decó							
Ação conjunta		Ação conjunta		Corredor Lateral				Neoclássico							
Não se aplica	X	Não se aplica		Outro				Art Nouveau							
10.3 Cobertura				10.4 Coroamento				10.5 Beiral							
Capa-Canal	X	Fibra		Frontão				Simples		Cachorrado					
Francesa		Laje		Platibanda	X			Cimalha		Cachorro Aferente					
Portuguesa		Metálica		Beira Seveira				Beira Seveira		Laje em beiral					
Romana		Fibrocimento		Cornija				Cornija		Não Possui					
Plástico		Outro		Não Possui				Lambreuim		Outro					
10.6 Cumeeira				10.7 Vedação				10.8 Revestimento							
Perpendicular à rua		Pau a pique		Pedra				Madeira		Cinza e Branco					
Paralela à rua	X	Alvenaria	X	Cerâmica				Argamassa		X					
Outro		Madeira		Porcelanato				Não Possui		Simples					
Nº de águas	2	Outro		Pastilha				Outro		Composta					
10.9 Cor da Fachada				10.10 Volumetria											
				Simples				X							
11. ESQUADRIAS				11.1 Material				11.2 Tipo							
Porta	X	Madeira	X	Pvc				Fixo		Basculhante					
Janela	X	Alumínio		Vidro				De Correr		Guilhotina					
Gradil		Ferro		Outro				Abrir/ Giro		X					

12. SITUAÇÃO DO BEM (FACHADA)

12.1 Preservação	12.2 Conservação
Integro	Bom
Pouco Alterado	Precário
Muito Alterado	Em Arruinamento
Descaracterizado	Arruinado
Demolido	Não se aplica

13. ESTRUTURA

Não foi possível informar

14. BREVE HISTÓRICO

Não foi possível ter maiores informações, apenas sabe-se que é uma edificação residencial.

15. OBSERVAÇÕES GERAIS

É possível visualizar que a fachada já não preserva mais a estética da década de 40 (Colonial, meia morada), e nem da década de 70 onde havia uma platibanda em dois níveis, com contorno sinuoso, três óculos no trecho inferior e um óculo central na porção mais elevada. A janela frontal repetia o desenho irregular da platibanda, recebendo moldura em relevo que acompanhava esse formato. Na configuração atual, a volumetria frontal foi alterada: a platibanda perdeu o desenho original, tornando-se completamente reta, e o revestimento passou a ser feito em cerâmica de florais em três tonalidades de azul. A antiga janela foi substituída por um modelo quadrado, com quatro folhas de correr, venezianas e vidro. A porta de acesso se manteve com o mesmo gradil observado na imagem mais antiga. Já na fachada lateral, os ornamentos foram preservados e sofreram apenas modificações cromáticas. As esquadrias atuais seguem padrão semelhante ao da abertura frontal, mas possuem postigos nas duas folhas de abrir e também na bandeira. Não foi possível identificar com clareza o desenho original dessas janelas laterais na fotografia antiga, mas a configuração atual indica intervenção posterior visando padronização e modernização das aberturas.

16. IMAGENS DA EDIFICAÇÃO**17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO**

Por não possuir ações de salvaguarda a edificação teve sua fachada frontal descaracterizada, a lateral necessita a primeira vista, apenas de manutenção na pintura. Portanto, recomenda-se, minimamente a proteção e vigilância por órgãos municipais, além a realização de manutenções periódicas internas e externas. Tais ações, aliadas ao acompanhamento técnico especializado e ao uso de materiais compatíveis com os originais, são essenciais para garantir a conservação e a valorização do bem.

LEVANTAMENTO**RESPONSÁVEL**

Mayara Pereira da Cunha

DATA

12 de Fevereiro de 2025

ANEXO A - FICHA DE PROTEÇÃO EXISTENTE M103 DO SICG

Ficha M103 -- Informações sobre a Proteção Existente

MÓDULO CONHECIMENTO

1. IDENTIFICAÇÃO					
1.1 Nome completo do imóvel (se não possuir nome)					
1.2 (Nome do imóvel) (se não possuir nome)					
1.3 Localização do imóvel (rua, quadra, lote)					
2. LOCALIZAÇÃO DO UNIVERSO OBJETO DE ANÁLISE					
2.1 UF(s)	2.2 Município(s)	2.3 Localidade(s)			
2.4 Município(s) - Fonele (RGE)	2.5 Município(s) - Fonele (RGE)				
3. INFORMAÇÕES SOBRE LEGISLAÇÃO INCIDENTE NO BEM (municipal, estadual e no federal)					
Título da Legislação	Número	Descrição	Data	Assunto	Referência (link)
L. n. Federal (n.º)					
L. n. Estadual (n.º)					
L. n. Municipal (n.º)					
3.1 Informações adicionais					
4. INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE PROTEÇÃO					
4.1 Número do processo	4.2 Descrição (se não se relacionar com o ICHN, indicar se) Linha do Tempo			4.3 Data (se houver)	
4.4 Participação na proteção incidente (indica, se não for aplicável)					
4.5 Outros registros, fotos, documentos e outras informações complementares (se julgar de interesse e se não for aplicável)					
4.6 Fonte e localização dos documentos					
Identificação	Tipo de Estudo	Data do Estudo	Localização	Disponibilidade	Outros dados
4.7 Informações adicionais					
5.1 Descrição			5.2 Data		
5.3 Responsável					



ANEXO B - FICHA DE INVENTÁRIO M204 SICG

[illegible]

ANEXO C - FICHA DE INVENTÁRIO M205 SICG

Ficha M205 – Diagnóstico Urbano - Cuadra

WORLD C. 45711

[illegible]

Acesso		Ligação com a rua					
Nível da rua		Directa	X	Frontal		Vertical	
Abaixo da rua		Indirecta		Escada			
Acima da rua	X	Algarbe		Lateral			
Afastamento			Volumetria		LEITURA DA PAISAGEM		
Frontal		Fundo		Simples	X	Configuração da face do quarteirão	
Lateral		Semi afastamento	X	Complexa		Faz alinhamento	X
				Nº pavimentos	1	Rectos frontal	
DESCARACTERIZAÇÕES						Isolado do lote	
Deficitoras						Nada	
Isoladas	Características	1	Descontínuo (alto)		Relevante	0	Padrão de altura face quarteirão
					frontal	0	1 a 2 pavimentos
Coladas	Características	1	Descontínuo (baixo)		Relevante	0,5	2 a 4 pavimentos
					frontal	0	4 a 6 pavimentos
Inteiras	Características	1	Descontínuo (alto)		Relevante	0,5	Mais de 6 pavimentos
					frontal	0	Silhueta (Predominância)
Demol. Incompleta	Características	1	Descontínuo (baixo)		Relevante	0,5	Horizontal
					frontal	0	Recortada
Quase inteiras	Características	1	Descontínuo (baixo)		Relevante	0,5	Contínua
					frontal	0	Descontínua
Superficiais						Carac. de arqu. da face quarteirão	
Relevante	Alçada	1	Indeguido		Relevante	0,5	Acompanhamento
					frontal	0	Destaque
Inteira	Alçada	1	Indeguido		Relevante	0,5	Conjunto
					frontal	0	
Apresenta	Não	1	Sim	X	Alçada	1	Descaract. Face do quarteirão
					frontal	0	40% face de descaracterização
Características	Não	1	Sim		Relevante	0,5	Integra (100% / 6,11)
					frontal	0	Parce (50-99% / 0,1-14)
					frontal	0	Descaracterizada (40-99% / 0,1-5)
Subtotal						Nada Relevante (0-49% / 0,1-20)	

ANEXO G - FICHA DE INVENTÁRIO DO ESTUDO DE MOSSORÓ-RN

Nº ficha: RN/22 - 00

IDENTIFICAÇÃO DO BEM

1. DENOMINAÇÃO DO BEM

--

2. MUNICÍPIO/ESTADO

--

3. ENDEREÇO

--

4. NOME DO PROPRIETÁRIO

--

5. ÉPOCA/DATA DA CONSTRUÇÃO

--

6. PLANTA DA SITUAÇÃO

--

7. PLANTA DA SITUAÇÃO

7.1 NATUREZA DO BEM

Bem arqueológico	Bem paleontológico	Patrimônio natural	Bem imóvel	Bem móvel
7.2 PROPRIEDADE				
Pública		Privada		Mista

12.4 REVESTIMENTO DA FACHADA			
12.5 PINTURA DA FACHADA			
12.6 ESQUADRIAS			
12.6.1 ELEMENTOS	12.6.2 TIPO	12.6.3 MATERIAL	12.6.4 VÉRITAS
Portas			
Janelas			
Outras:			

13. SITUAÇÃO DO BEM

13.1 PRESERVAÇÃO			
Integro	Pouco alterado	Muito alterado	Descharacterizado
13.2 CONSERVAÇÃO			
Bom	Pecoso	Em arruinamento	Arruinado

14. OBSERVAÇÃO

15. IMAGENS COMPLEMENTARES

--

14. ELEVATORS

[illegible]

17. MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO

WEST VIRGINIA

LEVANTAMIENTO

PESQUISAS ADICIONAIS

DATA